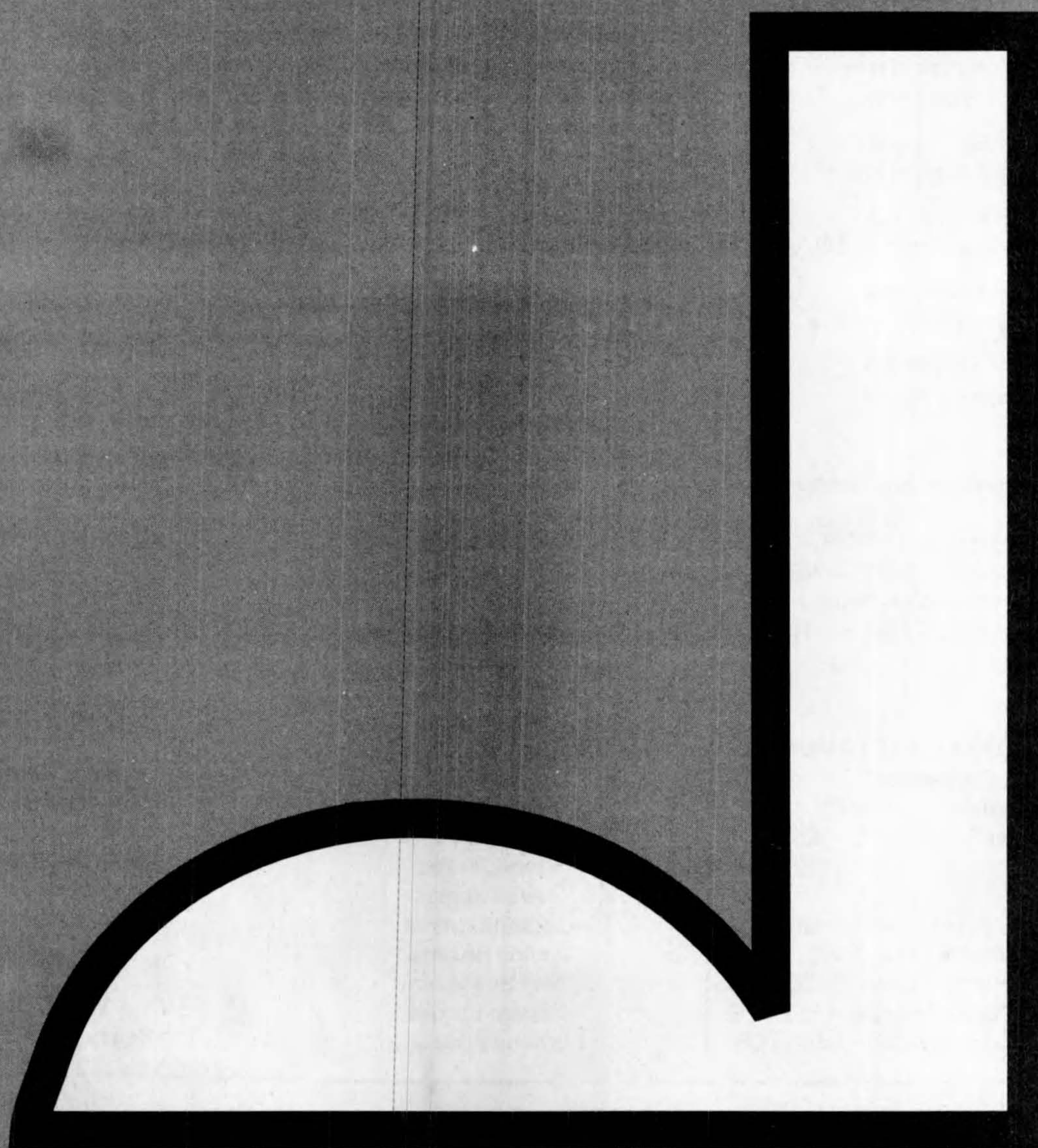


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 127

SÁBADO, 19 DE JULHO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregadores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF.

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE JULHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.

14557

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando-se novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

14561

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar (nº 142/92, naquela Casa), de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.

14564

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR – Apelando para a urgência da implantação de uma saída rodoviária rumo ao Pacífico, através do Acre, que acarretará incontáveis benefícios para o desenvolvimento econômico do País. Solicitando a transcrição nos Anais do Senado do trabalho do engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, intitulado "Saídas do Brasil para o Pacífico".

14567

SENADOR ROMERO JUCÁ – Anúncio pelo Tribunal Superior Eleitoral do cancelamento de milhares de títulos eleitorais pelo País afora, sendo que somente no Estado de Roraima foram cancelados 10.634. Defesa da implantação da carteira de identidade única. Inépcia do Governo de Roraima na não aplicação dos recursos destinados ao programa de combate à Aids.

14573

SENADORA EMILIA FERNANDES – Visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Trabalho Infante-Juvenil ao Rio Grande do Sul, onde se verificou um elevado índice de exploração da mão-de-obra infantil naquele Estado.

14573

SENADOR JOÃO ROCHA – Histórico do crescimento da dívida pública brasileira. Transcri-

ção da Nota Técnica nº 16/97, produzida pela Consultoria de Orçamento, e do Estudo nº 150, de 1997, produzido pela Consultoria Legislativa do Senado Federal.

14579

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Greve dos policiais civis e militares do País. Solicitando ao Governo providências em relação à concessão de reajuste salarial aos funcionários públicos.

14603

SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Associando-se ao tema tratado pelo Senador Ademir Andrade.

14604

SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre o discurso do Senador Ademir Andrade. Aniversário de 45 anos do Banco do Nordeste.

14604

SENADOR LAURO CAMPOS – Esgotamento do Plano Real 1 e implementação do chamado Plano Real 2.

14609

1.2.3 – Offícios

Nº 266/97, de 17 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

14615

Nº 267/97, de 17 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, comunicando o seu desligamento das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Fiscalização e Controle, como membro suplente e titular, respectivamente.

14616

Nºs 152 e 154/97, de 17 do corrente, do Líder do PL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.546-21 e 1.475-29, de 1997, respectivamente. .

14616

Nº 38/97, de 18 de junho último, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, naquela Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.

14616

Nº 40/97, de 18 de junho último, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, naquela Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando-se novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

14616

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis, a partir de 1º de agosto próximo, para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 103, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.... 14616

Recebimento do Ofício nº 348/97, de 11 do corrente, da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, encaminhando documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 1º..... 14616

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.549-32, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação..... 14617

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.576-1, em 3 de julho de 1997 e publicada no dia 4 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências..... 14617

1.2.5 – Requerimentos

Nº 513, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção, auditoria administrativa e operacional, *in loco*, nas obras de asfaltamento da BR-174, que liga Manaus até a fronteira da Venezuela – no trecho referente ao Estado de Roraima – que estão sendo realizadas com recursos alocados, inclusive com empréstimos internacionais levantados, para tal fim, na Corporação Andina de Fomento – CAF..... 14618

Nºs 514 e 515, de 1997, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro das Minas e Energia as informações que menciona..... 14618

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Crises das polícias militar e civil por todo o País. Situação sócio-econômica dos Estados e a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal..... 14619

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Discussão no País em torno da crise que assola os governos estaduais..... 14620

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Visita ao Brasil, na semana passada, do Presidente da Guiné-Bissau, Dr. João Bernardo Vieira. Histórico e perspectivas das relações Brasil – África..... 14624

SENADOR GILVAM BORGES – Falta de capacidade do Poder Executivo do Amapá para bem empregar os recursos da área social, sobretudo quanto ao programa de combate e prevenção à Aids..... 14625

SENADOR RENAN CALHEIROS – Falecimento do jornalista João Vicente Freitas Neto e de sua esposa em acidente aéreo, em Cuba..... 14626

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 6ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 8 de julho de 1997 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 14626

3 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-15, 1.473-33, 1.475-29, 1.477-38, 1.479-30, 1.480-32, 1.481-51, 1.482-38, 1.512-12, 1.520-10, 1.537-40, 1.538-42, 1.539-33, 1.540-26, 1.542-24, 1.547-32, 1.548-33, 1.550-41, 1.551-24, 1.553-17, 1.554-17, 1.556-12, 1.559-15, 1.562-7, 1.567-5, e 1.577-1, de 1997 (publicadas em suplemento a este Diário)..... 14627

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.953 a 1.966, de 1997..... 14640

5 – MESA DIRETORA**6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 14ª Sessão Não Deliberativa em 18 de julho de 1997

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr.: Antonio Carlos Magalhães, da Sra. Emília Fernandes,
dos Srs. João Rocha, Nabor Júnior, Leomar Quintanilha e José Fogaça*

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 381, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Matogrossense.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Matogrossense.

Institui o Plano de Gerenciamento do Pantanal Matogrossense, a ser implementado na área compreendida pela Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai.

Define a área do Pantanal Matogrossense, bem como os objetivos, as metas, as diretrizes e os instrumentos do Plano de Gerenciamento do Pantanal Matogrossense.

Define também as atribuições institucionais para assegurar o cumprimento do Poder Público Federal para o Plano de Gerenciamento do Pantanal Matogrossense e para o disposto neste Projeto.

Estabelece, finalmente, que o Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 180 dias a partir da data de sua publicação, fixando, inclusive, prazos

para que os empreendimentos instalados adequem-se ao que ela dispõe.

O Projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para apreciação, com decisão terminativa, na forma do art. 91 do Regimento Interno.

Aberto o prazo para apresentação de emendas nesta Comissão, o mesmo não recebeu emendas.

II – Voto

O Pantanal Mato-Grossense constitui a maior bacia de inundação contínua do planeta, ocupa uma superfície de 154.884km², dos quais dois terços no Estado do Mato Grosso do Sul e um terço no Estado do Mato Grosso.

Sendo uma área de transição, o Pantanal Mato-Grossense abriga ecossistemas aquáticos, semi-aquáticos e terrestres, em complexas interações e interdependências e uma incalculável riqueza em termos de fauna e flora, sendo declarado, na própria Constituição Federal, como um "patrimônio nacional".

A aceleração do processo de ocupação e a expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste, sobretudo a partir dos anos 70, vem vitimando o frágil conjunto de ecossistemas do Pantanal Mato-Grossense, inclusive, comprometendo o seu equilíbrio.

Esse quadro preocupante, exige uma ação rápida, persistente, descentralizada, participativa e concertada, com uma ampla negociação entre os diversos interesses sociais e econômicos, tendo como eixo central a manutenção do equilíbrio ecológico na região.

O Projeto de Lei em questão tem objetivos bem delineados, que evidencia a preocupação com a proteção do ecossistema que constitui o Pantanal Mato-Grossense.

Contempla dispositivos que visam ordenar e direcionar esse necessário esforço comum, incorpora conceitos modernos, que traduzem na evolução da temática ambiental e cria as bases técnicas para a concretização do processo de desenvolvimento sustentável do Pantanal Mato-Grossense.

Nessa circunstância, é extremamente elogiosa a preocupação do Senador Júlio Campos em regulamentar o art. 225, § 4º, da Constituição Federal, preenchendo, assim, uma grave lacuna na legislação no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.

No entanto, a redação final do Projeto de Lei poderá ensejar interpretações, que, eventualmente, venham a prejudicar acordos internacionais que regulam a navegação fluvial da área, a exemplo do Acordo de Transporte da Hidrovia "Paraguai-Paraná", assinada pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Esses Acordos, já ratificados pelos Congressos Nacionais dos cinco países, valorizam a preservação do meio ambiente fluvial, tendo sido, inclusive, criado um Grupo de Assessoria Ambiental, que acompanha todas as etapas de sua implementação, para assegurar que não haverá danos ao meio ambiente, no curso da hidrovia e em seu entorno.

Com o objetivo de aprimorá-lo, propomos emenda para a inclusão dos incisos VIII e IX do artigo 6º, do Projeto de Lei nº 80, de 1996, com a seguinte redação:

EMENDA Nº 1-CAS

"Art. 6º

VIII – adequar-se às exigências ambientais decorrentes de acordos internacionais ratificados pelo Brasil;

IX – garantir a liberdade de navegação fluvial ressalvadas disposições da legislação ambiental e ouvido o Ministério da Marinha."

Assim, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, conjuntamente com a emenda sugerida.

É o nosso voto.

Sala da Comissão, 11 de junho de 1997. –
Ademir Andrade, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Mariuce Pinto** – **Mauro Miranda** – **Benedita da Silva** – **Nabor Júnior** – **Waldeck Ornelas** – **Bello Parga** – **Emília Fernandes** – **Gilvam Borges** – **Osmar Dias** – **Casildo Maldaner** – **Romero Jucá** – **Ernandes Amorim** – **José Eduardo Dutra**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL / PLS Nº 080/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ	X			GUILHERME PALMEIRA			
JONAS PINHEIRO	X			JOSÉ BIANCO			
JOSÉ ALVES				FREITAS NETO			
BELLO PARGA	X			JÚLIO CAMPOS			
WALDECK ORNELAS	X			JOSÉ AGRIPIANO			
EDISON LOBÃO				BERNARDO CABRAL			
ODACIR SOARES				ROMEU TUMA			
VAGO				JOÃO ROCHA			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA				JOSÉ FOGAÇA			
GILVAM BORGES	X			VAGO			
JOÃO FRANÇA				ONOFRE QUINAN			
CASILDO MALDANER	X			JOSÉ SARNEY			
MAURO MIRANDA	X			RENAN CALHEIROS			
NABOR JÚNIOR	X			VAGO			
MARLUCE PINTO	X			VAGO			
VAGO				VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIO ALCANTARA				ARTUR DA TÁVOLA			
OSMAR DIAS	X			BENI VERAS			
LÚDIO COELHO				SÉRGIO MACHADO			
CARLOS WILSON				COUTINHO JORGE			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				JEFFERSON PERES			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BENEDITA DA SILVA-PT	X			JOSÉ EDUARDO DUTRA-PT	X		
MARINA SILVA-PT				LAURO CAMPOS-PT			
ADEMIR ANDRADE-PSB				ABDIAS NASCIMENTO-PDT			
SEBASTIÃO ROCHA-PDT				ROBERTO FREIRE-PPS			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ERNANDES AMORIM	X			EPITÁCIO CAFETEIRA			
LEOMAR QUINTANILHA				ESPIRIDÃO AMIN			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALMIR CAMPELO				EMÍLIA FERNANDES	X		

TOTAL 14 SIM 14 NÃO ABS - SALA DAS REUNIÕES, EM 12/06/97
COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO COMPLETOU-SE O QUORUM PARA DELIBERAÇÃO.

Senador
Presidente

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80 DE 1996.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1996

Regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.

O Congresso Nacional decreta:

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, nos termos do art. 225, § 4º, da Constituição Federal e de acordo com os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º O Plano de que trata o artigo anterior será implementado na área compreendida pela Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, situada em território brasileiro.

CAPÍTULO I Das Definições

Art. 3º Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I – Pantanal Mato-Grossense: área situada no alto curso do rio meridianos 55º e 58º de longitude oeste, podendo também ser denominada de Depressão Pantaneira;

II – Bacia Hidrográfica do rio Paraguai: área de drenagem compreendida desde a nascente do rio Paraguai e seus formadores até a saída desse curso d'água do território brasileiro;

III – Zoneamento ecológico-econômico técnico básico de planejamento, resultante da análise integrada dos fatos e processos de meio físico, biológico e socioeconômico de um dado território, que ordena a ocupação humana, estabelecendo as normas de uso do solo e de manejo de recursos naturais em zonas específicas;

IV – Plano de Ação e Gestão: o conjunto de projetos setoriais integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no zoneamento ecológico-econômico;

V – Capacidade de Suporte: limite máximo de utilização e/ou ocupação de um dado ecossistema, além do qual seu equilíbrio natural e sua capacidade de regeneração estarão rompidos;

VI – Conservação Ambiental: sistema flexível caracterizado por um conjunto de diretrizes e procedimentos planejados para o manejo e gestão dos recursos naturais, a um nível ótimo de rendimento e preservação da diversidade biológica, de modo a conseguir a mais alta qualidade de vida humana presente e futura;

VII – Manejo Sustentado: conjunto de procedimentos que condiciona o uso de um determinado recurso natural, de maneira a evitar a redução de disponibilidade daquele recurso e a garantir que sua extração se dê num ritmo no máximo igual ao de sua regeneração.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 4º O Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense tem por objetivo geral disciplinar e racionalizar a utilização dos recursos naturais da região definida no art. 3º, I, desta lei, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e à proteção dos ecossistemas, atendidos os seguintes objetivos específicos:

I – compatibilização dos usos dos recursos naturais e atividades humanas em geral com a garantia do equilíbrio ambiental, por meio da harmonização dos interesses sociais e econômicos de agentes externos e/ou locais;

II – controle do uso e ocupação do solo e da exploração de recursos naturais em toda a região da bacia Hidrográfica do rio Paraguai, com a finalidade de:

a) impedimento da exploração predatória dos recursos naturais;

b) impedimento da degradação e/ou descaracterização dos ecossistemas do Pantanal Mato-Grossense;

c) minimização dos conflitos entre os diversos usos e atividades;

d) incremento dos processos produtivos econômicos, observadas as limitações ambientais da região;

III – conservação de áreas representativas dos ecossistemas da região, bem como recuperação e/ou reabilitação das que se encontram degradadas;

IV – manutenção dos ecossistemas de que trata o inciso anterior, por meio da avaliação da capacidade de suporte ambiental em face das necessidades sociais e econômicas;

V – fixação e desenvolvimento das populações locais, por meio de criação de oportunidades em atividades de exploração sustentada dos recursos naturais, bem como pelo acesso a tecnologias ambientalmente adequadas para a implantação de novas atividades econômicas e/ou aprimoramento das existentes;

VI – planejamento e gestão, de forma coordenada, descentralizada e participativa, das atividades antrópicas na região.

CAPÍTULO III Das Metas e Diretrizes

Art. 5º O Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense deverá, necessariamente:

I – definir o zoneamento ecológico-econômico e as respectivas normas e diretrizes para cada setor considerado;

II – desenvolver ações integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais que atuam ou venham a atuar na região;

III – implantar programas de monitoramento, com vistas ao controle, fiscalização e manejo dos recursos naturais;

IV – implantar mecanismos de participação e consulta às comunidades durante a elaboração e a implementação dos programas de ação e gestão decorrentes de sua aplicação.

Art. 6º O Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense deverá observar as seguintes diretrizes:

I – proteger os ecossistemas de forma a garantir a manutenção de suas funções ecológicas, a diversidade biológica e o uso de suas potencialidades conforme sua capacidade de suporte;

II – promover a melhoria das condições de vida das populações, estimulando a fixação das comunidades tradicionais;

III – avaliar a capacidade de suporte ambiental das áreas passíveis de utilização, de forma a garantir níveis de utilização dos recursos não-renováveis e a capacidade de regeneração dos recursos renováveis;

IV – assegurar a integração harmônica da área do Pantanal Mato-Grossense com as demais regiões que a influenciam, ou são por ela influenciadas, na região da bacia Hidrográfica do rio Paraguai;

V – desenvolver as diferentes potencialidades locais, promovendo a cooperação entre órgãos da administração federal, estadual e municipal, contem-

plando o peculiar interesse dos Municípios, de acordo com os objetivos de desenvolvimento sócio-econômico e de elevação da qualidade de vida de suas populações;

VI – assegurar a mitigação dos impactos provenientes de zonas contíguas sobre o Pantanal Mato-Grossense;

VII – promover a recuperação das áreas degradadas, adequando-se às orientações estabelecidas no zoneamento ecológico-econômico;

VIII – adequar-se às exigências ambientais decorrentes de acordos internacionais ratificados pelo Brasil;

IX – garantir a liberdade de navegação fluvial ressalvadas as disposições da legislação ambiental e ouvido o Ministério da Marinha.

CAPÍTULO IV Dos Instrumentos de Gerenciamento

Art. 7º Constituem instrumentos de que se valerá o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense para atingir os fins previstos:

I – zoneamento ecológico-econômico;

II – planos de Ação e Gestão.

Art. 8º O Zoneamento ecológico-econômico tem por objetivo identificar e selecionar unidades territoriais que, por suas características físicas, biológicas e socioeconômicas devem ser objeto de disciplina especial, com vistas ao desenvolvimento de ações para conduzir ao aproveitamento e manutenção e/ou recuperação de sua qualidade ambiental e do seu potencial produtivo.

§ 1º O Zoneamento ecológico-econômico definirá normas e metas ambientais e socioeconômicas a serem alcançadas por meio dos Planos de Ação e Gestão.

§ 2º O Zoneamento ecológico-econômico levará em conta, na identificação das unidades territoriais de que trata o artigo anterior, a existência de áreas críticas, submetidas ou em vias de serem submetidas a intensa pressão populacional e econômica, estabelecendo medidas emergenciais e prioritárias para a minimização de impactos ambientais.

§ 3º O Zoneamento ecológico-econômico identificará áreas de ocorrência de ecossistemas de especial relevância, cuja integridade seja imprescindível ao equilíbrio ecológico geral na região, nas quais serão permitidas apenas atividades de preservação ambiental, pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo, pesca artesanal e outras formas de ex-

ploração econômica de baixo impacto ambiental, submetidas a manejo sustentado.

Art. 9º Os Planos de Ação e Gestão deverão conter:

I – área e limites de atuação;

II – objetivos;

III – metas;

IV – prazos de execução;

V – mecanismos de participação social na sua elaboração e implementação;

VI – fontes de recursos;

VII – formas de aplicação de recursos;

VIII – mecanismos de controle e monitoramento.

Art. 10. Os Planos Diretores dos Municípios abrangidos pela definição de que trata o art. 3º, I, deverão ser compatibilizados com os dispositivos desta lei.

Art. 11. O Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense contemplará:

I – criação de escolas técnicas agro-pastoris de primeiro e segundo graus nas zonas rurais;

II – incentivos e prêmios a empreendimentos econômicos que apresentem resultados relevantes quanto à conservação ambiental;

III – incentivos e prêmios ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas à conservação da região;

IV – criação de unidades de pesquisa destinadas à ampliação do conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas que interagem na região;

V – estabelecimento de normas específicas para o desenvolvimento do turismo na região;

VI – criação de oportunidade de capacitação técnica para equipes municipais e estaduais interdisciplinares, encarregadas da elaboração e implementação de políticas públicas de gestão ambiental.

CAPÍTULO V

Das Atribuições Institucionais

Art. 12. Para assegurar o cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Público Federal deverá:

I – criar comissão composta por representantes do Poder Executivo Federal, dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dos governos dos Municípios cujos territórios estejam na área abrangida pela definição contida no art. 3º, I, desta Lei, da comunidade científica, de entidades sob a coordenação do órgão federal de meio ambiente,

elaborar e garantir a implementação do Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense;

II – criar sistema de informações econômico-ecológicas sobre o Pantanal Mato-Grossense, de acesso público, e garantir sua divulgação e atualização;

III – estabelecer prioridade e critérios especiais de acesso a crédito, em instituições oficiais, para financiamentos de projetos aprovados no âmbito do Plano de que trata esta lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro de 180 dias a partir da data de sua publicação, estabelecendo, inclusive, prazos para que os empreendimentos já instalados adequem-se ao que ela dispõe.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 11 de junho de 1997. –
Ademir Andrade, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 38/97 – CAS

Brasília, 18 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, que "regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense", em reunião de 11 de junho de 1997.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

PARECER Nº 382, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que "dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando-se novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências".

Relator: Senador Bello Parga.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, de autoria do ilustre Senador Hugo Napoleão, "Dis-

põe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando-se novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências".

Intenta o nobre autor da proposição acrescentar ao art. 145 da CLT o seguinte parágrafo:

"§ 1º A antecipação da remuneração das férias de que trata o **caput** será devolvida ao empregador nos meses imediatamente ao do gozo das férias, em dez parcelas, mensais e consecutivas, não incidindo sobre elas quaisquer juros ou outras remunerações direta ou indiretamente referidas à antecipação pecuniária."

Na justificação aduz que "... não se pode ignorar que os padrões salariais vigentes na economia brasileira são ainda bastante reduzidas, não comportando o contento o financiamento das imprescindíveis férias do trabalhador. A antecipação tenderia a minorar este problema. Todavia, a maneira como, atualmente se encontra equacionada representa uma dificuldade adicional ao trabalhador para que desfrute plenamente seu direito de lazer." Mais adiante, conclui: "Ademais, estamos convencidos de que, em conformidade ao cronograma de férias do trabalhador, distribuído ao longo do exercício financeiro, esse benefício não trará maiores implicações econômico-financeiras desfavoráveis à empresa".

No prazo regimental não foram oferecidas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, nos termos do art. 100, I, emitir parecer sobre o presente projeto de lei.

Com rara felicidade, o ilustre Autor, Senador Hugo Napoleão, apresenta proposta que deve ser objeto de nossa análise e de todo o Congresso Nacional, pois se trata de assunto que afeta diretamente no interesse do trabalhador empregado.

Atualmente, o pagamento da remuneração de férias é feito de forma antecipada, até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. Por conseguinte, quando o trabalhador retorna ao serviço, após a fruição dos trinta dias, nada mais tem a receber, uma vez que o salário daquele mês já lhe foi antecipado, a título de férias.

O ressarcimento de uma só vez do total do valor pago a título de férias, já no mês seguinte, faz com que o trabalhador, na prática, fique 60 (sessenta) dias sem receber salário, situação que lhe causa enormes transtornos financeiros.

Neste sentido, a proposta de ressarcimento parcelado se apresenta como alternativa mais equilibrada em relação ao modelo vigente, possibilitando ao trabalhador menor sacrifício financeiro e melhor gestão de seu orçamento, razão pela qual somos favoráveis ao mérito do projeto.

Entretanto, para melhor disposição da matéria, transcrevemos a seguir o projeto com algumas alterações de redação que consideramos necessárias ao seu aperfeiçoamento formal.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, na forma abaixo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1996

Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, mediante o acréscimo de novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º.

" Art. 145.

§ 1º

§ 2º O valor da antecipação da remuneração das férias de que trata o **caput** será devolvido ao empregador, mediante consignação em folha de pagamento, em dez parcelas mensais e consecutivas, a partir do mês subsequente ao do gozo das férias, sem qualquer acréscimo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 11 de junho de 1997. –
Ademir Andrade, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Mauro Miranda** – **Benedita da Silva** – **Gilvam Borges** – **Emilia Fernandes** – **Osmar Dias** – **Jonas Pinheiros** – **Marluce Pinto** – **Nabor Junior** – **Júlio Campos** – **Waldeck Ornellas** – **Casildo Maldaner** – **Romero Jucá** – **Carlos Bezerra**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL /PLS Nº 103 de 1996

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	<input checked="" type="checkbox"/>			GUILHERME PALMEIRA			
JONAS PINHEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>			JOSÉ BIANCO			
JOSÉ ALVES				FREITAS NETO			
BELLO PARGA	<input checked="" type="checkbox"/>			JÚLIO CAMPOS	<input checked="" type="checkbox"/>		
WALDECK ORNELAS	<input checked="" type="checkbox"/>			JOSÉ AGRIPINO			
EDISON LOBÃO				BERNARDO CABRAL			
ODACIR SOARES				ROMEU TUMA			
VAGO				JOÃO ROCHA			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA	<input checked="" type="checkbox"/>			JOSÉ FOGAÇA			
GILVAM BORGES	<input checked="" type="checkbox"/>			VAGO			
JOÃO FRANÇA				ONOFRE QUINAN			
CASILDO MALDANER	<input checked="" type="checkbox"/>			JOSÉ SARNEY			
MAURO MIRANDA	<input checked="" type="checkbox"/>			RENAN CALHEIROS			
NABOR JÚNIOR	<input checked="" type="checkbox"/>			VAGO			
MARLUCE PINTO	<input checked="" type="checkbox"/>			VAGO			
VAGO				VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIO ALCANTARA				ARTUR DA TÁVOLA			
OSMAR DIAS	<input checked="" type="checkbox"/>			BENI VERAS			
LÚDIO COELHO				SÉRGIO MACHADO			
CARLOS WILSON				COUTINHO JORGE			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				JEFFERSON PERES			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BENEDITA DA SILVA-PT	<input checked="" type="checkbox"/>			JOSÉ EDUARDO DUTRA-PT			
MARINA SILVA-PT				LAURO CAMPOS-PT			
ADEMIR ANDRADE-PSB				ABDIAS NASCIMENTO-PDT			
SEBASTIÃO ROCHA-PDT				ROBERTO FREIRE-PPS			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ERNANDES AMORIM				EPITÁCIO CAFETEIRA			
LEOMAR QUINTANILHA				ESPIRIDIANO AMIN			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALMIR CAMPELO				EMÍLIA FERNANDES	<input checked="" type="checkbox"/>		

TOTAL 14 SIM 14 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 11.06.1997

Obs.: Com o Presidente completou-se o quorum para deliberação.

Senador
Presidente

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1996

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1996

Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, mediante o acréscimo de novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 145

§ 1º

§ 2º O valor da antecipação da remuneração das férias de que trata o **caput** será devolvido ao empregador, mediante consignação em folha de pagamento, em 10 parcelas mensais e consecutivas, a partir do mês subsequente ao do gozo das férias, sem qualquer acréscimo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 11 de junho de 1997. –

Ademir Andrade, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 40/97-CAS

Brasília, 18 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, que "dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências", em reunião de 11 de junho de 1997.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

PARECER Nº 383, DE 1997

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar (nº 142/92, naquela Casa), de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "Determina os casos em que forças estrangeiras po-

dem transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente".

Relator: Senador Humberto Lucena

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do nobre Senador Maurício Corrêa, já aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma de emenda substitutiva, e que "Determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente".

II – Análise

Concordamos com as alterações propostas pelo substitutivo, à exceção do que foi sugerido nos arts. 3º e 6º.

O art. 3º, que estipula a aplicação da lei brasileira às forças estrangeiras admitidas, de forma genérica e absoluta, não pode ser mantido, tendo em vista uma série de impeditivos provenientes do direito público externo e do próprio ordenamento jurídico do País.

Cumpramos assinalar que "forças estrangeiras" é expressão de grande abrangência, que pode referir-se tanto a contingente de força terrestre, quanto a belonaves, incluídas as de apoio logístico, ou aeronaves militares de combate ou de transporte. Sendo o território do Estado também conformado por aeronaves, navios ou assemelhados públicos, estes, independentemente do local onde estejam, constituem parte do espaço jurisdicional do Estado, razão por que não há como se conceber a previsão referida no art. 3º.

De fato, aeronaves e navios públicos, em tal hipótese, conforme fórmula consagrada do "direito das gentes", compõem o próprio território, inclusive para efeitos de aplicação da lei penal. Uma aeronave da Força Aérea Brasileira, não importando o espaço aéreo ou aeroporto em que se encontre, será, sempre, para todos os efeitos, parte do território nacional.

O mesmo se aplica em relação às sedes militares, aí incluídos aquartelamentos e áreas de estacionamento incrustados em territórios estrangeiros, que à analogia de embaixaturas, serão da mesma forma, pela funcionalidade, prolongamento dos territórios dos Estados, enquadrando-se na classificação das missões diplomáticas, conforme a previsão ordinária da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas consagra, instrumento ratificado por nós em 23 de fevereiro de 1965.

Pelos princípios gerais e pela prática internacional, bem como pelo direito interno brasileiro, tem-se, em relação à questão, o reconhecimento da contigüidade funcional do território, outrora designada "extraterritorialidade das leis", em relação a navios,

aeronaves e sedes militares, ficando todas as demais situações enquadradas no espaço jurisdicional brasileiro, onde vige ordinariamente o princípio da territorialidade da lei.

Cumprе enfatizar que o princípio supradeduzido é condição **sine qua non** para que missões militares no estrangeiro possam ser levadas a cabo.

Isso posto, não se pode, em nenhuma hipótese, manter o art. 3º ora argüido, pelo que recomendamos sua supressão.

Também deve ser impugnado o art. 6º, que estabelece:

"Art. 6º Ficam mantidos, nos casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional, ou nele permanecer temporariamente, os tratados, acordos ou atos internacionais dos quais o Brasil é signatário, já referendados pelo Congresso Nacional."

Trata-se, a toda evidência, de norma despienda, por não possuir nenhum sentido jurídico, haja vista poderem os tratados, em todas as suas formas, ser extintos tão-somente pelas fórmulas que lhes são usuais, quais sejam a denúncia, a extinção do objeto, ou o decurso de prazo. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 23 de maio de 1969, já aprovada na Câmara dos Deputados, regulamenta a questão da denúncia dos tratados e de suas formas análogas.

Ora, criar-se, pela lei, norma expressa de não-extinção factícia, é forma tecnicamente precária e doutrinariamente desnecessária.

Por outro lado, admitida a adoção de tal norma, ficaria o Poder Executivo impedido de conduzir livre

e exclusivamente a política externa, conforme estipula a Constituição Federal em seu art. 84, incisos VII e VIII.

III – Voto

Pelo exposto, somos contrários ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, por não ser possível adequá-lo regimentalmente.

Sala das Comissões, 17 de junho de 1997. – **Romeu Tuma**, Presidente (em exercício) – **Humberto Lucena**, Relator – **Benedita da Silva** – **Levy Dias** – **José Agripino** – **Casildo Maldaner** – **Bernardo Cabral** – **Joel de Hollanda** – **Eduardo Suplicy** – **Guilherme Palmeira**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

Quadro Comparativo entre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991 - Complementar e o Substitutivo da Câmara

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991 - Complementar	Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado
<i>Determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.</i>	<i>Determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.</i>
Art. 1º <i>Poderá</i> o Presidente da República: permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, independente da autorização do Congresso Nacional, nos seguintes casos:	Art. 1º <i>Compete privativamente</i> ao Presidente da República permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, independente da autorização do Congresso Nacional, nos seguintes casos:
I - para a execução de programas de adestramento ou aperfeiçoamento ou de missão militar <i>de transporte, de pessoal</i> , carga ou de apoio logístico do interesse e sob a coordenação de instituição pública nacional;	I - para a execução de programas de adestramento ou aperfeiçoamento ou de missão militar <i>de transporte de pessoal</i> , carga ou de apoio logístico do interesse e sob a coordenação de instituição pública nacional;

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991 - Complementar	Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado
II - em visita oficial ou não oficial programada pelos órgãos governamentais, inclusive as de finalidade científica e tecnológica;	II - em visita oficial ou não oficial programada pelos órgãos governamentais, inclusive as de finalidade científica e tecnológica;
III - para atendimento técnico, nas situações de abastecimento, reparo ou manutenção de navios ou aeronaves estrangeiras;	III - para atendimento técnico, nas situações de abastecimento, reparo ou manutenção de navios ou aeronaves estrangeiras;
IV - em missão de busca e salvamento.	IV - em missão de busca e salvamento.
Parágrafo único. À exceção dos casos previstos neste artigo, o Presidente da República dependerá da autorização do Congresso Nacional para permitir que forças estrangeiras transitem ou permaneçam no território nacional, quando será ouvido, sempre, o Conselho de Defesa Nacional.	Parágrafo único. À exceção dos casos previstos neste artigo, o Presidente da República dependerá da autorização do Congresso Nacional para permitir que forças estrangeiras transitem ou permaneçam no território nacional, quando será ouvido, sempre, o Conselho de Defesa Nacional.
Art. 2º Em qualquer caso, dependendo ou não da manifestação do Congresso Nacional, a permanência ou trânsito de forças estrangeiras no território nacional só poderá ocorrer observados os seguintes requisitos, à exceção dos casos previstos nos incisos III e IV do artigo anterior, quando caracterizada situação de emergência:	Art. 2º Em qualquer caso, dependendo ou não da manifestação do Congresso Nacional, a permanência ou trânsito de forças estrangeiras no território nacional só poderá ocorrer observados os seguintes requisitos, à exceção dos casos previstos nos incisos III e IV do artigo anterior, quando caracterizada situação de emergência:
I - que o tempo de permanência ou o trecho a ser transitado tenha sido previamente estabelecido;	I - que o tempo de permanência ou o trecho a ser transitado tenha sido previamente estabelecido;
II - que o Brasil mantenha relações diplomáticas com o país a que pertençam as forças estrangeiras;	II - que o Brasil mantenha relações diplomáticas com o país a que pertençam as forças estrangeiras;
III - que a finalidade do trânsito ou da permanência no território nacional haja sido plenamente declarada;	III - que a finalidade do trânsito ou da permanência no território nacional haja sido plenamente declarada;
IV - que o quantitativo do contingente ou grupamento, bem como os veículos e equipamentos bélicos integrantes da força hajam sido previamente especificados;	IV - que o quantitativo do contingente ou grupamento, bem como os veículos e equipamentos bélicos integrantes da força hajam sido previamente especificados;
V - que as forças estrangeiras não provenham de países beligerantes, circunstância a ser prevista em lei especial.	V - que as forças estrangeiras não provenham de países beligerantes, circunstância a ser prevista em lei especial.
Parágrafo único. Implicará em crime de responsabilidade o ato de autorização do Presidente da República sem que tenham sido preenchidos os requisitos previstos nos incisos deste artigo, bem como quando a permissão não seja precedida da autorização do Congresso Nacional, nos casos em que se fizer necessária.	Parágrafo único. Implicará crime de responsabilidade o ato de autorização do Presidente da República sem que tenham sido preenchidos os requisitos previstos nos incisos deste artigo, bem como quando a permissão não seja precedida da autorização do Congresso Nacional, nos casos em que esta se fizer necessária.
	Art. 3º As forças estrangeiras em trânsito ou permanência no território nacional ficam sujeitas às leis brasileiras.
Art. 3º Verificada hipótese em que seja necessária a autorização do Congresso Nacional para o trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional, observar-se-ão os seguintes procedimentos:	Art. 4º Verificada hipótese em que seja necessária a autorização do Congresso Nacional para o trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional, observar-se-ão os seguintes procedimentos:
I - o Presidente da República encaminhará mensagem ao Congresso Nacional, que tramitará na forma de projeto de decreto legislativo, instruída com o conteúdo das informações de que tratam os incisos I a V do artigo anterior;	I - o Presidente da República encaminhará mensagem ao Congresso Nacional, que tramitará na forma de projeto de decreto legislativo, instruída com o conteúdo das informações de que tratam os incisos I a V do artigo 2º;
II - a matéria tramitará em regime de urgência, com precedência sobre qualquer outra na Ordem do Dia que não tenha preferência constitucional.	II - a matéria tramitará em regime de urgência, com precedência sobre qualquer outra na Ordem do Dia que não tenha preferência constitucional.
Art. 4º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se forças estrangeiras o grupamento ou contingente de força armada, bem como o navio, a aeronave e a viatura que pertençam ou estejam a serviço dessas forças.	Art. 5º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se forças estrangeiras o grupamento ou contingente de força armada, bem como o navio, a aeronave e a viatura que pertençam ou estejam a serviço dessas forças.
	Art. 6º Ficam mantidos, nos casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional, ou nele permanecer temporariamente, os tratados, acordos ou atos internacionais dos quais o Brasil é signatário, já referendados pelo Congresso Nacional.
Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.	

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa cumprir urgentemente os tratados já estabelecidos com os países vizinhos, para a implantação de uma saída rodoviária rumo ao Pacífico, unindo os dois oceanos que banham a América do Sul. Mais do que uma simples conexão asfáltica, essa estrada implicará a efetiva integração econômica, cultural e política dos povos que vivem no Leste e no Oeste do Continente; significará um grande passo adiante das palavras escritas e dos discursos pronunciados em ocasiões festivas ou diplomaticamente especiais.

O ponto mais destacado dessa aspiração, todavia, diz respeito aos interesses internos do nosso País, que não pode mais se permitir o desperdício atual de tempo, trabalho e recursos financeiros. O que se gasta de dinheiro e se joga fora em termos de semanas ou meses é uma perda que gera sensíveis prejuízos para a sociedade e, sem dúvida, está na raiz de alguns de seus mais sérios problemas.

Só os insensíveis e os insensatos não compreendem a gravidade da questão: sem a saída rodoviária para o Pacífico, ficamos à mercê de entrepostos estrangeiros e da navegação em bandeiras exóticas, que nada acrescentam aos nossos projetos de desenvolvimento. Pode até parecer incoerência afirmar que uma estrada poderá incrementar o transporte marítimo, mas é a pura realidade. Se o Brasil conseguir se conectar com a malha rodoviária peruana estará desembarcando na praias e nos portos do maior oceano da Terra, que tem, na outra margem, o poderoso Extremo Oriente, onde rugem os Tigres Asiáticos e vicejam promissoras perspectivas para nossos produtos.

O Clube de Engenharia discutiu o tema, com a profundidade e a seriedade peculiares à consagrada instituição do Rio de Janeiro. Foi no dia 22 de abril, quando ouviu o Eng^o Marcos Ribeiro Dantas e suas teses arrojadamente objetivas.

Para melhor esclarecimento dos Srs. Senadores que não têm familiaridade com o assunto, permitam-me delinear o aspecto essencial das discussões. As alternativas mais viáveis passam pelo Estado do Acre e constam dos acordos já firmados com o Peru e outros países andinos, sendo a mais cotada aquela que se faz via Rio Branco e Assis Brasil até a fronteira com o Peru; a outra é um pouco mais extensa, vai até Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Na primeira hipótese, o ponto final da rodovia seria a cidade peruana de Ilo; na segunda, Lima, capital peruana, vizinha ao porto de Callao.

E o que diz o Eng^o Marcos Ribeiro Dantas? Diz coisas sensatas e comprovadas, como a imperiosa necessidade de cortarem-se custos absurdos, que sangram a precária economia nacional.

Partindo do princípio de que o macrocomércio internacional brasileiro se faz essencialmente através do porto de Santos, ele considera as linhas marítimas rotineiras com o principal porto japonês, o de Yokohama. E colhe números estarrecedores: hoje, o menor percurso é através da África do Sul, com pouco menos de 22.500 km; em segundo lugar, com 500 km a mais, está o caminho através do Canal do Panamá, e a mais extensa das rotas habituais corta o Estreito de Magalhães e faz conexão em Valparaíso, no Chile, num total de 23.650 km. Vejam bem os Srs. Senadores: as três estão acima de 22 mil Km – enquanto as rotas peruanas para o Japão, como a que parte de Callao, não chegam a 16 mil km. Repetindo: a diferença é de 16 mil para 22 mil km, um distância adicional superior a 6 mil km, cujo custo pode ser avaliado até mesmo pelos leigos na matéria.

Em sua conferência no Clube de Engenharia, o Eng^o Dantas destaca a importância do entrosamento das modalidades marítima e rodoviária no transporte de grandes cargas, citando sua vitalidade para o próprio desenvolvimento do povo brasileiro. Segundo ele, o Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente, mas necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais. Além disto, essas saídas facilitaram também o intercâmbio com os países das três Américas banhados por aquele oceano, desde a Argentina e Chile até os EUA.

Os mercados do Pacífico, em especial os do Japão e os citados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), vêm crescendo a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico. Sem uma adequada saída para o Pacífico, o Brasil perde uma valiosa rota para participar de uma forma mais efetiva deste comércio crescente.

Mas nem apenas os grandes interesses empresariais do coração econômico e financeiro do Brasil estão vinculados à saída ocidental – existem outros pontos cruciais para a nacionalidade, também nela envolvidos, como a própria integração nacional, com a afirmação de nossa soberania sobre vastíssimas áreas hoje expostas à cobiça alienígena. Os produtos brasileiros oriundos do Acre, Rondônia, sul do Amazonas e norte de Mato Grosso, atualmente transferidos via portos do Atlântico, estão com sua competitividade ameaçada. Para se ter uma idéia, o percurso rodoviário de Porto Velho até Santos é de cerca de 3.200 km, subindo para 3.700 quando o ponto de partida é Rio Branco.

O Sr. Romero Jucá – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Concedo o aparte ao nobre Senador Romero Jucá, com muito prazer.

O Sr. Romero Jucá – Meu caro Senador Nabor Júnior, V. Ex^a trata de uma questão que, além da economia do Acre e de Rondônia, abrange muito mais do que isso: a ligação da BR-364 com o Pacífico que é, a meu ver, uma luta nacional, e deve ser uma luta de toda os Senadores brasileiros, principalmente os do Norte e os do Centro-Oeste. Tenho, reiteradas vezes, colocado neste plenário que o Governo brasileiro, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deve ter em relação à questão das saídas estratégicas dois compromissos com o Brasil: o primeiro deles o Presidente Fernando Henrique Cardoso está resgatando, que é exatamente o asfaltamento da BR-174, que vai ligar Manaus ao Caribe, passando por todo o Estado de Roraima e integrando o Brasil com a Venezuela, a um mercado novo, a um mercado do parque andino, a um mercado do Caribe, numa rota comercial muito mais próxima para os países do Nafta. Concluído, no próximo ano, o asfaltamento da BR-174, sem dúvida teremos que nos voltar, com prioridade, para o tema que hoje V. Ex^a aborda: a saída para o Pacífico da BR-364 é de fundamental importância para a consolidação do modelo de produção do Norte e do Centro-Oeste. Rondônia, Mato Grosso, Acre e Tocantins, que serão cada vez mais Estados celeiros de produção de alimentos e, conseqüentemente, de exportação de produtos brasileiros, precisam dessa saída. Portanto, quero registrar que a luta de V. Ex^a deve ser de todos nós e parabenizá-lo pela colocação desse tema nesta manhã.

O SR. NABOR JÚNIOR – Senador Romero Jucá, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a, que vem, de maneira significativa, fortalecer a tese que estou defendendo, a da necessidade de implantação dessa ligação entre o Brasil e o Peru, de forma a viabilizar nossa saída rodoviária para o Pacífico.

Há mercados importantes a serem conquistados pela nossa economia, como os países do Extremo Oriente, onde é significativo o potencial de aquisição de produtos agrícolas aqui plantados com sucesso. Isso, em conseqüência, ensejará o crescimento das atividades agropecuárias internas, prometendo gerar, até mesmo, excedentes de grande monta – na medida em que tivermos condições de escoar essa produção.

O Estado do Acre, por exemplo, tem as terras mais férteis do Brasil, segundo estudos procedidos pela Embrapa. No entanto, a agricultura regional é de caráter familiar; não produzimos sequer para atender às necessidades do mercado interno, ao contrário: importamos, ainda, muitos gêneros alimentícios de São Paulo, do Paraná, de Goiás, do Mato Grosso, etc, com um aspecto particularmente perverso: a economia está tão arruinada que a ca-

rência e as cobranças convivem com a falta de mercado, ou seja, muitos reclamam da falta ou dos preços de itens trazidos de fora, mas que dificilmente seriam lá produzidos, porque caso se aumente a produção, não haverá a quem vender. O mercado total é pequeno, de 500 mil habitantes.

Mas precisamos olhar para o lado, entretanto, em busca de alternativas viáveis e mais disponíveis – e aí encontraremos o grande potencial do mercado peruano, com sua população de 25 milhões de habitantes e suas significativas carências no que tange ao abastecimento no setor alimentício.

Essa interligação rodoviária amazônica garantiria, de início, a conquista daqueles consumidores vizinhos; a partir daí, também usando os portos peruanos de Ilo ou Callao, conseguiremos encurtar as distâncias que hoje prejudicam a colocação rentável dos nossos produtos no Japão, em Cingapura e em outros países chamados Tigres Asiáticos. Afinal, estamos falando do encurtamento da distância marítima em mais de seis mil quilômetros!

Essa estrada já está aberta, Senador. Essa estrada já existe!

Não são poucos os empresários do Acre e de Rondônia em condições de relatar que, saindo pela BR-364, tiveram acesso à 317, ingressaram no território peruano e foram até Lima. Posso, inclusive, dar meu testemunho pessoal dessas viagens, pois eu estava na localidade de Assis Brasil, quando passou por lá uma caravana em direção a Lima, percurso coberto em três dias. É, como vemos, uma estrada já aberta em que está faltando apenas a pavimentação, pelo Governo, dos 330 quilômetros correspondentes ao trecho de Rio Branco até Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Mas é só isso que falta, porque a partir do marco divisório já existe uma estrada peruana, em grande parte asfaltada.

No texto que elaborei para este pronunciamento, cito um fato da maior relevância, que antecipo agora: na recente visita do Presidente Fujimori ao Brasil, S. Ex^a declarou-me que estava construindo uma ponte de mil metros sobre o rio Madre Diós, na localidade de Puerto Maldonado, para facilitar a passagem, através do território peruano, dos produtos vindos ou destinados ao Brasil. Essa é uma realidade que já existe e que também é uma obrigação nacional, posto que foi tema de um tratado internacional celebrado entre o Brasil e o Peru durante o governo do Presidente João Figueiredo.

De modo que defendo essa obra de óbvia importância, por ser vital não só no sentido de promover o desenvolvimento da nossa região, mas também por integrar o Brasil, o Peru e outros países do Oriente.

Continuo, então, Sr. Presidente, o meu pronunciamento.

O engenheiro Dantas, em conferência no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, defende a al-

alternativa Callao – e justifica: "Uma saída rodoviária para o porto de Callao, no Peru, permitiria economizar cerca de 1.300 quilômetros de percurso rodoviário a partir de Porto Velho e perto de 2.300 quilômetros a partir de Rio Branco. A fronteira Brasil/Peru, na alternativa via Santa Rosa do Purus e Termópilas, aqui selecionada, estará a apenas 850 quilômetros do porto de Callao e a 4.300 quilômetros do porto de Santos".

Esta não é a saída que, a meu ver, melhor atende aos interesses nacionais e particularmente da região Amazônica, que tenho a honra de representar no Senado Federal. Mas, como toda proposta honesta e construtiva, merece estudo serenamente objetivo. Segundo seus termos, a contar de Porto Velho, em Rondônia, já aproveita os 506 quilômetros de estradas asfaltadas existentes até Rio Branco, Acre. De lá, segue pelo leito da BR-364 até Sena Madureira e vai desembocar a 14 km de Manuel Urbano, já na fronteira peruana. A partir daí, as obras ficam por conta daquele país, mas o traçado está definido, afirma o engenheiro Dantas: "Em território peruano, seguindo na direção geral oeste, passa por Puerto Portillo, no alto Juruá e San Gregorio. Após, infletindo para sudoeste, cruza o rio Ucayali em Termópilas, onde existe um estrangulamento muito favorável deste rio.

De Termópilas, sobe os Andes por um vale muito propício, formado pelos rios Tambo, Perené e Chanchamayo até Palca, localizada a cerca de 2.400 metros de altitude, passando por La Merced, que é um importante centro agrícola. De Palca a La Oroya, que fica a 3.723 metros, já existe uma rodovia pavimentada.

De La Oroya até Lima, um trecho de 174 quilômetros, também já existe uma rodovia pavimentada, a Carretera Central. A estrada, entretanto, tem que vencer o ponto mais alto do percurso em Ticlio, que fica a 4.883 metros. De Lima ao porto de Callao são 15 quilômetros pela região metropolitana".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o importante é que a saída para o Pacífico seja concretizada com urgência e segurança, cumprindo-se os tratados e os compromissos firmados entre Brasil e Peru. Mas, dentro dessa premissa insuperável, acredito que alguns comentários e reparos podem ser feitos à tese do Dr. Marcos Ribeiro Dantas, com subsídios e informações que talvez ele desconheça – sem embargo da seriedade e do alto nível com que trata a questão.

Defendo a solução via Assis Brasil, porque está mais madura em termos técnicos e econômicos. São apenas 330 quilômetros desde Rio Branco, em rodovia federal já existente, conectando-se com a malha rodoviária peruana em Inapari. E quando digo "conectando-se com a malha peruana" estou falando de caminhos abertos e tráfegáveis, tanto que inúmeros cidadãos e empresários acreanos já os

percorreram e chegaram às praias daquele país, a partir da sua cidade fronteiriça de Inapari.

Outro argumento trabalha a favor da minha tese: quando visitou o Brasil, há cerca de dois anos, o Presidente Alberto Fujimori me garantiu que estava construindo uma grande ponte sobre o rio Madre de Diós, em Maldonado, com cerca de mil metros de extensão, consagrando os caminhos rodoviários entre a região andina e a capital de seu país. E, mais precisamente no que tange à potencialidade portuária, não se pode desprezar o fato de que em Ilo encontramos um calado muito mais profundo do que em Callao. Isso até pode não ter maiores repercussões hoje, mas, certamente, será essencial no futuro, quando estiverem operando os gigantes marítimos preconizados para o próximo século.

De qualquer forma, falamos agora no tráfego de cerca de 1.400 veículos por dia – principalmente caminhões pesados, carretas e outros veículos de grande porte, embora não se despreze o potencial de utilização por automóveis e veículos coletivos locais e internacionais.

Estou procurando, Sr. Presidente, reduzir ao mínimo os benefícios que envolvem a concretização da estrada para o Pacífico. Resisto, inclusive, à tentação de citar Fernando Pessoa, para quem "tudo vale a pena se a alma não é pequena"; não quero estender-me na enumeração de produtos e serviços que o Brasil poderá transacionar com toda a América Andina e a costa oeste do México, dos Estados Unidos e do Canadá; com a porção oriental da Rússia; com a renovada China e com os fabulosos mercados japoneses e coreanos. Para não ir tão longe, ficarei, agora, apenas na linha fronteiriça, naquilo que se propiciará imediatamente ao Peru e Brasil no relacionamento bilateral.

O interesse peruano e seu empenho na abertura dessa alternativa rodoviária se prende à estratégia básica de progresso econômico e social que lhe anima o povo e os dirigentes, porque, estreitados os laços com o Brasil, poderão ser postergados parceiros mais distantes e impositivos. Comprar do Brasil, para os peruanos, quer dizer ter uma parceria mais equilibrada e segura dentro de interesses complementares e convergentes. Para nós, além de produtos alimentícios fornecidos pela grande indústria pesqueira peruana, ali buscaremos insumos da importância do fosfato e do calcário.

Deixo para o final aquela que é também a conclusão do estudo apresentado pelo Engenheiro Dantas, no Rio de Janeiro. Rogo a todos os Srs. Senadores que meditem, com a habitual responsabilidade, sobre seus termos e sua importância, quando diz:

A rodovia para o Pacífico possui uma característica única, que a diferencia das demais. Ela é de molde a proporcionar uma reversão de expectativas em toda a Amazônia

Ocidental brasileira, isto é, coloca em situação mais privilegiada em termos de desenvolvimento potencial as regiões mais afastadas dos centros colonizados, tendo em vista que quanto mais afastadas, mais próximas estarão do porto oceânico no Pacífico.

O Brasil necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis. Esta ligação com aquele oceano tem a grande vantagem de somente envolver dois países (Brasil e Peru), ao invés de três ou quatro países (alguns corredores passam pelo Paraguai), como os demais. Assim sendo, acordos bilaterais mais simples poderiam resolver o problema.

Esperamos que, enfim, essa antiga aspiração brasileira, que é a saída para o Pacífico através do Acre, venha a se concretizar logo.

Tenho, como disse, alguns pontos de divergência ante essa proposta do Engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, de fazer através de Termópilas e Callao a saída brasileira para o Oceano Pacífico.

Conforme procurei mostrar neste pronunciamento e nos que anteriormente trataram do assunto, defendo a saída via Inapari e Ilo – mas defendo, acima de tudo, que se faça logo essa obra urgente e indispensável para o Brasil. Sem ela, jamais conseguiremos construir a nação forte, poderosa e economicamente viável que todos almejamos para nossos filhos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que autorize a transcrição do trabalho do Engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, pronunciado no Clube de Engenharia, em abril último, nos Anais da Casa como parte integrante de meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1997

Senador Nabor Júnior (AC)
Senado Federal – Ala Ruy Carneiro – Gab. 1
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília, DF
Ass.: Saídas do Brasil para o Pacífico

Prezado Senhor,

Tendo em vista acreditarmos que o tema acima mencionado seja do interesse de V. Ex^a, estamos encaminhando em anexo à presente, 2 artigos intitulados:

- "Nova rota aproxima o Brasil do Pacífico", que trata da saída via Acre;
- "Falta pouco para concluir ligação Brasil-Bolívia-Pacífico", que analisa diversas saídas pela Bolívia.

Esclarecemos que tais artigos constituem no seu conjunto, um resumo das palestras intituladas "Saídas do Brasil para o Pa-

cífico", proferidas pelo Eng^o Marcos Ribeiro Dantas nos seguintes locais e datas:

– Clube de Engenharia no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1997;

– Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, em 5 de junho de 1997, por ocasião do I Encontro Sul-Americano de Economia.

Atenciosamente, – **Marcos Ribeiro Dantas.**

Marcos Ribeiro Dantas
Rua Araucária, 12 – apt. 102 – Jardim Botânico
22451-160 – Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 246-0982
Fax: (021) 226-1953

NOVA ROTA APROXIMA O BRASIL DO PACÍFICO

Marco Ribeiro Dantas

A tão sonhada saída rodoviária para o Oceano Pacífico através do Acre, ficou mais direta e menos penosa com o novo traçado via Santa Rosa do Purus e Termópilas, que está sendo proposto. De acordo com o estudo que está sendo divulgado e que já está na sua 3ª edição, o eng^o Marcos Ribeiro Dantas propõe uma nova rota pelo centro do Acre, que apresenta sensíveis vantagens em relação aos 2 traçados já conhecidos anteriormente, a começar pela sua menor extensão.

Realmente, com apenas 1.924km entre Porto Velho, capital de Rondônia e o porto peruano de Callao, o novo percurso, além de outras vantagens, economiza 316km em relação à alternativa via Cruzeiro do Sul – Pucallpa para o mesmo porto de Callao e 192km em relação à alternativa via Assis Brasil – Macusani para o porto de Ilo, no sul do Peru. A partir de Rio Branco, capital do Acre, onde já existe rodovia pavimentada, são apenas 1.418km até o mencionado porto de Callao, no Pacífico.

Com uma menor extensão, os custos de transporte são menores e o tempo de viagem é mais curto, o que abaixa o valor do frete e torna os produtos que serão transportados pela rodovia mais competitivos. Isto irá incentivar um maior intercâmbio de mercadorias das regiões de influência da rodovia com o Oriente e com os países das 3 Américas banhados pelo Oceano Pacífico.

Comércio Promissor Reprimido

O Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente, mas necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais. Além disto, estas saídas facilitariam também o intercâmbio com os países das 3 Américas banhados por aquele oceano, em particular com os situados na América do Sul e com a região da costa oeste dos EUA.

Os mercados do Pacífico, em especial os do Japão e os dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), vêm crescendo a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico. Sem uma adequada saída para o Pacífico, o Brasil perde uma valiosa rota para participar de uma forma mais efetiva deste comércio crescente.

Os produtos brasileiros oriundos do Acre, Rondônia, Sul do Amazonas e Norte de Mato Grosso, atualmente exportados via portos do Atlântico estão com a sua competitividade ameaçada. Para se ter uma idéia, o percurso rodoviário de Porto Velho, RO, até o porto de Santos é de cerca de 3.200km, subindo para 3.700km a partir de Rio Branco, AC.

Uma saída rodoviária para o porto de Callao, no Peru, permitiria economizar cerca de 1.300km de percurso rodoviário a partir de Porto Velho e perto de 2.300km de Rio Branco. A fronteira Brasil/Peru na alternativa via Santa Rosa do Purus e Termópilas, aqui selecionada, estará a apenas 850km do porto de Callao e a 4.300km do porto de Santos.

Por outro lado, as rotas regulares de navegação a partir do porto de Santos para o porto de Yokohama no Japão, que é o principal porto de destino, alongam demais os percursos, como a seguir:

Rota Santos – Canal do Panamá – São Francisco – Yokohama:	22.944km;
Rota Santos – Estreito de Magalhães – Valparaíso (Chile) – Yokohama:	23.650km;
Rota Santos – África do Sul – Tigres Asiáticos – Yokohama:	22.420km;
Rota Callao – Honolulu – Yokohama	15.849km.

Exportando-se pelo porto de Callao, os percursos para Yokohama ficam portanto de 6.500 a 7.800 km mais curtos, dependendo das rotas e dos portos visitados, tomando os fretes marítimos mais baixos, além de diminuir ainda mais os tempos de viagem.

Nova Rota

A nova rota proposta (ver mapa anexo) parte de Porto Velho e aproveita o trecho de 506km já asfaltado até Rio Branco. De Rio Branco segue pelo leito da BR-364, passando por Sena Madureira, até atingir um ponto situado a cerca de 14km além de Manuel Urbano.

A partir deste ponto a diretriz inflete para o sul, aproveitando um divisor de águas, na direção de Santa Rosa do Purus, na região central do Acre, que é servida através de um acesso de 11km. Dali, segue na direção oeste/sudoeste passando a 7km ao norte de Dimpolis e prossegue na direção oeste até a fronteira Brasil/Peru. O percurso no Brasil é de 1.077km, a partir de Porto Velho, ou 571km de Rio Branco.

Em território peruano seguindo na direção geral oeste, passa por Puerto Portillo, no alto Juruá e San Gregorio. Após, infletindo para SW, cruza o rio Ucayali em Termópilas, onde existe um estrangulamento muito favorável deste rio.

De Termópilas, sobe os Andes por um vale muito propício, formado pelos rios Tambo, Perené e Chanchamayo até Palca, localizada a cerca de 2.400m de altitude, passando por La Merced, que é um importante centro agrícola. De Palca a La Oroya, que fica a 3.723m, já existe uma rodovia pavimentada.

De La Oroya até Lima, um trecho de 174km, também já existe uma rodovia pavimentada, a Carretera Central. A estrada, entretanto, tem que vencer o ponto mais alto do percurso em Ticlio, que fica a 4.883m. De Lima ao porto de Callao são 15km pela região metropolitana.

Em resumo, são 1.924km de extensão, de Porto Velho ao porto de Callao, sendo 1.077km no território brasileiro e 847 no peruano.

Descontando-se os 506km recentemente pavimentados entre Porto Velho e Rio Branco, bem como os 253km do trecho Palca-La Oroya-Lima-Callao, são 571km no Brasil e 594km no Peru a serem pavimentados.

Vantagens da Nova Rota Via Termópilas

Entre as vantagens que determinam a adoção desta nova Alternativa Santa Rosa do Purus – Termópilas, sobre as demais, alinhamos:

- Menor extensão: tem apenas 1.924km a partir de Porto Velho, ou 1.418km a partir de Rio Branco;
- Não atravessa zonas de baixios;
- Permite o transporte intermodal (rodovia x hidrovia) nos rios Madeira, Iaco, Purus e Ucayali;
- Propicia o desenvolvimento da metade oeste do Acre;
- Travessia do rio Ucayali (prolongamento do rio Amazonas, no Peru) num ponto privilegiado, em Termópilas, local indicado para um novo porto fluvial neste importante rio e situado a apenas 600km do porto oceânico de Callao, pela rodovia;
- Subida suave dos Andes pelo vale do rio Perené;
- Menor extensão em altitude: apenas 130km acima de 3.000m;

– Aproveita o trecho pavimentado Palca-Oroya-Lima, ou seja o trecho de relevo mais difícil;

- Não tem subidas e descidas intermediárias apreciáveis;
- Possui extensões equilibradas no Brasil e no Peru, facilitando acordos bilaterais;
- Possui direção geral favorável;
- Possui custos mais baixos, sobretudo os de transporte;
- Estimula o comércio bilateral ao dirigir-se à capital, Lima, atualmente uma metrópole com cerca de 8 milhões de habitantes;
- Permite explorar benefícios energéticos adicionais apreciáveis, como o potencial hidrelétrico dos rios formadores do Amazonas, descendo os Andes às margens da estrada e gigantesco campo de gás natural de Camisea, relativamente próximo da diretriz da estrada (150km).

Tráfego previsto – custos

O tráfego previsto para a futura rodovia é de cerca de 1.400 veículos/dia, com predominância de caminhões pesados e semi-reboques. Este tráfego atenderá a uma corrente de exportação estimada em 4,5 milhões de toneladas anuais, prevista a partir do 6º ano de implantação da estrada.

Os custos de construção desta nova alternativa estão estimados em 470 milhões de dólares entre Rio Branco e o porto de Callao.

Produção a ser transportada

Entre os produtos a serem exportados dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, podemos citar: produtos agrícolas (soja, arroz, cacau, café etc.), produção extrativista vegetal (borracha, castanha, madeira etc.), minerais (cassiterita) e produtos industrializados.

Como produtos peruanos a serem importados sobressaem o fosfato e o calcário.

Energia

Nos rios Tambo e Ene existem três aproveitamentos que totalizam mais de 3.000mw, situados nas margens da futura rodovia. Além disto, as enormes reservas de gás natural de Camisea, consideradas as maiores das Américas, situam-se a apenas 150km de distância da diretriz da futura estrada.

Esta energia poderia ser transportada por linha de transmissão ao longo da rodovia até Rio Branco, onde se interligaria com o sistema existente da usina de Samuel, que já está com a sua energia totalmente comprometida.

Reversão de expectativas

A rodovia para o Pacífico possui uma característica única, que a diferencia das demais. Ela é de molde a proporcionar uma reversão de expectativas em toda a Amazônia Ocidental brasileira, isto é, coloca em situação mais privilegiada em termos de desenvolvimento potencial as regiões mais afastadas dos centros colonizados, tendo em vista que quanto mais afastada, mais próximas estarão do porto oceânico no Pacífico.

O Brasil necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis. Esta ligação com aquele oceano tem a grande vantagem de somente envolver dois países (Brasil e Peru), ao invés de três ou até quatro países (alguns corredores passam pelo Paraguai), com as demais. Assim sendo, acordos bilaterais mais simples poderiam resolver o problema.

Esperamos que, enfim, esta antiga aspiração brasileira, que é a saída para o Pacífico através do Acre, venha a se concretizar logo.

Os estudiosos no assunto poderão solicitar o estudo completo, com 45 páginas, no endereço e telefones abaixo indicados, para atendimento de acordo com as disponibilidades.

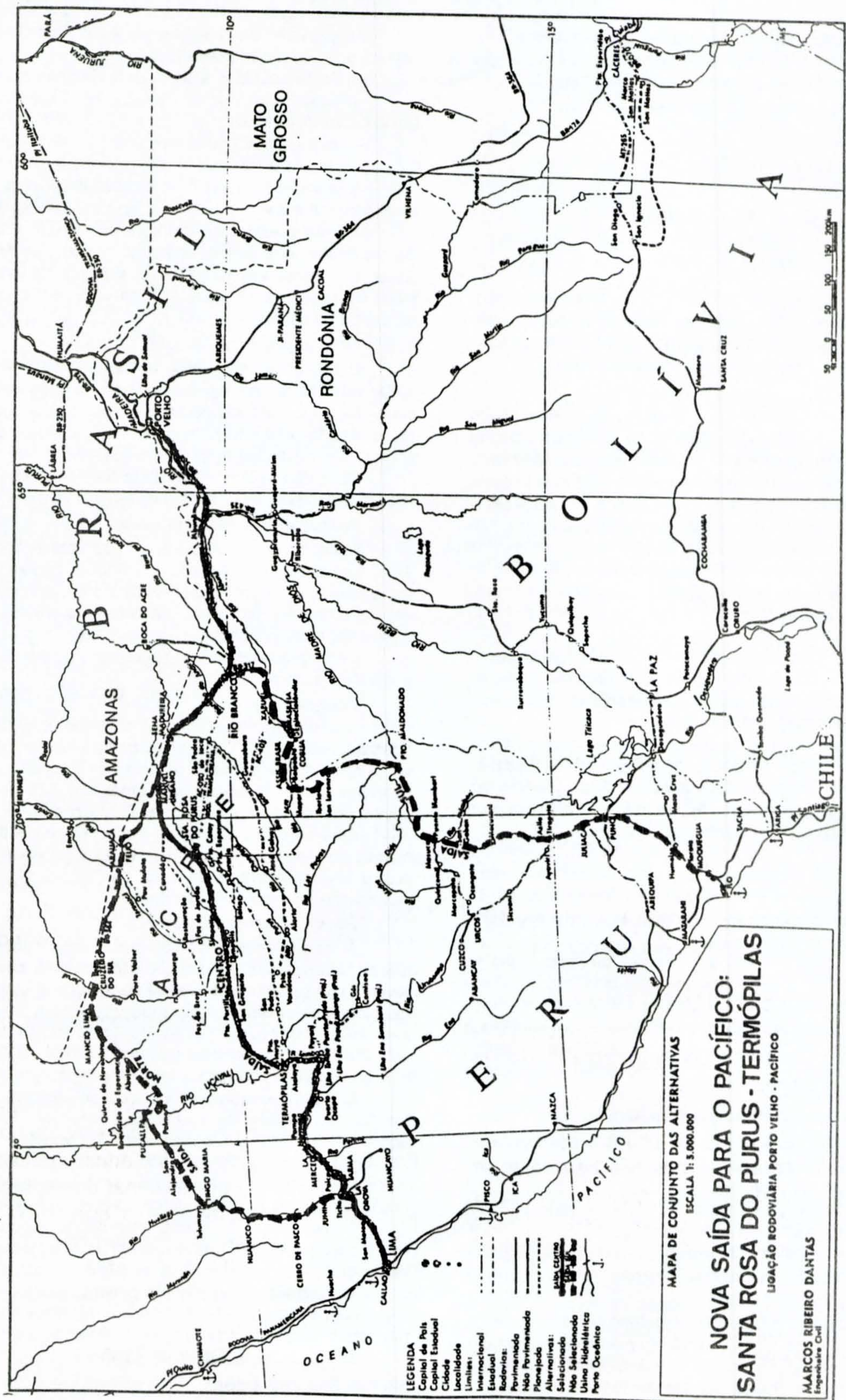
Rio de Janeiro, agosto de 1996

Marcos Ribeiro Dantas

Rua Araucária, 12 – Aptº 102

22461-160 – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Tel.: (021) 246-0982 – Fax: (021) 226-1953



O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao nobre Senador Romero Jucá. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal Superior Eleitoral anunciou esta semana que procedeu ao cancelamento de milhares de títulos eleitorais no País. A par dessa informação, procurei inteirar-me do quadro de cancelamento de títulos eleitorais na Região Norte, em especial no meu Estado, Roraima, e deparei-me com um número surpreendente que, sem dúvida alguma, preocupa-nos a todos, políticos da Oposição no Estado.

O Tribunal Superior Eleitoral nos informou que cancelou, este ano, em Roraima, 10.634 Títulos Eleitorais, sendo que 641 Títulos com inscrição dupla na mesma Zona Eleitoral.

Ora, Sr. Presidente, esse é um fato extremamente grave, porque esse número de 10.634 Títulos de Eleitores representa quase que 10% do total de eleitores do Estado.

Por isso, encaminho documento ao Tribunal Superior Eleitoral e também ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando o detalhamento dessas informações. Mas quero, de antemão, registrar que solicitei ao Tribunal Superior Eleitoral uma correção no Cartório Eleitoral de Roraima e no Tribunal Regional Eleitoral, porque é inadmissível que um número tão alto de Títulos de Eleitores seja, em um primeiro momento, cancelado.

Sr. Presidente, se em 120 mil Títulos cancela-se, em um primeiro momento, 10.634 só com pessoas com o mesmo nome, é bem possível que haja ainda muito mais irregularidades!

Como o quadro eleitoral muda bastante – tenho registrado isso em plenário – com a concorrência dos Governadores aos cargos – é bom lembrar que é o Governador de Estado quem emite uma Carteira de Identidade e, com base nessa Carteira de Identidade, o cidadão se dirige à Justiça Eleitoral e tira o seu Título de Eleitor –, é preciso todo cuidado para que não se forjem eleitores e conseqüentemente se destrua a vontade popular nas urnas, na próxima eleição de 1998.

Sr. Presidente, gostaria de registrar que conversei com o Ministro Iris Rezende sobre a implementação rápida de um projeto aprovado, de autoria

do Senador Pedro Simon, o qual apoio, que cria o registro único de identidade em todo o País, pois esse é o caminho de fato para termos uma identificação única e também coibirmos qualquer tipo de emissão de documentos falsos e, conseqüentemente, a retirada de Título de Eleitor.

Faço este registro por considerá-lo da maior importância para o Estado de Roraima. Tenho a certeza de que se V. Ex^{as} assim procederem também deverão encontrar em seus Estados fatos semelhantes, que nos preocupam, com relação à questão eleitoral para o próximo ano.

Por fim, Sr. Presidente, com relação à matéria publicada pelo *Jornal do Senado*, sob o título "Romero Jucá Denuncia o Governador", esclareço que estou denunciando à Procuradoria Federal e à Estadual, o Governador Neudo Campos e o Secretário de Saúde, Sérgio Pillon Guerra, não porque eles descumpriram o convênio relacionado à AIDS, prejudicando o meu Estado, mas sim porque o Governador há oito meses recebe recursos federais e internacionais destinados ao combate à AIDS, tendo utilizado apenas 1% desses recursos. Essa inépcia, essa incompetência fez com que o Ministro da Saúde destinasse os recursos que, no próximo ano, iriam para Roraima e para outros três Estados, para outros Estados que estão cumprindo bem o programa.

Ora, como no Estado de Roraima há quatro vezes mais casos de AIDS do que no restante da Amazônia, entendo que a incompetência do Governador e a do Secretário de Saúde não é simplesmente um fato administrativo. Isso é um crime! Agindo dessa forma está-se evitando que o Estado receba recursos e, conseqüentemente, aumentará o número de casos de AIDS no Estado, levando à morte muitas pessoas, o que é um fato extremamente grave.

Portanto, encaminhei à Procuradoria Federal e à Estadual um pedido para que os procuradores enquadrem numa ação criminosa o Governador e o Secretário de Saúde, não pelo simples corte ou pelo não cumprimento de um ato administrativo, mas pela irresponsabilidade ao condenar ao contágio e à morte centenas de roraimenses que, sem programas educativos, sem programas de prevenção e sem remédios, sem dúvida, engrossarão o grande contingente de doentes de AIDS no meu Estado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orado-

ra.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, faço hoje, desta tribuna, o registro da presença e dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, no Rio Grande do Sul, nos dias 15 e 16 de maio, deste ano, a convite da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de realizar diligências e audiências públicas sobre o assunto em questão.

Integraram a comitiva de Parlamentares, que foram ao Rio Grande do Sul, a Senadora Marluce Pinto, de Roraima, Presidente da Comissão; a Senadora Benedita da Silva, do Rio de Janeiro; e esta Senadora, representando o Senado Federal. Pela Câmara dos Deputados, estiveram no Rio Grande do Sul a Deputada Federal Fátima Pelaes, do Amapá, que foi inclusive na qualidade de Relatora substituta; e o Deputado Federal Alceste Almeida, também de Roraima, que puderam, tanto nas diligências quanto nas audiências públicas, constatar a existência desse tipo de situação também no Rio Grande do Sul.

Participaram – e é importante que se registre – ativamente da organização dos trabalhos da CPI, no Estado, a Deputada Estadual Maria Augusta Feldmann, integrante da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado; a Dr^a Helena Beatriz, da Delegacia Regional do Trabalho – esta inclusive já foi ouvida no plenário da Comissão, no Senado Federal, trazendo a experiência da fiscalização, a denúncia e o combate à exploração do trabalho infantil que aquela instituição pública realiza no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, gostaria de destacar as diligências que foram realizadas pela Comissão nos dois dias de trabalho que lá estiveram. A Comissão pôde verificar de perto a situação no setor de calçados e de abastecimento de hortifrutigranjeiros, principalmente em Porto Alegre e na região metropolitana, onde foram encontradas crianças submetidas a condições de trabalho que comprometem a sua saúde, o seu desenvolvimento físico e a sua formação educacional e intelectual.

No Vale dos Sinos, no Município de Sapiranga, no Rio Grande do Sul, em visita a uma fábrica de calçados, os integrantes da Comissão constataram cerca de 80 crianças trabalhando em condições insalubres, expostas a produtos tóxicos, como a cola de sapateiro, quadro que, apesar das denúncias e da luta do sindicato dos trabalhadores, estende-se a uma grande parte das empresas do setor não ape-

nas no Rio Grande do Sul, mas em outras regiões do País.

Por outro lado, as diligências da Comissão também identificaram a ocorrência do trabalho infanto-juvenil no principal entreposto de abastecimento, localizado na capital do Estado: a Central de Abastecimento – Ceasa, na qual as crianças de até 12 anos são exploradas na atividade de carga e descarga de caixas pesadas que, além de realizadas durante a madrugada, ainda provocam traumas físicos e outros tipos de lesões e, em muitos casos, prejudicando a frequência à escola. É importante destacar que, na Ceasa, a situação real parece ter sido maquiada, pois temos dados que apontam para cerca de 200 jovens trabalhando, inclusive com imagens de televisão mostrada pela rede local, a RBS, produzida pelo cinegrafista Edson Silva que, inclusive, depôs na audiência pública na Assembleia Legislativa, quando entregou cópia desse documentário junto à Secretaria da CPI.

No dia nós constatamos poucos jovens, poucas crianças trabalhando; acredita-se que a direção e os produtores foram previamente avisados da presença da Comissão. Pudemos até constatar porque a guarda da entrada da Ceasa alertava e impedia que jovens tivessem acesso ao pátio de trabalho.

Temos esse depoimento do cinegrafista que registra claramente a presença de muitos jovens, inclusive com declarações onde a jornada de trabalho começa às 2 horas da manhã indo até ao meio-dia seguinte, com menores de idade de 10 anos cuidando de caminhões e de mercadorias e os demais se encarregando do carregamento das mercadorias acondicionadas em caixas de 200 e até 300 quilos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi uma constatação e temos a prova documental desse trabalho.

O Sr. Edison Lobão – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão – V. Ex^a não pratica o exercício intelectual nesta manhã, não faz sequer observações sobre determinadas questões de natureza nacional. V. Ex^a faz uma grave denúncia, que é a da exploração do trabalho infanto-juvenil neste País, inclusive no Estado de V. Ex^a. Isto é uma coisa inconcebível. Como é que no ano de 1997 somos obrigados ainda a tomar conhecimento de atos dessa natureza, praticados por empresários que deveriam ser modernos e que deveriam fazer parte da globalização de que tanto se fala e que todavia preferem voltar suas práticas ao passado da escravatu-

ra deste País? Ora, ainda somos um País com grande taxa de desemprego, onde homens e pais de família estão precisando de empregos, e os empresários vão buscar crianças, jovens, para colocar em trabalhos dessa natureza. Senadora Emilia Fernandes, as Comissões Parlamentares de Inquérito são importantes quando elas se dedicam à investigação de casos dessa natureza. Mas, era indispensável a denúncia também e não apenas a ação da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo era necessário o que V. Ex^a está fazendo hoje com extraordinário espírito público, que é denunciar à Nação práticas dessa natureza que atentam contra a dignidade da nossa infância e da nossa juventude. Cumprimento, portanto, V. Ex^a pela coragem com que trata este assunto na manhã de hoje.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Muito mais do que dar conta a esta Casa, ao Plenário e à Presidência dos trabalhos que realizamos, até porque nos deslocamos em nome do Congresso Nacional, estamos, neste momento, fazendo este registro no sentido muito mais profundo de conclamar a sociedade brasileira, as autoridades constituídas, empresários, trabalhadores, chefes de família, pais e mães de crianças deste Brasil para que se contraponham a essa situação. Não podemos continuar silenciosos, coniventes com essa situação. A realidade é dura, cruel e existe em todo este Brasil, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Sul, considerado, em muitas oportunidades, em situações econômica, política e social, melhor que outras regiões do Brasil. Esses exemplos que citamos confirmam dados que o próprio IBGE tem registrado, inclusive, em um trabalho de campo realizado pela própria Delegacia Regional do Trabalho do meu Estado, que revela a incidência da exploração do trabalho infanto-juvenil também no Rio Grande do Sul e, de certa forma, até contrariando a expectativa de alguns que afirmam que a tal situação não se verificaria no Estado.

Segundo documento da Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil no Rio Grande do Sul, já em 1993, dados do IBGE revelavam índices alarmantes, que são reflexos da perversidade das condições de vida em que se encontra um grande número de famílias, no campo e na cidade, jogando crianças e adolescentes em uma situação de exploração e miséria.

Os números do IBGE em relação ao Rio Grande do Sul precisam, inclusive, ser atualizados, pois temos somente dados oficiais do IBGE

de 1993, mas servem de orientação, de norte de investigação.

Temos, no Rio Grande do Sul, um total de 523.703 menores, com idades entre 10 e 17 anos, inseridos no mercado de trabalho, o que representava, na época, a espantosa taxa de 36,20% da totalidade de menores dentro dessa faixa etária registrados no Estado.

Ainda, de acordo com o mesmo documento, 25% das crianças entre 10 e 14 anos já participavam da população economicamente ativa, ou seja, desempenhavam algum tipo de atividade.

Muito mais grave é o dado que o IBGE aponta de que 61 mil e 900 crianças, na faixa de 5 a 9 anos, já estavam também integradas no mercado produtivo, representando 6,59% dessa população.

Outro dado que demonstra a gravidade dessa situação, e a urgência que deve ser tratado, é o fato que 70,54% das pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul declaram que começaram a trabalhar até os 14 anos de idade.

A maioria dessas crianças de 10 e 14 anos, atingindo um percentual de 56,04% trabalha na agricultura – é uma característica predominante, um problema sério, especificamente relacionado com o nosso Estado; ficando as demais distribuídas em outros setores econômicos, especialmente na prestação de serviços – 17,46%; na indústria de transformação – 11,82%; no comércio de mercadorias – 8,45%; na indústria da construção civil – 1,86%; e em outras atividades – 4,37%.

Já entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, esta participação no mesmo mercado é de 36,01% na agricultura; 19,24% na indústria de transformação, 19,14% na prestação de serviços; 10,23% no comércio de mercadorias; 5,67% na indústria da construção civil e 9,71% em outras atividades.

Na quase totalidade dessas tarefas, as crianças e os adolescentes enfrentam condições de trabalho normalmente já penosas, que se tornam mais graves diante da formação física ainda em desenvolvimento, peso em excesso, trabalho em posições anti-ergonômicas, expostos a vibrações, a ruídos, a ácidos, radiações, gases, colas, e tantas outras situações.

Entre as atividades que mais prejudicam os menores no Rio Grande do Sul, o levantamento realizado pelos técnicos do Ministério do Trabalho identifica, especialmente, alguns casos mais graves como:

– o trabalho na cultura do fumo, que expõe as crianças e os adolescentes a pesticidas e a outros

agentes químicos, radiações solares, picadas de animais peçonhentos e riscos mecânicos, com graves consequências físicas e prejuízos inclusive mentais;

- o trabalho na extração de pedras (ametistas), por exemplo, com exposição à sílica, contato elétrico acidental, derrubada de matas, uso inadequado de ferramentas manuais, que configuram uma das mais graves situações verificadas, com extremo prejuízo para a saúde das crianças e dos adolescentes;

- o trabalho na indústria de calçados e nos curtumes, onde as crianças e os adolescentes convivem diariamente com produtos químicos, colas, atividades em máquinas perigosas, equipamentos cortantes, movimentos repetitivos e em posições anti-ergonômicas;

- o trabalho na construção civil, que expõe os pequenos trabalhadores a transporte excessivo de peso, contato direto com cimento e cal, postos de trabalho inadequados, ruídos e vibrações, que da mesma forma comprometem fisicamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes;

Segundo o mesmo levantamento, também trazem prejuízos graves ao desenvolvimento sadio e adequado da infância e da adolescência, o trabalho em outros setores, como a cultura da maçã, o trabalho em madeiras, a cultura da laranja, a extração da acácia, o trabalho em supermercados, na indústria moveleira, em olarias e inclusive nas ruas distribuindo jornais.

Por outro lado, além das denúncias e do quadro de desrespeito às crianças e aos adolescentes, a Comissão também pôde constatar em suas diligências exemplo de trabalho positivo de prevenção e de solidariedade. É o caso da Associação do Bem-Estar do Menor, com sede em Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, que desenvolve diversas atividades voltadas às crianças e adolescentes. E por meio de um convênio com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e em parceria com a Prefeitura Municipal e a Subdelegacia do Trabalho do Município, a Associação viabiliza um projeto de reintegração de crianças às escolas, através do repasse de recursos a 120 famílias, nos Municípios de Novo Hamburgo e Dois Irmãos. A mesma Associação também promove projetos na área de creche, em parceria com a Prefeitura de Novo Hamburgo, atendendo 70 crianças, de 0 a 6 anos.

Ainda, a Associação do Bem-Estar do Menor mantém um Centro de Integração Profissionalizante, em Novo Hamburgo, que tivemos a oportunidade de visitar, voltado para adolescentes de 13 a 17 anos, com cursos de marcenaria (23 alunos), costura de

tecidos (24 alunos), iniciação ao comércio (26 alunos), costura de calçados (18 alunos), e ainda serigrafia. É uma importante iniciativa, que conta com o apoio de entidades empresariais da indústria e do comércio, de instituições como o SESI e o SESC, dos sindicatos de trabalhadores, do Executivo Municipal, do Ministério do Trabalho, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e também da imprensa, através do **jornal NH** – cada um dando a sua parcela de contribuição. O aluno, além de receber o curso profissionalizante, ainda recebe uma contribuição em dinheiro para estudar e ainda tem garantido, tão logo termine o curso, o ingresso no mercado de trabalho.

Esses foram assuntos e exemplos positivos que nós constatamos.

Além das diligências, o trabalho de coleta de dados e de informações da CPI foi enriquecido por dezenove depoimentos prestados por representantes de diversos setores da sociedade gaúcha, que fizeram as suas denúncias, transmitiram as suas experiências e, em sua grande maioria, manifestaram o desejo de colaborar com os trabalhos da Comissão, no sentido de aprofundar a mobilização nacional pela erradicação do trabalho infantil no País.

Foram ouvidos em audiência pública dezenove depoentes. Os Dirigentes Sindicais Valdir Santos de Lima, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre; Telmo Camargo, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Plantio, Extração e Beneficiamento de Madeira da Região Carbonífera; e Marinice Lírio, do Sindicato dos Garimpeiros do Estado; o representante do Sindicato Patronal da Indústria de Extração de Pedreiras de Nova Prata e Região, Dorvalino Zamin; a Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público Estadual, Maria Regina Paes de Azambuja; a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brizabel Magalhães; bem como Anairton de La Torre, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Porto Alegre; as Procuradoras do Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, Elizabeth Vaccaro e Silvana Martins Santos; o Procurador Público do Trabalho, Vitor Hugo Laitano; o pesquisador Marcos Ferreira, da Escola Pública de Saúde; a socióloga da Delegacia Regional do Trabalho, Eridan Magalhães; o já citado cinegrafista da **RBS**, Edson Silva. Além de jornalistas que nos deram essa visão de trabalho no Estado todo.

Ouvimos ainda o Prefeito Silvio Cesar Pôncio, de Ametista do Sul, que é uma região de exploração de pedras semi-preciosas e que, inclusive, é dono de uma área de garimpo. Também prestaram importantes depoimentos sobre denúncias de trabalho infantil na lavoura de fumo o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, Ari Thessing, o médico João Werner Falk e a advogada e pesquisadora Letícia Rodrigues da Silva; ainda depôs sobre o trabalho infantil no corte e lapidação de pedras o Promotor do Ministério Público Estadual Dr. Charles Emil Machado Martins.

Enfim, temos a certeza de que foi muito rico e nós temos toda essa documentação à disposição na Secretaria da Comissão.

Entre as principais denúncias feitas, além daquelas já citadas, é importante que se registre que o trabalho de crianças e de adolescentes na extração de pedras no Município de Ametista do Sul e da região e a extração de basalto em Nova Prata e região é realizado em dias alternados da semana; crianças trabalham um dia na agricultura e no garimpo sem observância de qualquer direito constitucional e trabalhista. Registramos ainda – e tivemos a confirmação – a morte recente de dois garimpeiros em Ametista do Sul, os quais foram eletrocutados no desempenho de suas atividades de garimpagem.

Também foi denunciada a exploração do trabalho de adolescentes nos cortes da madeira, especialmente na região de Guaíba, Barra do Ribeiro e Encruzilhada do Sul, onde jovens de 13 a 18 anos participam efetivamente desse tipo de atividade, especialmente nas empresas não sindicalizadas, com desrespeito à legislação trabalhista, baixíssima remuneração e grande incidência de acidentes de trabalho.

Na produção do fumo, principalmente na região de Santa Cruz do Sul, onde depoimento de médicos, autoridades legislativas e lideranças sindicais reafirmaram a denúncia da presença de crianças e adolescentes trabalhando desde cedo, expostas a inúmeras situações de risco à saúde, e ainda um dado que cabe registrar e chamar a atenção especial aos estudos que apontam para a alta incidência de suicídios ocorridos nessa região do cultivo do fumo, inclusive, conhecido como os maiores índices de suicídios do Brasil.

Também no corte da madeira foram identificadas situações envolvendo crianças e adolescentes, desta vez em regime de economia familiar, em vários Municípios: Triunfo, Montenegro, Taquari, Gene-

ral Câmara, São Gerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos. Enfim, estão todos aqui relacionados e eu peço que depois se faça o devido registro.

E, na região de Taquara, denúncias muito graves deram conta da exploração de crianças e adolescentes em pedreiras, com manuseio de utensílios pesados.

Em relação à área do trabalho no comércio, nós temos o depoimento do diretor do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, Valdir Santos de Lima, que nos relatou a luta travada, ao longo dos últimos anos, para erradicar o trabalho penoso, insalubre e perigoso de crianças e adolescentes também nos supermercados, onde registram-se casos de meninos que têm dedos e mãos perdidos nas máquinas de moer carne.

Segundo o dirigente sindical, graças à ação do Sindicato, da Delegacia Regional do Trabalho, Câmara de Vereadores e Ministério Público, fato que deve servir de exemplo de atuação conjunta da sociedade civil e do Poder Público, na defesa dos cidadãos, conseguiram praticamente eliminar o índice de crianças trabalhando após as 22 horas, bem como em padarias e açougues, que expõem as crianças a riscos mais diretos.

Por outro lado, assistimos também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a uma demonstração do quanto ainda é necessário que haja uma mudança de mentalidade, que se reveja arcaicos conceitos e posturas arraigadas a questões culturais atrasadas.

É inconcebível ouvir de autoridades e representantes de empresários afirmações defendendo o trabalho infantil como uma necessidade, ao mesmo tempo em que transferem a responsabilidade para os pais, eximindo-se de qualquer responsabilidade frente à situação.

Ou, então, afirmações que tentam definir o trabalho de crianças na agricultura como algo fundamental para se dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos pais ou às tradições culturais de determinadas regiões, sem o que, segundo eles, estaria se estimulando a desagregação familiar e o êxodo rural.

Felizmente, ao lado de trabalhadores, há sindicalistas, empresários sérios, médicos e autoridades preocupados com as condições de trabalho das crianças, que têm buscado alternativas, têm manifestado sua indignação e muitos, inclusive, ariscando sua própria vida, no campo e na cidade, denunciando e combatendo a exploração de crianças.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na ocasião, a CPI foi ao Palácio do Governo do Estado, teve uma audiência com o Chefe da Casa Civil do Rio Grande do Sul, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e manifestou a preocupação da Comissão sobre o assunto. Na oportunidade, solicitou informações do Governo sobre medidas, programas, recursos, ações do Governo em relação ao combate ao trabalho infantil. Esses dados, embora tenham sido solicitados na época, em maio, e depois ratificados pela Presidência da CPI, até hoje, não chegaram até nós.

Por outro lado, constatamos, também, que o Poder Público estadual, de certa forma, não tem demonstrado o empenho que deveria, para alavancar a luta pela indignação do trabalho infantil.

Os conselhos tutelares e outros organismos do setor encontram-se bastante prejudicados pois faltam recursos para estrutura, capacitação e implementação das ações necessárias daqueles que, em última instância, são os guardiães dos direitos das crianças e dos adolescentes. Recebemos a informação de que, em 1996, nenhum recurso foi liberado pelo Governo do Estado, para os conselhos da criança e adolescente e que, neste ano, apesar da previsão orçamentária do Estado, até a data da audiência não havia liberação de nenhum real.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o relato sobre o trabalho realizado no Rio Grande do Sul pela Comissão Parlamentar Mista, integrada por Deputados e Senadores, que está tratando do trabalho infantil no País inteiro.

O relatório completo já foi aprovado e será encaminhado às autoridades competentes do Estado do Rio Grande do Sul e está, inclusive, à disposição de qualquer pessoa.

Ao mesmo tempo, no sentido de buscar soluções aos graves problemas verificados, a partir das denúncias coletadas, a Comissão encaminhou diversas recomendações para vários órgãos competentes, particularmente ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério Público Estadual, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Delegacia Regional do Trabalho, aos postos locais da Previdência Social e ao Sistema Senai-Senac-Senar-Senat.

Entre as principais recomendações estão: a abertura de inquéritos sobre o trabalho infantil e a exploração de mão-de-obra adolescente; ações no sentido do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente; a liberação de forma mais ágil dos recursos constantes do orçamento estadual para os órgãos ligados à proteção da criança e do adolescente; apuração das denúncias, especialmen-

te relativa à alta incidência de suicídios dos trabalhadores na cultura do fumo; fiscalização permanente nas áreas que exploram a atividade infanto-juvenil; maior integração de todos os segmentos e instituições no sentido de enfrentar o problema com mais eficiência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do que vimos e ouvimos, uma conclusão já pode ser tirada: é impossível vencer o problema da exploração da mão-de-obra infantil sem haver uma consciência coletiva, uma mudança de mentalidade de pais, empresários, educadores, dirigentes municipais, estaduais e federais, e, acima de tudo, um esforço e uma ação conjunta para mudar a situação. Precisamos, repito, nos indignar, quebrar o silêncio conivente e avançar na busca de soluções.

Para tanto, a mídia tem um papel relevante, ao denunciar as irregularidades, a exploração praticada contra crianças e adolescentes, mostrar os males causados – tanto na área de saúde, quanto no desenvolvimento bio-psicossocial e educacional, bem como divulgando os direitos garantidos constitucionalmente.

É preciso também, Sr. Presidente, investir e acreditar que os Municípios, Estados, o País e, acima de tudo, as famílias ganham muito mais com a criança na escola do que trabalhando precocemente, sob condições desumanas.

Precisamos agir conjuntamente. Precisamos aprofundar o conhecimento em termos de dados reais, causas, conseqüências, riscos, alternativas de solução.

Por fim, reafirmo o que sempre tenho dito que não basta proibir o trabalho infantil, porque estaremos agravando ainda mais a situação de miséria de milhões de brasileiros.

É preciso, além da proibição do trabalho infantil, que é necessário e urgente, o cumprimento da Constituição em relação ao trabalho de adolescentes, buscando urgentemente alternativas de trabalho e de renda para essas famílias em situação de risco, em situação econômica desfavorável e, dessa forma, criando as condições apropriadas para as crianças e adolescentes, a fim de que tenham condições de desenvolvimento pleno, com perspectiva de um presente melhor e, acima de tudo, de um futuro digno.

Concluindo, abro aspas para registrar as palavras ditas por uma doutora, em depoimento feito no Rio Grande do Sul:

"A sociedade que não permite que as suas crianças sonhem, brinquem, estudem,

está doente. A nova sociedade que queremos tem que ter espaço, lugar e valor para as suas crianças."

Sr. Presidente, era o registro que gostaria de fazer nesta manhã.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. João Rocha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nenhum trabalhador, dona-de-casa ou empresário se sente confortável diante de um orçamento deficitário. Se falta salário no fim do mês, o empregado trata de ganhar mais no mês seguinte. No aperto, a dona-de-casa diminui as despesas. Se o caixa está em baixa, o empresário faz promoções para vender mais ou corta custos. Mesmo que admitam ter que se endividar, essas pessoas fazem tudo para quitar a dívida o mais cedo possível, para não comprometerem a estabilidade da família ou do empreendimento. Se compra um eletrodoméstico, a dona-de-casa quer saber por quantos meses, a que juros mensais e em quanto isso compromete o seu orçamento; se adquire um equipamento para a firma, o empresário compara os benefícios e as despesas que trará. Mas tal raciocínio, que parece lógico e cheio de bom senso para o cidadão comum, não se aplica à gerência da economia de um país. Há quem considere que dever é bom sinal, pois quer dizer que o País tem credibilidade; há outros que consideram ser benéfico o endividamento, pois, de outra forma, não haveria como financiar o desenvolvimento; mas há também os que entendem ser o endividamento excessivo um peso que torna cada vez mais difícil a administração do País.

Temos no Brasil uma história antiga de endividamento, que remonta ao Império. A República já nasceu herdando dívidas contraídas pelo Imperador,

e até hoje essas obrigações pesam no orçamento brasileiro.

Duas razões básicas levam o Governo a tomar emprestado o dinheiro: a primeira delas é o fato de ter despesas maiores que as fontes de receita. Para suprimir essa deficiência, o Tesouro lança mão da venda de títulos públicos, pelos quais paga um generoso prêmio aos adquirentes de seus papéis, na forma de taxas de juros. A segunda é a necessidade de diminuir a liquidez de mercado, pois essa, a gerar aquecimento da economia, pode aumentar a inflação.

No Brasil, nos últimos tempos, o Governo tem recorrido ao endividamento público por essas duas razões. Tanto as receitas não têm coberto as despesas, quanto o excesso de dinheiro aqui aplicado por investidores estrangeiros tem forçado o Governo a usar esse mecanismo para "enxugar" a economia nacional. O perigo da estratégia é que o investidor privado, atraído pelos altos juros, empregue seus capitais especulativamente, deixando de aplicar em atividade produtiva, o que levaria à estagnação da economia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos notando que o mundo está muito líquido, com um PIB mundial em torno de US\$26 trilhões, em que praticamente a metade desses recursos, US\$13 trilhões de dólares, estão no capital circulante, capital volátil, o que é prejudicial à economia de qualquer país, principalmente países emergentes como o Brasil.

A dívida interna mobiliária federal cresceu 52%, em 1995, e 48%, em 1996, ano em que chegou próximo a R\$180 bilhões. Para se ter uma idéia do poder corrosivo dessa astronômica dívida, foram consumidos com seus encargos mais de R\$12 bilhões. A partir de 1994, tanto o déficit orçamentário quanto a necessidade de diminuir a liquidez do mercado contribuíram para tal aumento. O crescimento real da colocação de títulos foi, em média, de 24% ao ano, a partir de 1995.

Segundo o Tesouro Nacional, o incremento de sua dívida teve os seguintes motivadores: integralização de capital junto ao Banco do Brasil, com a emissão de notas do Tesouro Nacional no valor de R\$ 6,4 bilhões; garantia de empréstimo do Ministério da Saúde, contraído junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$1,2 bilhão; pagamento da dívida externa de responsabilidade do Tesouro, no valor de R\$5 bilhões; securitização de obrigações da dívida agrária, que consumiu outro R\$1,2 bilhão; pagamento de dívidas contratuais dos Ministérios, no valor de R\$540 milhões; despesas com encargos de rolagem da dívida do próprio Tesouro, no montante de R\$4,5 bilhões; pagamento dos Estados

da desoneração do ICMS (Lei Kandir), no valor de R\$545 milhões.

Como se pode ver, o Governo ainda não obteve o equilíbrio fiscal que evitaria o aumento da dívida sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

Nos últimos dois anos, a necessidade de controlar os agregados monetários assumiu maior relevância, como se pode ver pelo aumento da dívida sob responsabilidade do Banco Central, a qual cresceu de R\$26 bilhões, em 1994, para R\$83 bilhões no final de 1996. Contribuiu para isso o grande aporte de capital estrangeiro no Brasil. Esse dinheiro, por um lado, tem servido para financiar o déficit da balança comercial e aumentar significativamente as chamadas reservas internacionais do Brasil. Por outro lado, uma vez convertido em reais, expande enormemente a base monetária, o que levaria a um aumento da inflação. Para evitar que isso ocorra, então, o Banco Central emite títulos e retira moeda do sistema econômico. Como resultado, obviamente, aumenta a dívida interna.

Ao considerarmos a dívida interna, não nos podemos esquecer de incluir aquela sob responsabilidade dos Estados e Municípios, que pulou de aproximadamente R\$2 bilhões, em 1993, para mais de R\$50 bilhões, em 1996. Dessa forma, obtemos um rombo de quase US\$230 bilhões, consideradas as dívidas sob responsabilidade das três Unidades da Federação. O montante equivale a um terço do PIB, número que, comparado ao de outros países, não é grande, mas que, levando-se em conta a situação de desequilíbrio fiscal crônico e os problemas cambiais que enfrentamos, é motivo de grande preocupação.

Além dessa dívida representada por títulos, o Estado brasileiro tem outros passivos, como o Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o Programa de Integração Social – PIS, a Previdência Social e os Fundos de Pensão. Tais passivos, como se sabe, em algum momento, terão de ser honrados.

Tudo isso leva a um quadro extremamente grave para as finanças públicas no Brasil e à necessidade emergencial de um ajuste fiscal, sob pena de retorno da inflação.

No que respeita à dívida externa, o quadro não é menos preocupante. Tendo o Brasil retornado ao mercado financeiro internacional após aderir ao Plano Brady, em 1994, voltou a receber dinheiro do exterior. Por sinal, esse retorno ao mercado internacional foi uma das peças fundamentais para

o Plano Real, pois o grande fluxo de capital viabilizou o financiamento das exportações e impediu que especuladores forçassem a alta do dólar e, com isso, exaurissem as reservas internacionais. Mas, em contrapartida, a dívida externa brasileira, que era de US\$145 bilhões, em 1993, subiu para US\$167 bilhões, em 1996.

Aqui se chega a uma espécie de impasse: a política econômica interna de juros altos atrai capitais estrangeiros; por sua vez, para evitar que o aumento de capital provoque o aquecimento da economia, o Banco Central lança títulos, enxuga o mercado e... aumenta a dívida interna.

Nos últimos anos, apesar de tudo, o serviço da dívida tem consumido pouco mais da metade das exportações, e os 40% do déficit comercial têm sido financiados com capital de longo prazo.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, atentemos para o fato de que a recuperação da economia feita com o advento do Plano Real levou a um crescimento das dívidas externa e interna, tanto porque o País não concluiu as reformas que garantiriam o equilíbrio fiscal, quanto porque precisou diminuir a liquidez.

O equilíbrio das contas públicas diz respeito também, obviamente, ao aumento da receita e, nesse particular, o Governo Federal tem tido um relativo sucesso. A arrecadação a cargo da Secretaria da Receita Federal aumentou de pouco menos de 50 bilhões, em 1993, para 91 bilhões, em 1996.

Tal incremento se deve, em grande parte, à estabilização da economia, pois deixou de haver a corrosão dos valores que servem de base para o cálculo do imposto. Outro fator que contribuiu foi o fim dos questionamentos judiciais à Cofins, no final de 1993. A arrecadação cresceu, ainda, devido ao aumento do poder de compra; os impostos vinculados ao mercado exterior, por exemplo, aumentaram de menos de US\$2 bilhões, em 1993, para mais de US\$4 bilhões, em 1996, graças ao aumento das importações. Mas, em contrapartida, há falta de crescimento de nossas exportações; já o Imposto sobre Produtos Industrializados cresceu mais de 50% de 1993 para 1996. A arrecadação do Imposto de Renda, por sua vez, de aproximadamente US\$17 bilhões em 1993, passou para mais de US\$33 bilhões, em 1996. No mesmo período, aumentos reais de arrecadação ocorreram no Imposto Territorial Rural – ITR, no Programa de Integração Social – PIS – e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSSLL.

Mas, infelizmente, tal crescimento de receita não foi suficiente para reduzir o desequilíbrio das contas públicas, tal foi o aumento tanto da dívida interna quanto externa.

Com a reforma tributária, poderá haver aumento de arrecadação, ao tornar mais eficiente a cobrança dos impostos, sem que, no entanto, isso implique aumento da carga tributária. Mas, enquanto essa reforma não vem, alguma coisa pode ser feita. Uma delas é a diminuição da renúncia fiscal do Estado. As isenções e deduções têm ficado em torno de 1,5% do PIB; particularmente em 1997, devem ficar em torno de 1,84%, o que representa mais de R\$15 bilhões. Sabe-se que 43% dessa isenção está localizada na Região Sudeste e 13% na Região Sul. Mesmo que alguns defendam a isenção a alguns setores, justificando que os empreendimentos geram mais impostos, num Estado com tamanha precariedade nas contas fiscais como o Brasil, a manutenção da elevada renúncia fiscal é preocupante.

Relembro que, embora os índices de endividamento interno e externo sejam compatíveis com os padrões internacionais, dada a história de déficit crônico em nosso País, a cultura inflacionária e o desequilíbrio cambial, essa dívida pode se tornar de difícil gerenciamento, se o quadro não for mudado. E temos uma perspectiva, para o ano de 1997, de um déficit girando em torno de 53 bilhões, as transferências para o exterior e o déficit da balança de pagamentos ou conta corrente do Governo.

Ainda nos preocupa hoje, lendo na imprensa nacional, a definição do Governo em redirecionar todo recurso de privatização para amortizar a dívida interna e a externa. Acho que o assunto precisa ser mais profundamente discutido, principalmente hoje, quando o nosso País paga juros reais em torno de 12% a 13% ao ano. Se deslocarmos esses recursos para amortizar a dívida interna, mas não existir um instrumento seriíssimo que faça com que haja um controle muito rígido no endividamento interno, esses recursos aplicados na amortização da dívida interna ou externa poderão não gerar nenhum benefício para o nosso País. E por quê? Porque, como é tão elevada essa taxa de juros que financia uma dívida interna que hoje gira em torno de US\$230 bilhões – se considerada essa taxa média, um número redondo de 10% de juros reais –, vamos ter um juro de US\$20 bilhões. Se aplicarmos na amortização de dívidas, vamos continuar recorrendo ao mercado fi-

nanceiro interno que passa a ficar muito líquido e o Governo não; e vamos gerar um problema sério a curtíssimo prazo.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador João Rocha?

O SR. JOÃO ROCHA – Concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão – Eminente Senador João Rocha, V. Ex^a tem trazido ao debate no Senado Federal assuntos de natureza econômica que, muitas vezes, até parecem áridos para certas pessoas, mas que estão no cerne da vida social, política e econômica do País. A partir do instante em que V. Ex^a assumiu a Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle, desencadeou uma série de estudos, com a sua assessoria, que têm servido para lastrear o pensamento e as reflexões dos Srs. Senadores. Este assunto da dívida é realmente preocupante, e tanto V. Ex^a quanto o Senador Lauro Campos têm trazido essas preocupações a nós todos. E nós haveremos de ser gratos por isso, na medida em que nos preocupamos com o que vai acontecer com este País. Ainda ontem, o Presidente da República nos informava que os Estados devem à União Federal R\$104 bilhões. E a dívida externa e interna da União Federal, dos Estados e dos Municípios está entre R\$230 bilhões e R\$260 bilhões. É um crescendo avassalador e realmente preocupante. Ou encontramos uma solução criativa, talentosa, para o problema da dívida, ou o Plano Real, que é o nosso grande cabedal atual, pode ruir como um castelo de areia. Cumprimentos a V. Ex^a, portanto, pela profundidade do debate que promove no Senado nesta manhã.

O SR. JOÃO ROCHA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. A sua preocupação é a mesma da Casa, exatamente porque não estamos tendo controle nem sobre o endividamento externo nem sobre o interno, não só da União, mas também dos Estados e municípios.

V. Ex^a disse muito bem: estamos refinanciando dívidas estaduais e municipais superiores a U\$103 bilhões. Essa dívida praticamente concentra-se em quatro Estados: desse total, U\$50 bilhões são do Governo do Estado de São Paulo e U\$26 ou U\$27 bilhões são dos Governos das Regiões Sul e Sudeste. Ou seja, somente U\$26 bilhões são dívidas geradas pelos Governos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País.

Isso gera uma disparidade, pois, a partir do momento em que o Governo Federal assumiu essa dívida, a paternidade dessa dívida de praticamente US\$80 bilhões das Regiões Sul e Sudeste, com prazo de 30 anos e juros de 6% ao ano, está trazendo um reflexo, um prejuízo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estamos viabilizando esses Estados que estavam falidos, que pagavam juros reais de 20% ao mês e passam a pagar 6% ao ano. Mais uma vez, estamos gerando um grande desequilíbrio nas contas do País, sacrificando as regiões mais necessitadas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Há poucos dias, fizemos um pronunciamento em que mostrávamos números reais e verdadeiros, que revelavam essa disparidade de investimentos.

Estamos concluindo também dois novos relatórios: um sobre investimentos de empresas estatais por região do País, e outro por investimento utilizando recursos orçamentários. A preocupação nossa é exatamente mostrar esse quadro real e sair das informações inverídicas de que a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste são um peso morto, só problemas. Elas são regiões-soluções: o que elas não tiveram foram as facilidades de financiamento para alavancar o seu desenvolvimento, como tiveram e continuam tendo as Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

O Sr. Lauro Campos – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO ROCHA – Concedo a palavra a V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senador João Rocha, de início, parabênizo V. Ex^a por trazer à nossa reflexão assunto de tal relevância e por atualizar os dados relativos ao endividamento tanto interno como externo do Brasil. Realmente, são dados que galopam, que crescem de tal forma que, se deixarmos de olhar para eles durante algum tempo, nossos olhos vão se assustar com o seu crescimento. O Senador Edison Lobão já manifestou a sua preocupação em relação a esse assunto. Quanto a mim, gostaria apenas de dizer que os dados de V. Ex^a revelam que o endividamento público interno de Estados, Municípios e da União vem aumentando significativamente nos últimos anos. A meu ver, o Plano Real não teria dado certo – ou tão certo, considerando-se que o seu objetivo principal é reduzir a inflação – se não tivéssemos fixado uma taxa de câmbio exageradamente valorizada. Isso permitiu que importássemos mercadorias estrangeiras dos quatro

cantos do mundo a preços subsidiados, que levaram muitos setores da economia nacional à crise e à falência. O Presidente da República reconheceu apenas que três setores teriam sido desestruturados; o Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo afirma que existem 15 setores que podem ser recuperados; no Plano de Ação, esse plano que corresponde ao Real II, o que se verifica é que são 42 setores. De qualquer maneira, se não tivesse havido importações a preços subsidiados, que achataram a inflação interna, o sucesso do combate à inflação não teria sido tão grande. Um dos preços que pagamos pela vitória no combate à inflação é justamente o aumento do endividamento externo, que resultou da elevação dos juros internos para reduzir o consumo, e, ao mesmo tempo, o desequilíbrio na balança comercial, que permitiu que à oferta interna se somasse a oferta externa de bens importados, a preços subsidiados, pela taxa de câmbio sobrevalorizada. V. Ex^a tem toda razão ao detectar esses problemas com que estamos convivendo justamente devido à lógica que presidiu a confecção do Plano Real. Muito obrigado.

O SR. JOÃO ROCHA – Senador Lauro Campos, agradeço o aparte de V. Ex^a, que valoriza o meu pronunciamento e acrescentando informações importantes ao conhecimento do País.

Temos certeza de que essa crítica construtiva nos ajuda a encontrar o melhor caminho para o Brasil. A crítica sugere ao Governo que busque soluções que tragam melhores condições de vida para a população sem o sacrifício desse grande endividamento interno.

O Sr. Ademir Andrade – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Rocha?

O SR. JOÃO ROCHA – Ouço V. Ex^a, Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade – Senador João Rocha, em primeiro lugar, quero registrar o bom trabalho que V. Ex^a desenvolve nesta Casa em duas questões que têm sido preocupação constante de V. Ex^a: as desigualdades regionais e a política econômica do Governo, que tem recebido crítica sempre correta, sempre muito bem embasada de V. Ex^a. Esta Casa fez muito bem ao escolhê-lo para ser Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. V. Ex^a diz no seu discurso que o Governo Federal dever-se-ia preocupar mais com as isenções que tem dado à implantação de determinados parques industriais no Brasil. Essa seria uma forma de corrigir um pouco os erros que estão sendo cometidos.

Vou mais além. O Senador Lauro Campos diz que o Governo Federal está com uma política cambial errada. Pode até ser, mas essa é a única forma de manter a estabilização. Se acabar com essa âncora cambial, ele destruirá efetivamente o Plano Real, o que não queremos. O que considero errado é o Governo ter aumentando muito os juros, para que capital externo fosse aplicado no sistema financeiro nacional, visando obter reservas para poder continuar cumprindo compromissos como o pagamento do serviço da dívida externa. Este, para mim, é o grande erro do Governo Federal. Ele ampliou a dívida de maneira astronômica, de maneira injustificável. Ao vir ao Senado, o Ministro Pedro Malan não nos disse como essa dívida será paga. Seria preciso uma discussão mais séria a respeito desta questão. Quem sabe V. Ex^a poderia chamar o Senado Federal, chamar as autoridades deste País para um seminário, na Comissão presidida por V. Ex^a, para debatermos profundamente esse problema? O discurso que V. Ex^a faz hoje é muito importante. Eu, que me interesso pela matéria, farei questão de lê-lo com a devida atenção, porque sei que traz dados atuais, extremamente importantes. Vamos aprofundar a discussão, pois me parece que o Governo Federal está beneficiando segmentos da sociedade, principalmente os banqueiros nacionais e o capital multinacional. Aqui está o erro do Presidente Fernando Henrique Cardoso: a sua preocupação em atender sempre ao interesse do capital nacional, ao interesse dos países desenvolvidos do Primeiro Mundo. E continuamos a transferir riqueza, independentemente da paridade do dólar com o real. Por outra forma, pela forma da aplicação no sistema financeiro local, continuamos a transferir riquezas e a aumentar enormemente a dívida interna. Creio que deveríamos aprofundar o debate deste assunto, porque o Governo não está sendo sério, não está sendo honesto, não está vendo o interesse do povo brasileiro, não está procurando melhorar a sua situação. Afinal de contas, o nosso País tem tão boas condições, condições muito melhores do que muitos países do mundo, e não era para estar vivendo nessa dificuldade. Muito obrigado.

O SR. JOÃO ROCHA – Nobre Senador Ademir Andrade, a interferência de V. Ex^a foi muito importante, primeiro, porque tem como parte, também, o trabalho de V. Ex^a, a preocupação com a área econômica e financeira do nosso País. Concordo ainda com V. Ex^a em outro ponto: hoje estamos privilegiando demais o capital especulativo, que está concen-

trado nas mãos de poucos e que não gera, não produz. Estou preparando, inclusive, um pronunciamento em que faço uma retrospectiva do sistema financeiro nacional, concluindo que, nos últimos 10 ou 15 anos, este trabalhou exclusivamente como agente de repasse, como agente especulativo, não transferindo nenhum recurso para a atividade produtiva, não havendo, portanto, nenhuma interação entre o capital e o trabalho.

A imprensa noticia todos os dias se as bolsas de valores estão perdendo ou se estão ganhando. Num país como o Brasil, as bolsas de valores chegaram, até há poucos dias, a render 80% reais em um ano, sem levar em consideração o patrimônio das empresas e a rentabilidade que o capital vai gerar.

Isso é especulativo, e quem está perdendo com isso, nobre Senador Ademir Andrade, é o pobre, que só vai ao sistema de capitais, à bolsa quando ela está em alta, porque ele é mal-informado, mal-orientado. Vejo a imprensa dizer que a queda da bolsa de valores é um problema sério. Em qualquer país do Primeiro Mundo, a rentabilidade real da bolsa é 2%, 3%; é 2%, 3% acima da inflação. Citamos o exemplo das bolsas de valores da Malásia e da Coreia do Sul, que são países explorados pelo capitalismo selvagem, e achamos que está ruim. O Brasil está dando rentabilidade de 80% em bolsa – deu 52% em 1996 – e estamos considerando errado.

A bolsa tem que ter rentabilidade como instrumento de alavancagem do desenvolvimento, da produção industrial, comercial; ela tem que alavancar a economia; mas, lamentavelmente, no nosso País, a bolsa é instrumento especulativo administrado por poucos instrumentos financeiros.

Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenha a certeza de que aceitamos a sugestão de V. Ex^a e vamos buscar realizar seminários e debates, em defesa dos interesses maiores do nosso País.

Para concluir, pedimos à Presidência da Mesa que façam parte integrante do nosso pronunciamento a Nota Técnica nº 16/97, produzida pela Consultoria de Orçamento, e o Estudo nº 150, de 1997, produzido pela Consultoria Legislativa desta Casa, todos a nosso pedido. Muito obrigado pela atenção.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. JOÃO ROCHA EM SEU PRONUN-
CIAMENTO:**

ESTUDO Nº 150, DE 1997

Assunto: DÍVIDA INTERNA E EXTERNA:

Solicitante: SENADOR JOÃO ROCHA (STC Nº 1041/97)

I - DÍVIDA INTERNA

O processo de endividamento interno constitui-se em um dos elementos básicos na moderna gestão das finanças públicas. Dois elementos são os motivadores desse processo: o gasto público e a política monetária.

1.1. - O MOTIVADOR FISCAL

Na medida que o Governo passa a ter a soma total de seus gastos maior que a soma total de suas receitas, encontra-se frente à necessidade de reduzir as suas despesas ou aumentar as suas receitas. Entretanto, tal processo é extremamente custoso e demanda tempo. Assim, frente a um **déficit** em suas contas restam as seguintes opções.

Primeiro, emitir moeda. Em sendo o governo o detentor político-legal do monopólio de emissão da moeda nacional, em caso de **déficit** pode o governo optar pela emissão de moeda. Isto é, pagar as suas despesas a partir da expansão da base monetária, sem contrapartida no aumento da produção. Essa ação acaba gerando pressão alista no nível de preços, destarte é como se o Governo decidisse diminuir a renda real de todas as pessoas criando um tributo que se materializa na desvalorização da moeda: o chamado imposto inflacionário.

Segundo, emitir títulos, a fim de obter recursos disponíveis no setor privado, financiando as suas despesas. Entretanto, essa ação também tem implicações sobre a economia. Para que consiga obter os recursos adicionais necessários para cobrir o excesso de despesas, o Governo tem que pagar um prêmio que se materializa na forma da taxa de juros. Ou seja, o setor privado exigirá como contrapartida ao empréstimo de recursos uma remuneração, que será tanto maior quanto a necessidade do Governo e, inversamente, sua credibilidade.

Portanto, podemos concluir que o desequilíbrio fiscal do Governo é um dos elementos fundamentais para se compreender o processo de endividamento público.

1.2. - O MOTIVADOR MONETÁRIO

Contudo, o endividamento público também pode ocorrer devido a flutuações monetárias na economia. Isto é, a autoridade monetária, encarregada de regular a oferta global de moeda no sistema econômico, pode ter que intervir para

retirar moeda da economia. Esse fato ocorre quando, dado o aquecimento exagerado da economia ou a expansão descontrolada da base monetária, faz-se necessária a colocação de títulos públicos.

A moeda (principalmente a escritural) é o elemento básico nas transações capitalistas modernas. O instrumento de controle da base monetária, a partir das operações de mercado aberto, torna-se um elemento dinâmico na compreensão do endividamento público. Conforme constataremos mais adiante, esse é um dos principais fatores do aumento da dívida interna no Brasil.

É importante perceber que tanto o processo de colocação de títulos pelo Governo para financiar **déficits**, como o enxugamento da liquidez monetária pelo Banco Central, dependendo da intensidade podem vir a manter a economia estagnada e os capitais privados voltados para a especulação e não para a produção.

1.3. - O CASO BRASILEIRO: DÍVIDA INTERNA

TABELA I - Total da dívida mobiliária federal

ANO	Saldo em R\$ Mil			
	BACEN (A)	TESOURO (B)	CARTEIRA DO BACEN (C)	DÍVIDA INTERNA (A+B-C)
1993	1.077	11.632	7.772	4.987
1994	26.453	59.302	23.973	61.782
1995	49.346	84.596	25.456	108.486
1996	83.105	114.812	21.669	176.248

TABELA II - Crescimento da dívida mobiliária federal

ANO	DÍVIDA INTERNA (A+B-C)	VAR. NOMINAL %	VAR. REAL %
1993	4.987	2.941,7	3,1
1994	61.782	1.138,7	19,7
1995	108.486	75,7	52,8
1996	176.248	62,5	48,8

Inicialmente, precisamos compreender que o conceito de dívida interna apresenta várias formas de ser evidenciado. Portanto, é imprescindível a explicitação da base metodológica que se está trabalhando para que se possa obter conclusões relevantes do ponto de vista da teoria econômica.

O conceito relevante de dívida interna mobiliária federal é aquele que considera o estoque da dívida em poder do público, ou seja, os títulos do Tesouro em circulação e os títulos fora da carteira do Banco Central. Assim, a dívida interna fora do Banco Central é a soma da dívida de responsabilidade do Tesouro com a dívida de responsabilidade do Banco Central diminuindo-se os títulos em carteira do

Banco Central. No final de 1996, essa dívida alcançava o montante de R\$ 176,2 bilhões. Observando-se a evolução a partir de 1993, constata-se um crescimento real em todos os anos do período, sendo que a partir do Plano Real é que se verifica tal movimento com mais intensidade, crescendo aproximadamente 52% em 1995 e 48% em 1996, isso descontada a inflação. Somente os encargos da dívida, em 1996, consumiram R\$ 12,5 bilhões.

TABELA III - Dívida de responsabilidade do Banco Central

RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL			
ANO	LBC	BBC	TOTAL
1993	O	1.077	1.077
1994	2.133	24.320	26.453
1995	22.561	26.784	49.346
1996	32.789	50.316	83.105

TABELA IV - Dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional

Saldo em R\$ Mil

RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL				
ANO	LTN	NTN	OUTROS	TOTAL
1993	240	11.199	193	11.632
1994	519	50.972	7.811	59.302
1995	19.588	46.498	18.510	84.596
1996	49.101	65.657	54	114.812

TABELA V - Crescimento da dívida do Tesouro

Saldo em R\$ Mil

RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL			
ANO	TOTAL	VAR. NOMINAL %	VAR. REAL %
1993	11.632	2.535,0	(10,7)
1994	59.302	409,8	(50,8)
1995	84.596	42,7	24,0
1996	114.812	35,7	24,3

Tanto o componente monetário, como o componente fiscal estão presentes no vigoroso crescimento registrado pela dívida pública federal, a partir de 1994. As tabelas acima evidenciam o crescimento **real** na colocação de títulos públicos, a partir de 1995, na média de 24% ao ano. Constata-se também o enorme salto na colocação de títulos pelo Banco Central.

Segundo o Tesouro Nacional, o crescimento da dívida de responsabilidade do Tesouro, em 1996, teve os seguintes motivadores fiscais:

a) integralização de capital junto ao Banco do Brasil mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional - série J (NTN-J) no montante de 6,4 bilhões de reais;

b) garantia de empréstimo contratado pelo Ministério da Saúde junto ao Banco do Brasil mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional - série T (NTN-T) no montante de 1,2 bilhão de reais;

c) pagamento de dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional no montante de 5,0 bilhões de reais;

d) securitização de obrigações e títulos da dívida agrária no montante de 1,2 bilhões de reais;

e) pagamento de dívidas contratuais dos ministérios no montante de 540 milhões de reais;

f) despesas com encargos de rolagem da própria dívida no montante de 4,5 bilhões de reais;

g) pagamento aos estados pela desoneração do ICMS (Lei Kandir) no montante de 545,6 milhões de reais.

Assim, podemos comprovar que o Governo Federal ainda não obteve o equilíbrio fiscal necessário para que não ocorra aumento do endividamento de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Explicado o motivador fiscal, podemos observar que o motivador monetário tem sido de relevância maior nos últimos dois anos. Como já foi destacado anteriormente, o motivador monetário está relacionado ao controle dos agregados monetários da economia.

A dívida de responsabilidade do Banco Central cresceu de aproximadamente 26 bilhões de reais em 1994 para 83 bilhões de reais ao final de 1996. Os fatores que explicam esse crescimento são fundamentalmente os seguintes:

a) o grande fluxo de capitais externos para o Brasil que, além de financiar o **déficit** na balança comercial, aumentou significativamente as reservas internacionais do país (que já atingem o montante de 60 bilhões de dólares). Ora, esse dinheiro, ao entrar no país, é convertido em reais expandindo enormemente a base monetária. Para que isso não ocorra, o que causaria inflação, o Banco Central emite títulos retirando moeda do sistema econômico. Portanto, a entrada de capitais em grande volume acarreta o aumento da dívida interna.

b) o temor do crescimento da economia antes que o Governo tenha feito o ajuste fiscal faz com que se mantenha uma política monetária austera que se traduz em juros altos e controle rígido da liquidez monetária da economia.

Expandindo o conceito de dívida interna mobiliária, devemos incluir as dívidas mobiliárias dos demais entes da Federação além da União.

TABELA VI - Dívidas dos estados e municípios

ANO	Saldo em R\$ Mil	
	TOTAL	VARIAÇÃO
1993	1.991.304	3.187,7
1994	24.916.254	1.151,3
1995	39.511.200	58,6
1996	51.721.000	30,9

Os títulos da dívida dos estados e municípios acumularam um saldo de R\$ 51,7 bilhões, em 1996, contra um montante de R\$ 39,5 bilhões, no exercício anterior. A variação nominal em relação a dezembro de 1995 corresponde a 30,9%.

O Estado de São Paulo, junto com a sua capital, acumulou o maior saldo, participando com 23,7 bilhões de reais, perfazendo 45,9% do total. Ao final do exercício, a dívida estadual registrou R\$ 18,7 bi e a municipal R\$ 5,1 bi.

Em seguida, veio a dívida de Minas Gerais que participou com 17% do montante. Das dívidas mobiliárias estaduais e municipais, 89,6% estão com São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Portanto, somando-se a dívida mobiliária federal e a dívida mobiliária dos demais entes da Federação, chegamos ao valor de R\$ 227,9 bilhões, ou seja, aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto do país. Embora, comparando com outros países esse não seja um valor significativo, deve-se considerar a conjuntura de desequilíbrio fiscal crônico do Brasil, bem como o problema cambial.

É fundamental compreender que, até agora, descrevemos a dívida mobiliária; contudo existem uma série de passivos no Estado brasileiro que, em algum momento, terão de ser assumidos pelos diversos Governos, quais sejam: FCVS, FGTS, PIS, previdência social, fundos de pensão das estatais, entre outros. **Desse modo, pode-se perceber a gravidade das finanças públicas no país e a necessidade emergencial do ajuste fiscal, sob pena do retorno da inflação.**

II - DÍVIDA EXTERNA

O comportamento da dívida externa brasileira, nesta década, está intimamente ligado à renegociação nos termos do Plano Brady. A proposta do Subsecretário de Tesouro americano N. Brady constituiu-se numa alternativa para os países endividados do terceiro mundo, tendo como instrumentos básicos a consolidação da "dívida antiga" (com a sua troca por novos papéis) e o deságio em relação à dívida passada.

O Brasil foi, efetivamente, o último dos grandes devedores a aderir às condições do Plano Brady, sendo a renegociação iniciada em 1991 e a troca dos

títulos efetivada em 1994. Com isso, o Brasil retornou ao mercado financeiro internacional, após quase uma década de afastamento, desde a moratória de 1987.

Esse retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional acabou tornando-se em uma das peças fundamentais do Plano Real, na medida que permitiu um grande fluxo de capitais para o país. Isso, por sua vez, viabilizou o financiamento das importações, ao mesmo tempo em que, ao contrário dos planos econômicos anteriores, impediu que especuladores forçassem a alta do dólar paralelo e exaurissem as reservas internacionais.

Assim, podemos constatar que o retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional acabou caracterizando-se por uma elevação da dívida externa brasileira, que saltou de aproximadamente 145 bilhões de dólares, em 1993, para 167 bilhões de dólares, em 1996. É importante constatar que a política econômica interna, com uma política monetária restritiva de juros altos, foi um dos elementos determinantes para o aumento do fluxo de capitais internacionais para o País.

Na medida que as reservas internacionais atingiram aproximadamente 60 bilhões de reais ao final de 1996, fica caracterizada (conforme ressaltado quando tratou-se da dívida interna) a conexão entre o crescimento do fluxo internacional de capitais e o endividamento interno, pois este tem como um dos seus principais leitmotivo o enxugamento da liquidez monetária.

TABELA VII - Dívida externa

US\$ Milhões

ANO	DÍVIDA BRUTA	RESERVAS	DÍVIDA LÍQ.	EXP. FOB
1993	145.726	32.211	113.515	38.563
1994	148.295	38.806	109.489	43.545
1995	159.256	33.512	123.897	44.893
1996	166.700	60.110	106.590	47.748

TABELA VIII - Indicadores de dívida externa

ANO	DÍVIDA LÍQ. (A)	EXP. FOB (B)	SERVIÇO (C)	A / B	C / B
1993	113.515	38.563	16.592	294,36	43,0
1994	109.489	43.545	16.934	151,44	38,9
1995	123.897	44.893	20.251	175,98	45,1
1996	106.590	47.748	24.263	123,23	50,8

O conceito de dívida líquida, descontando-se as reservas internacionais, mostra, nos últimos anos, uma melhora dos indicadores relativos à dívida externa. A participação dos serviços anuais da dívida sobre as exportações representam pouco mais de 50%, sendo um índice extremamente compatível com a realidade internacional. Entretanto, cabe destacar a ilusão que as reservas internacionais podem causar, à medida que sejam compostas de capital especulativo. Dados

fornecidos pelo Governo Federal mostram que, atualmente, aproximadamente 40% do **déficit** comercial já estaria sendo financiado com capitais de longo prazo.

III - CONCLUSÕES

A recuperação econômica do país a partir do Plano Real veio acompanhada do crescimento tanto da dívida interna, como da dívida externa. No lado da dívida interna, o crescimento deveu-se à incapacidade do Governo concluir as reformas que garantam o equilíbrio fiscal, assim como a necessidade de se evitar a explosão da liquidez interna, dada a "avalanche" de recursos internacionais e aumento das reservas. Sem sombra de dúvidas, podemos afirmar que a dívida interna é reflexo, em grande parte, da dívida externa crescente.

Já o crescimento da dívida externa está intimamente relacionado com a política monetária interna, de juros extremamente altos para os padrões internacionais, e ao retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional.

Cabe destacar que, embora a participação das dívidas interna e externa estejam compatíveis com os níveis internacionais, as características peculiares da economia brasileira (**déficit** crônico, cultura inflacionária, desequilíbrio cambial) podem vir a tornar o gerenciamento das dívidas extremamente custoso.



André Eduardo da Silva Fernandes
Consultor Legislativo

Consultoria de Orçamentos

NOTA TÉCNICA Nº 16 /97

ASSUNTO: Análise do Comportamento da Arrecadação da Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal no Período 1989/1996

SOLICITANTE: SENADOR JOÃO ROCHA**I- INTRODUÇÃO**

O ofício nº 170/SF, de 21.02.97, remete ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. PEDRO SAMPAIO MALAN, cópia do Requerimento de Informação nº 93/97, de autoria do Exmº Sr. Senador JOÃO ROCHA.

Por meio desse Requerimento era solicitado um histórico de arrecadação da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal, por código agregado e por setor econômico, para o período de 1989 a 1996. Essas informações permitiriam avaliar a evolução da receita, abrangendo os seus mais variados segmentos, sendo de grande importância para o Senado Federal. A resposta ao Requerimento, consoante aviso nº 225/MF, de 24.03.97, consistiu na apresentação de dezoito tabelas, incluindo dados agregados e detalhamento de cada tipo de receita, por setor econômico.

Todavia, afora os dados apresentados, não foi fornecida nenhuma análise explicando as flutuações e tendência da arrecadação dos diversos tributos. Diante disso, o Ilustre Senador solicita à Consultoria de Orçamentos a elaboração desta Nota Técnica, com o objetivo de suprir essa lacuna.

Este trabalho está dividido em quatro seções. Na seção II é feita uma análise da arrecadação, tanto do ponto de vista da receita global como o relativo aos principais tributos. A seção III, sobre benefícios tributários, foi acrescentada em função de preocupação expressada pelo Nobre Senador ao determinar que o estudo indicasse os efeitos da renúncia do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre veículos. Por fim, na seção IV, são apresentadas algumas conclusões.

II - ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL

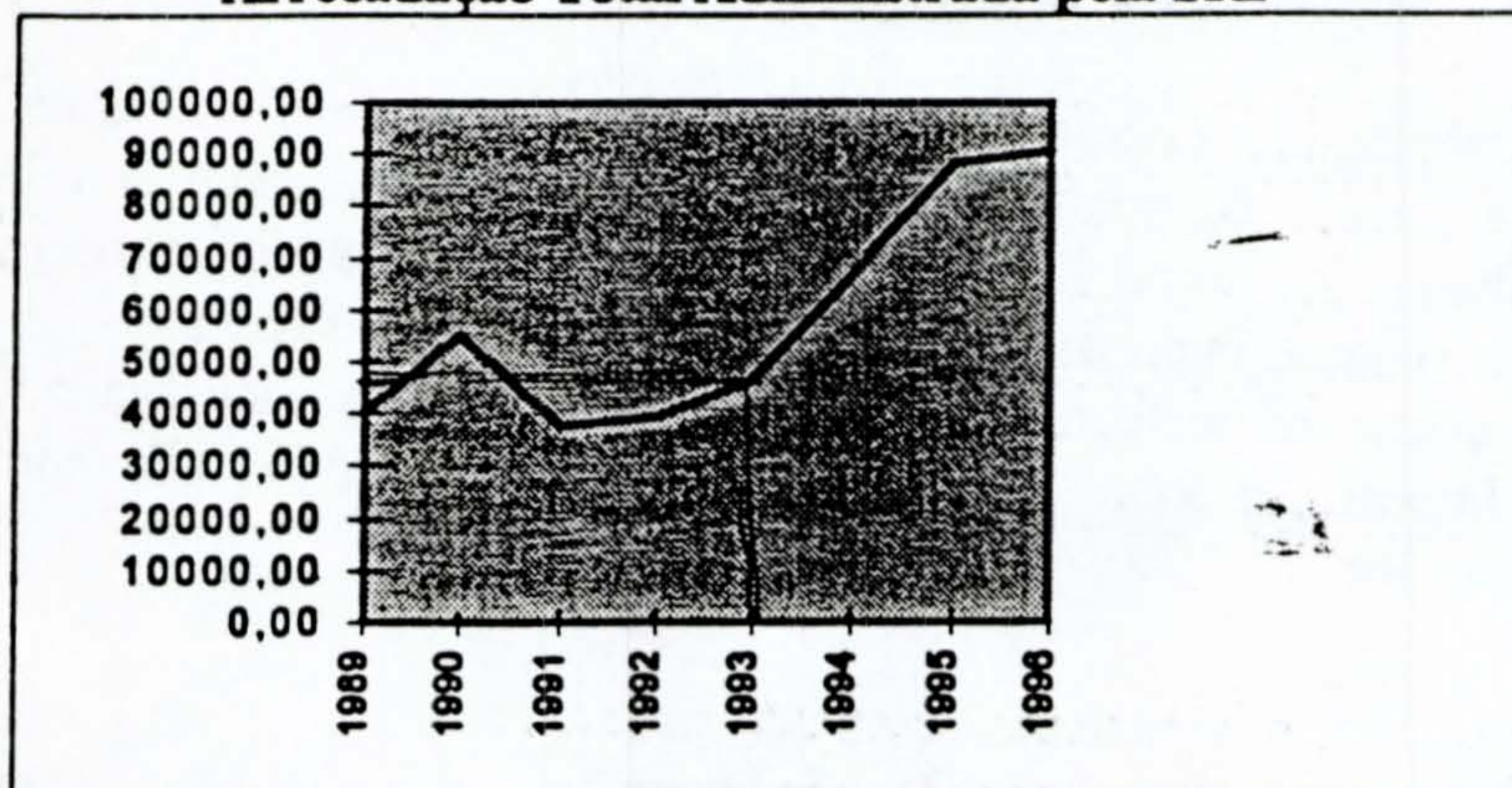
O desempenho da arrecadação de tributos federais administrados pela SRF, no período de 1989 a 1996, obtidos através do Sistema Angela, encontra-se descrito na presente seção. Os valores de arrecadação encaminhados ao Senado Federal estão expressos em milhões de dólares, pois foram convertidos utilizando-se a taxa do dólar médio anual¹.

¹ Deve ser salientado que a utilização da taxa cambial para conversão dos valores está sujeita a algumas distorções. O regime cambial adotado na economia brasileira não constitui o sistema de taxa de câmbio flexível, estando sujeito a intervenções por parte das autoridades governamentais. Mais recentemente, a partir do Plano Real, têm sido adotadas variações do câmbio em torno de bandas móveis previamente fixadas. Esse fato, em períodos de sobrevalorização do dólar, termina por superestimar a arrecadação em dólares.

Os dados de arrecadação da receita podem ser divididos em três grandes grupos: impostos, contribuições e outras receitas administradas. Para cada um dos grupos são fornecidas informações desagregadas por setor. Deve-se observar que dada a natureza do presente estudo foram excluídas as arrecadações relativas ao sistema previdenciário, as fontes próprias de recursos de ministérios específicos e as receitas próprias de fundos federais diretamente arrecadadas por ministérios setoriais.

A evolução da arrecadação total, no período de 1989 a 1996, encontra-se resumida no Gráfico 1. No cálculo da arrecadação total foram consideradas as seguintes receitas: Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Renda (IR), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/PASEP, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Plano da Seguridade Social dos Servidores, Contribuições para o FUNDAF e outras receitas administradas.

Gráfico 1
Arrecadação Total Administrada pela SRF



Conforme pode ser observado no Gráfico 1, no período analisado houve um forte acréscimo de arrecadação, que passou de aproximadamente US\$ 40 bilhões, em 1989, para US\$ 91 bilhões, em 1996, significando um incremento real de 128 %.

Destaca-se, na série, o resultado alcançado em 1990, refletindo as mudanças introduzidas na legislação tributária e na política econômica². O plano de estabilização econômica de março de 1990 (Lei nº 8.030/90), entre outras medidas, promoveu

² Como a SRF utilizou o dólar médio anual para converter a arrecadação em dólares, e como o câmbio ficou congelado durante boa parte do ano, isto também pode explicar parte do acréscimo da receita em dólares.

diversos ajustes tributários que influenciaram a arrecadação, a saber: a) acabou com o anonimato fiscal e instituiu o imposto de renda na fonte sobre aplicações ao portador com origem não identificada (Lei nº 8.021/90) e b) aplicou tributação transitória, através do IOF, nas operações sobre transmissão ou resgate de títulos e valores mobiliários e títulos representativos de ouro, transmissão de ações e saques efetuados em cadernetas de poupança (Lei nº 8.033/90).

Por sua vez, a forte redução na arrecadação em 1991 é basicamente explicada pela arrecadação atípica do IOF em 1990, como pela desindexação das receitas a partir de julho de 1991, pressionada pelo considerável volume de liminares concedidas pela Justiça, com o objetivo de não atualizar os valores dos impostos e contribuições pela Taxa Referencial Diária - TRD, criada pela Lei nº 8.177/91. Sem a indexação e com a inflação aumentando, o resultado foi queda na receita real dos tributos. Agravava esse quadro a queda na evolução do produto interno bruto entre 1990 e 1992, em torno de cinco por cento.

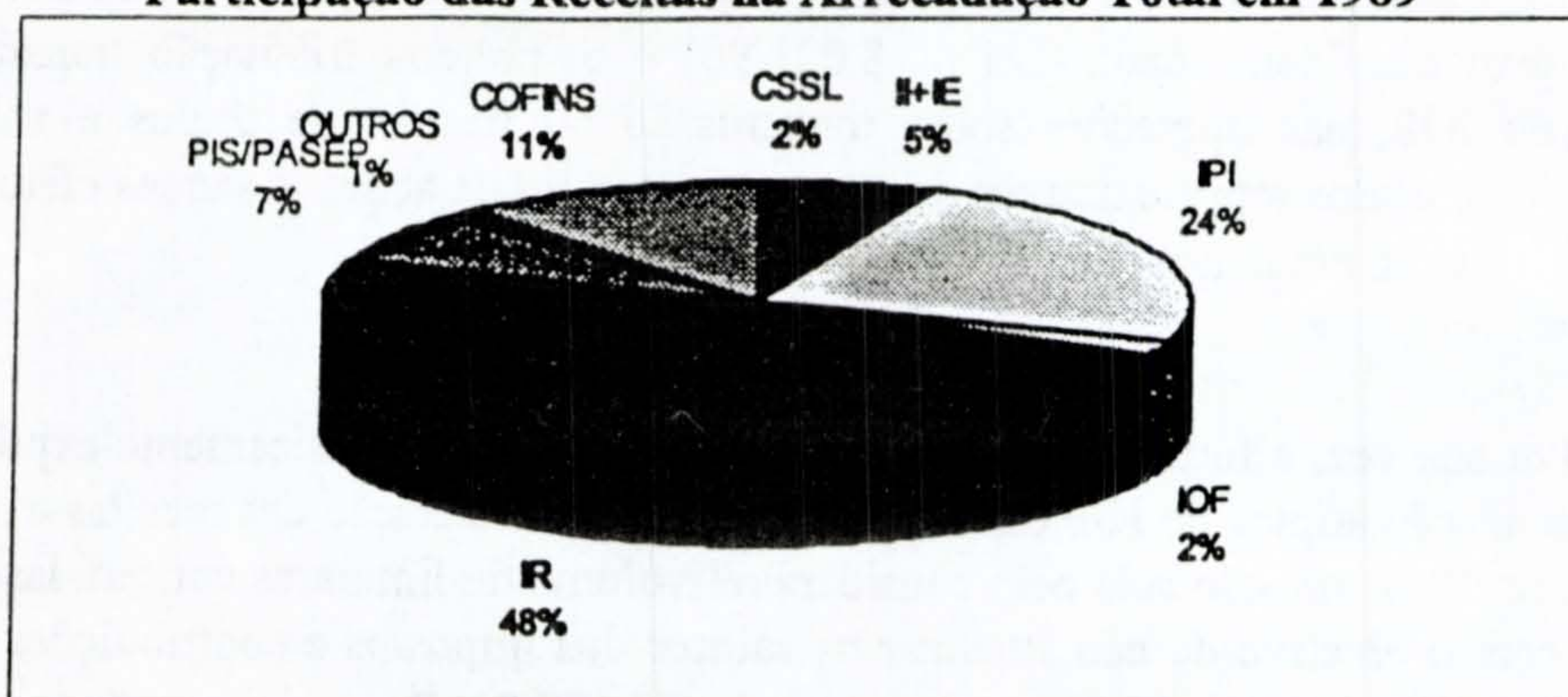
→ A partir de 1993, com retomada do crescimento econômico e com a economia novamente reindexada, a receita começa a se recuperar. Em particular o julgamento favorável à União da constitucionalidade do COFINS, no final de 1993, provocou a retomada do fluxo de pagamentos por parte de grande número de contribuintes que questionavam judicialmente essa contribuição. Em 1994, além da continuidade do crescimento da economia, a introdução do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e, sobretudo, a implantação do Plano Real, que passou a impedir que as bases de cálculo dos principais tributos deixassem de sofrer os efeitos negativos da corrosão inflacionária, são os principais fatores que contribuíram para o acentuado crescimento real da arrecadação.

Já para 1995, o incremento observado da arrecadação pode ser explicado pela aceleração do crescimento econômico impulsionado pelo aumento da demanda em decorrência da eliminação do imposto inflacionário sobre grande parte da população, provocada pela introdução do Plano Real. Isto repercutiu no resultado das empresas e, conseqüentemente, na elevação no recolhimento de impostos e contribuições sociais.

Em 1996, a arrecadação praticamente se estabiliza, pois uma vez esgotados os efeitos do Plano Real, o seu crescimento agora dependerá basicamente do crescimento da economia que, a propósito, evoluiu apenas 2,9% em 1996.

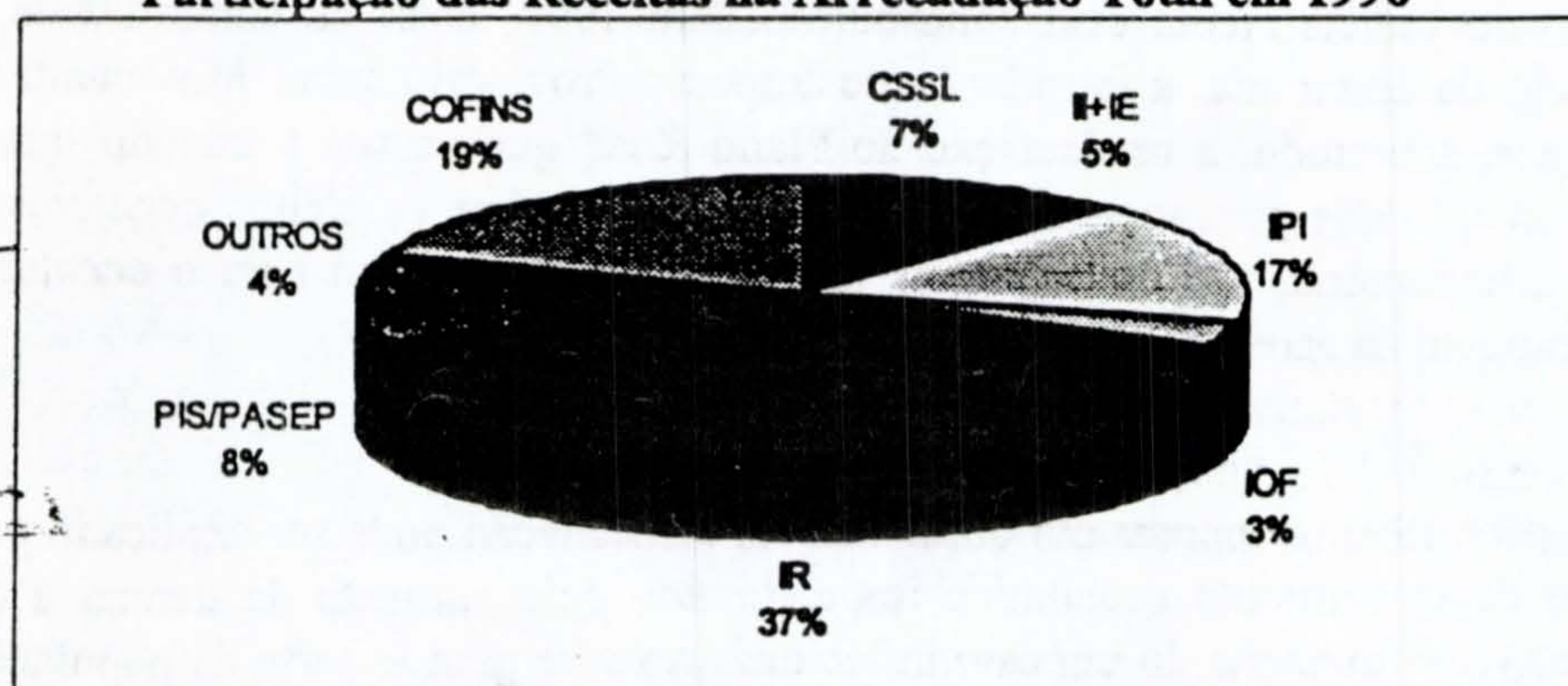
Deve-se destacar, ainda, a contribuição de cada receita na arrecadação total. O Gráfico 2 ilustra essa relação em 1989, onde pode ser verificado que o Imposto de Renda constitui a parcela de maior importância (48%), sendo seguido pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (24%) e o COFINS (11%).

Gráfico 2
Participação das Receitas na Arrecadação Total em 1989



Essa mesma análise foi realizada para as receitas arrecadadas em 1996, conforme indica o Gráfico 3. Como pode ser observado, as principais receitas continuam a ser o IR (37%), IPI (17%) e COFINS (19%). Verifica-se uma redução relativa da participação do IR e IPI na arrecadação total. Essa redução é compensada pelo acréscimo na arrecadação da CSSL, que passa de 2% para 7%, e do COFINS, que eleva-se de 11% para 19% da arrecadação total.

Gráfico 3
Participação das Receitas na Arrecadação Total em 1996



Apesar da redução relativa da parcela do IR e do IPI na arrecadação total, esses impostos tiveram acréscimos anuais significativos no período analisado, conforme será analisado mais detalhadamente nos tópicos seguintes. No período compreendido entre 1989 e 1996, verifica-se aumentos anuais médios, em dólares, de 6,96% para o IR e 5,98% para o IPI.

II.1 - ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Neste item é analisada a evolução da arrecadação dos principais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Inicialmente serão tratados os

impostos sobre o comércio exterior e, em seguida, o imposto sobre produtos industrializados, o imposto de renda e os demais tributos.

II.1.1 - Impostos sobre o Comércio Exterior

Os impostos sobre o comércio exterior de responsabilidade da SRF são o imposto sobre importação (II) e o imposto sobre exportação (IE). De significância para a arrecadação destaca-se o II, que representou 99% do total dos impostos sobre o comércio exterior em 1996, visto que o IE tem o papel apenas de regular a oferta interna de alguns bens. Conforme pode ser verificado nos gráficos apresentados anteriormente, a participação do II e IE na arrecadação total não sofreu grandes alterações entre 1989 e 1996, permanecendo no patamar de cinco por cento.

À primeira vista, essa informação poderia parecer contraditória, pois o processo de abertura da economia brasileira, acelerado a partir de 1990, deveria estar acompanhado de uma elevação da participação relativa do imposto de importação, já que o volume de comércio aumentou no período analisado. Todavia, isto não ocorreu em função da redução das tarifas de importação, resultante da abertura da economia e da formação do Mercosul, e pelo fato de que as arrecadações dos demais tributos também aumentaram de forma expressiva.

A Tabela 1 apresenta as informações relativas ao II no período de 1989 a 1996. A arrecadação está expressa em milhões de dólares. Tomando-se o ano de 1989 como ano-base (igual a 100), verifica-se que em 1996 a arrecadação do II é pouco mais de duas vezes superior àquela ocorrida no período inicial em estudo.

Destaca-se, a partir de 1994, o acréscimo marcante na arrecadação como consequência da política de abertura comercial adotada com o objetivo de evitar aumentos especulativos nos preços internos. Esse acréscimo foi ainda reforçado pela defasagem cambial e pelo incremento das importações de bens de capital, em função da retomada do crescimento econômico.

Já em 1995, o aumento no volume das importações tributadas, juntamente com a elevação das alíquotas, principalmente veículos, contribuíram para o crescimento na arrecadação do II. Por outro lado, a queda no montante do II arrecadado em 1996 foi influenciada pela redução no volume das importações, principalmente veículos.

Tabela 1
Evolução da Arrecadação do Imposto sobre Importação

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	1774,90	1807,10	1696,60	1550,50	1788,10	2549,40	5351,10	4186,80
Índice	100,00	101,81	95,59	87,36	100,74	143,64	301,49	235,89
Variação %		1,81	-6,11	-8,61	15,32	42,58	109,90	-21,76

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.2 - Imposto sobre Produtos Industrializados

Na Tabela 2 podem ser encontrados os dados sobre a evolução e as variações anuais na arrecadação do IPI. Observa-se que em 1996 a arrecadação do IPI é 59,21% superior, em dólares, àquela verificada em 1989.

O efeito benéfico da implantação do Plano Real e a retomada do crescimento industrial explicam o desempenho positivo a partir de 1994. O aumento na arrecadação em 1994 poderia ter sido superior não fosse o tratamento tributário preferencial dado ao setor automobilístico. Apesar do desempenho positivo das vendas do setor, ocorreram reduções da alíquota média em função do acordo setorial envolvendo governo, empresas e trabalhadores. Isto provocou um aumento da participação nas vendas dos carros populares que, na ocasião, ficaram com as alíquotas reduzidas praticamente a zero.

Já para 1995, com a eliminação do benefício retro-comentado e a continuidade do crescimento industrial a receita elevou-se substancialmente de patamar. Para 1996, o acréscimo observado foi influenciado pelo aumento nas vendas de veículos para o mercado interno, decorrente de medidas tomadas com o objetivo de facilitar a comercialização (e.g. ampliação do prazo dos consórcios).

Tabela 2
Evolução da Arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	9662	11266	8752	9137	10083	11146	14851	15383
Índice	100,00	116,61	90,58	94,56	104,36	115,36	153,71	159,21
Variação %		16,61	-22,32	4,39	10,36	10,54	33,25	3,58

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.3 - Imposto de Renda

Na presente seção é apresentada, separadamente, os dados sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), o Imposto de Renda na Fonte (IRRF) e, finalmente, o Imposto de Renda Total.

A Tabela 3 mostra as informações sobre a arrecadação do IRPF. Observa-se que a arrecadação em 1996 foi bastante superior àquela realizada em 1989.

O comportamento da receita do IR é explicado basicamente pelas mesmas razões apontadas nas análise geral. Os anos de 1991 e 1992 registram uma significativa redução na arrecadação, mas, a partir de 1993 ocorrem crescimentos constantes no volume de receita arrecadada.

Tabela 3

Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	828	1621	638	602	885	1477	2370	2476
Índice	100,00	195,82	77,04	72,73	106,87	178,48	286,36	299,08
Variação %		95,82	-60,66	-5,60	46,94	67,00	60,44	4,44

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

As informações relativas à Pessoa Jurídica estão resumidas na Tabela 4. Da mesma forma que ocorreu com a arrecadação da Pessoa Física, o ano de 1991 foi caracterizado por uma forte queda de arrecadação. Entretanto, contrariamente aos dados para Pessoa Física, em 1992 ocorreu uma significativa elevação do imposto, como decorrência, basicamente, da reintrodução da indexação (criação da Ufir).

No período mais recente, particularmente a partir de 1994, freqüentes acréscimos têm sido obtidos tanto pelo fato da implantação do Plano Real, que eliminou o efeito corrosivo da base de cálculo provocado por elevados níveis inflacionários, como pelas alterações na legislação tributária (e.g. redução dos "fringe benefits"; eliminação do diferimento da tributação do lucro inflacionário; limitação da compensação de prejuízos ao percentual de 30% do lucro obtido pelas empresas; elevação do percentual para estabelecimento da base de cálculo do lucro presumido/estimativa; etc).

Tabela 4

Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	4914	7376	3415	5347	5521	6415	10176	12792
Índice	100,00	150,10	69,48	108,81	112,36	130,54	207,09	260,32
Variação %		50,10	-53,71	56,60	3,26	16,18	58,63	25,71

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

Por último, as arrecadações do Imposto de Renda na Fonte, resumidas na Tabela 5, indicam uma queda na arrecadação a partir de 1990, sendo revertida a tendência apenas em 1993. O acréscimo de arrecadação no período entre 1989 e 1996, em termos de dólar, está na faixa de 32%.

Os crescimento da arrecadação em 1994 foi o resultado da reestruturação de alíquotas, por faixas, do IRRF sobre trabalho, que passou de 25% para 26,6% e criou uma nova faixa de 35%, consoante a Lei nº 8.848/94. Por outro lado, os acréscimos verificados em 1995 podem ser explicados pela elevação na massa salarial em geral.

A queda na arrecadação em 1996 deve-se à reestruturação da tabela de retenção do IRRF. Ocorreu uma ampliação da faixa de isenção, redução da alíquota de 26,6% para 25% e exclusão da alíquota de 35%. Além disso, foi estabelecida isenção de IRRF sobre as remessas de lucros ao exterior.

Tabela 5
Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda na Fonte

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	13759	11570	9681	8862	10498	12285	19000	18162
Índice	100,00	84,09	70,36	64,41	76,30	89,29	138,09	132,00
Variação %		-15,91	-16,33	-8,46	18,46	17,02	54,65	-4,41

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

Na Tabela 6 encontram-se os valores agregados dos impostos, nas suas três modalidades (IRPF+IRPJ+IRRF). Vale destacar que a queda da arrecadação do IRPF e do IRRF em 1992 foi mais que compensada pelo aumento do IRPJ, refletindo-se no aumento na arrecadação total. A elevação referente a todo o período analisado corresponde a aproximadamente setenta por cento.

Tabela 6
Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda Total

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	19501	20567	13733	14811	16904	20178	31546	33430
Índice	100,00	105,47	70,42	75,95	86,68	103,47	161,77	171,43
Variação %		5,47	-33,23	7,85	14,13	19,37	56,34	5,97

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.4 - Imposto sobre Operações Financeiras

A arrecadação do IOF está resumida na Tabela 7. O elevado acréscimo na arrecadação em 1990 foi explicado anteriormente na análise geral (incidências de caráter transitório sobre uma série de ativos). A queda em 1991 deve-se ao caráter atípico da arrecadação no ano anterior.

O aumento da arrecadação do IOF em 1994 ocorreu em função da unificação das tabelas de alíquotas incidentes sobre resgates e aplicações financeiras em títulos públicos e privados elevando as alíquotas sobre resgates e empréstimos às pessoas jurídicas, consoante o Decreto nº 985, de 12/11/93. Do mesmo modo, o Decreto nº 111, de 01/03/94, estabeleceu a tributação sobre a entrada de capital estrangeiro destinado a empréstimos em moeda e aplicações em fundos de renda fixa.

A queda da arrecadação de IOF em 1996 pode ser explicada pela redução das alíquotas nas operações de crédito, que passaram de 18% para 6% para pessoas físicas e de 3% para 1,5% para pessoas jurídicas, com o objetivo de reduzir os encargos financeiros dos empréstimos e estimular a atividade econômica.

Tabela 7
Evolução da Arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	658,20	6230,50	2404,50	2413,60	3117,90	3908,80	3514,20	2833,80
Índice	100,00	946,60	365,31	366,70	473,70	593,86	533,91	430,54
Variação %		846,60	-61,41	0,38	29,18	25,37	-10,10	-19,36

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.5 - Imposto Territorial Rural

A arrecadação do ITR está resumida na Tabela 8. No período analisado, destaca-se a forte elevação no volume arrecadado em 1991 e em 1995. Assim, a arrecadação em 1996 representa, em termos de dólares, mais de dez vezes o volume obtido em 1989. O acréscimo é creditado a mudanças gerenciais na administração do tributo, de vez que a nova legislação foi baixada ao final de 1996 (Lei nº 9.393/96).

Tabela 8
Evolução da Arrecadação do Imposto Territorial Rural

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	16,90	14,70	76,70	16,20	30,20	17,50	113,40	211,00
Índice	100,00	86,98	453,85	95,86	178,70	103,55	671,01	1248,52
Variação %		-13,02	421,77	-78,88	86,42	-42,05	548,00	86,07

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.6 - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira - IPMF

A arrecadação do IPMF está resumida na Tabela 9. O imposto foi instituído pela Emenda Constitucional nº 3/93, para vigorar a partir desse ano. Porém, devido a questionamentos judiciais, teve vigência apenas em 1994 (as arrecadações de 1995 e 1996 são apenas resíduos).

Tabela 9
Evolução da Arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	0,00	0,00	0,00	0,00	259,90	5321,00	176,50	0,60
Variação %	-	-	-	-	-	1947,33	-96,68	-99,66

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.7 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

A arrecadação da COFINS está resumida na Tabela 10 e apresentou acréscimos expressivos em 1994, em decorrência de três fatores: a) queda abrupta da inflação, com a implantação do Plano Real; b) retomada do crescimento econômico; e c) reconhecimento da constitucionalidade da contribuição pelo Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 1993, com a conversão dos depósitos judiciais em renda.

Tabela 10
Evolução da Arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	4571	7169	5327	3925	5333	11461	16577	17725
Índice	100,00	156,85	116,55	85,88	116,68	250,75	362,68	387,81
Variação %		56,85	-25,69	-26,32	35,86	114,91	44,64	6,93

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.8 - Contribuição Social para o PIS/PASEP

A arrecadação do PIS/PASEP está resumida na Tabela 11 e sua evolução também foi impulsionada pela queda da inflação e retomada do crescimento econômico. A arrecadação em 1996 representa, em termos de dólares, quase três vezes o valor arrecadado em 1989.

Tabela 11
Evolução da Arrecadação da Contribuição para o PIS/PASEP

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	2696,00	5320,40	4269,10	4230,30	4758,50	5619,20	6671,20	7335,50
Índice	100,00	197,34	158,35	156,91	176,50	208,43	247,45	272,09
Variação %		97,34	-19,76	-0,91	12,49	18,09	18,72	9,96

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.9 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A arrecadação da CSLL está resumida na Tabela 12. O aumento verificado em 1994 e 1995 foi influenciado pela elevação da alíquota da CSLL das entidades financeiras e equiparadas, de 23% para 30% a partir de julho de 1994, além das mesmas razões básicas que impulsionaram a evolução do IRPJ.

Tabela 12
Evolução da Arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	874,30	2523,00	1136,70	2848,90	3635,10	4809,40	6384,70	6563,80
Índice	100,00	288,57	130,01	325,85	415,77	550,09	730,26	750,75
Variação %		188,57	-54,95	150,63	27,60	32,30	32,75	2,81

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

II.1.10 - Contribuição para o Plano da Seguridade Social dos Servidores

A arrecadação da Contribuição para o Plano de Seguridade Social dos Servidores está resumida na Tabela 13 e começou a ser administrada pela SRF a partir de fins de 1993.

Destaca-se o expressivo aumento em 1994 em função da elevação da alíquota média de 6% para cerca de 9,5%, bem como do aumento da massa salarial dos servidores públicos. Para 1996, a despeito da criação da incidência sobre os inativos, o acréscimo é pequeno devido à concessão de liminares suspendendo esta cobrança.

Tabela 13

Evolução da Arrecadação da Contribuição para o Plano de Seguridade Social dos Servidores

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Arrecadação	0,00	0,00	0,00	0,00	261,10	1327,90	2259,90	2558,40
Variação %	-	-	-	-	-	408,58	70,19	13,21

Nota: Arrecadação em milhões de dólares.

III - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

Dada a preocupação do Nobre Senador João Rocha sobre os efeitos da renúncia do IPI e do II sobre veículos, incluiu-se a presente seção com o objetivo de identificar as perdas de arrecadação ocasionada por tais benefícios.

Segundo o art. 165, § 6º, da Constituição Federal, o Poder Executivo deve elaborar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, o qual deve acompanhar o projeto de lei orçamentária anual.

O atendimento do mencionado dispositivo constitucional vem sendo cumprido parcialmente pelo Poder Executivo, concentrando-se apenas nos benefícios tributários. A razão para a elaboração dos referidos demonstrativos, e que motivou a inclusão do comando constitucional por parte dos parlamentares constituintes, repousa na necessidade democrática de o Congresso Nacional saber como estão sendo distribuídos regionalmente tais benefícios e quais os segmentos que estão sendo contemplados com os favores do Estado.

O conceito de benefício tributário envolve a idéia de perda de arrecadação, ou de renúncia de receita, sendo um assunto que tem gerado muita polêmica, inclusive em nível internacional.

Consoante o Demonstrativo de Benefícios Tributários para 1997, a SRF estima que os benefícios serão da ordem de R\$ 15 bilhões, para uma receita administrada de aproximadamente R\$ 105 bilhões, correspondendo a 14,6 % deste total. Em relação

ao Produto Interno Bruto, estima-se que os benefícios deverão corresponder a 1,84%. Regionalmente, os benefícios tributários estão assim distribuídos: Região Norte, 27,7%; Região Nordeste, 13,9%; Região Centro-Oeste, 2,9%; Região Sudeste, 42,8%; e Região Sul, 12,7%.

Ao serem analisadas as estimativas dos benefícios tributários, por receita e tipo de benefício, verifica-se que as estimativas de renúncia fiscal para o setor automotivo são da ordem de R\$ 839 milhões, referentes ao II, correspondendo a 0,10% do PIB³.

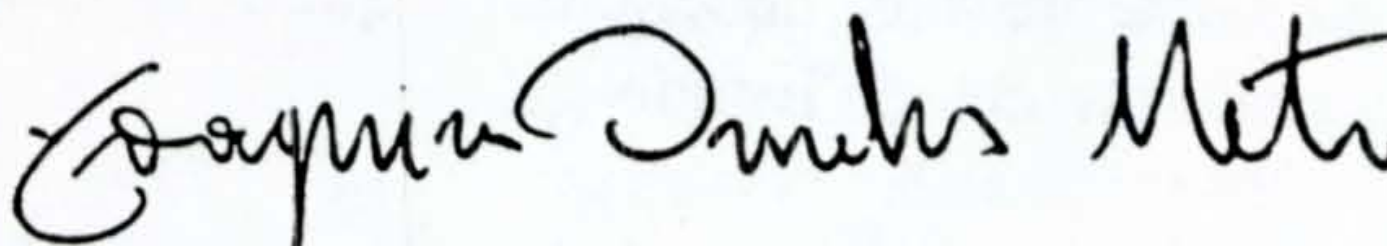
IV - CONCLUSÕES

Esta Nota Técnica analisou o comportamento da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal no período de 1989 a 1996.

Os dados apresentados permitem concluir que a arrecadação tem sido fortemente influenciada pelos diversos programas econômicos que foram adotados nos últimos anos, embora as alterações nas legislações tenham também contribuído para o desempenho da arrecadação de alguns tributos.

Em particular, a estabilização da economia, obtida com a implantação do Plano Real, e a retomada tímida, porém constante, do crescimento econômico, são os principais fatores que explicam o crescimento vigoroso da arrecadação a partir de 1994 e que resultou num acréscimo real de 128% no período 1989/1996.

O Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, que são as bases dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM), cresceram 71% e 59%, em termos reais, respectivamente.



Joaquim Ornelas Neto
Consultor de Orçamentos

³ Segundo fomos informados pela COSAR/SRF não existe ainda estimativa sobre as demais isenções na área dos demais impostos no setor de automóveis.

Durante o discurso do Sr. João Rocha, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emília Fernandes, suplente de Secretário.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Antes de continuar a lista de oradores, e de acordo com o Regimento, V. Exª será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Srª Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer o registro da nossa preocupação com o que vem ocorrendo no nosso País.

Se eu acreditasse no Presidente Fernando Henrique Cardoso ou no seu Governo, ou se Sua Excelência desse uma demonstração de que gostaria de fazer o que é correto, estaríamos prontos para sentar a uma mesa e discutir com franqueza as dificuldades pelas quais passamos, como acabamos de fazer em relação ao pronunciamento do Senador João Rocha.

Ocorre que, para mim, o Governo não é bem intencionado, não está fazendo o que é certo, nem quer discutir com aqueles que querem o bem da sociedade brasileira. Um dos motivos que o demonstram claramente é que somos um país extremamente rico, extremamente privilegiado diante de outras nações do mundo e vivemos toda a sorte de dificuldades pela má condução do processo político.

A consequência desse fato é o que temos visto por meio da imprensa. Ontem, nas manchetes de todas as televisões e, hoje, em todos os jornais do Brasil, assistimos à greve dos Policiais Militares e da Polícia Civil em todos os Estados brasileiros. O jornal **Folha de S.Paulo** trouxe a manchete: "Polícia rebelada enfrenta Exército e derruba Governador de Alagoas".

Olhem a forma dessa greve: policiais encapuzados, armados até os dentes, enfrentando o Governo. Poder-se-ia condenar esses policiais por essa atitude? Poderíamos dizer que eles estão errados em fazer o que estão fazendo? Seria possível se os policiais civis e militares não estivessem sendo tão desrespeitados pelo Governo Federal e pelos governos estaduais.

É inadmissível imaginar que um policial militar, no meu Estado, por exemplo, ganhe R\$130 por mês – e, na maioria dos Estados brasileiros, esse salário

não atinge dois salários mínimos – e fique conformado com uma situação como essa.

As manchetes do Brasil inteiro demonstram que o Estado de Alagoas está inadimplente, falido. Desde que assumiu o Governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está sabendo que os funcionários estão há nove meses sem pagamento, que há um caos total nesse Estado. Mas o Governo não faz absolutamente nada para socorrer essas pessoas, e, por isso, a polícia tem que ir para as ruas, invadir palácios, confrontar-se com o Exército, dar tiros, matar e ferir pessoas.

Será que esse Presidente não tem sensibilidade para os fatos que estão ocorrendo neste País? Ele não vê que está há dois anos e seis meses sem dar aumento ao funcionário público e que o seu exemplo foi seguido pela quase totalidade dos Governadores de Estados deste País? Se Sua Excelência não quer dar aumento a todos os funcionários públicos, vamos discutir uma forma de resolver o problema; vamos dar aumento aos que têm menor salário e um aumento menor aos que têm maior salário.

O Senado e a Câmara estão dispostos a uma discussão desse tipo. Vamos fazer aumentos escalonados, vamos diminuir essas diferenças salariais. Tudo aumenta neste País: o Correio, a passagem aérea aumentou ontem, a gasolina, o combustível, tudo; e o salário dos funcionários públicos do Brasil inteiro, desde os que ganham menos aos que ganham mais, estão congelados há dois anos e sete meses. A Justiça já deu ganho de causa aos funcionários em relação a um reajuste de 28%, e o Governo continua resistindo a essa decisão. Pode-se aceitar uma situação como essa? Esse Governo está cego diante dos fatos que estão acontecendo neste País?

As polícias militares do Brasil inteiro estão fazendo greve e conseguindo os seus aumentos. Minas Gerais já concedeu aumento; o meu Estado do Pará deu um aumento de R\$130 – praticamente aumentou em 100% os salários desses policiais militares – e por aí fora.

Agora, as polícias militares e civis vão conquistar o seu aumento; eles estão numa luta legítima, e a culpa não é deles: é dos Governos dos Estados, do Presidente da República, que não toma uma providência, que não senta à mesa com sinceridade para resolver problemas e dificuldades como essa.

Pergunto: como ficará o restante dos funcionários? A polícia faz greve, e o Governo responde com aumento. E os professores deste País? E as univer-

sidades deste País? E os setores ligados à saúde? Quando fazem uma greve, o Governo não a enxer-ga, deixa que a greve perpetue meses e meses até que desistem e voltam a trabalhar, sem conceder-lhes um centavo de aumento. Isso porque a educa-ção não interessa ao Governo; pouco importa para ele que as escolas estejam funcionando ou não. A saúde não interessa para o Governo. Pouco importa se os postos, se aqueles que são ligados ao setor de saúde estão trabalhando ou não. Portanto, as uni-versidades podem parar, as escolas públicas podem parar, todo mundo pode parar. Agora o Governo cede à movimentação dos policiais militares e dos policiais civis.

Não quero, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, que o Governo ceda apenas ao movimento dos poli-ciais militares e dos policiais civis do Brasil; quero que o Governo compreenda o erro que está come-tendo, compreenda a política de perseguição que ele está perpetrando contra os funcionários públicos brasileiros e defina uma posição.

Repito aqui para ficar bem claro: se o Governo entende que não pode dar aumento linear e igual para todos, estou de acordo. Há funcionário público que ganha demais, principalmente os ligados ao Po-der Judiciário e ao Poder Legislativo. Mas a grande maioria ganha pouco, ganha miséria e não pode continuar com dois anos e sete meses como estão sem nenhum aumento. O resultado é esse aí, e isso está maculando a imagem do Brasil em todo o mun-do. O Governo não pode continuar insensível a uma situação como essa.

Quero dizer que nós, da Oposição, estamos dispostos ao diálogo, para resolver, com honestida-de, com sinceridade, os problemas deste País. Acre-ditamos que há solução, desde que possa haver diá-logo, desde que possa haver entendimento, e não imposição, como o Senhor Fernando Henrique tem feito no nosso País.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer em nome do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Se-nador Ademir Andrade, esta Presidência se soma à preocupação de V. Ex^a no que se refere à questão salarial do funcionalismo público deste País, e princi-palmente, neste momento, em relação à questão das polícias civis e militares.

Quero registrar também que estamos muito preocupados. Ontem, sete mil policiais militares gaú-chos saíram às ruas do Estado do Rio Grande do Sul e derrubaram um muro de silêncio de 150 anos.

Hoje, a polícia civil sairá às ruas, e o movimen-to não será diferente. Há necessidade urgente de que as autoridades do Congresso Nacional, esta Casa em especial, busque junto ao Governo Federal e aos governos dos Estados uma alternativa para essa situação, que é muito preocupante.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Se-nadores, o discurso a que me propus pronunciar nesta manhã refere-se ao Banco do Nordeste, que está aniversariando este mês. Mas não posso deixar de fazer uma referência ao pronunciamento que aca-ba de ser feito pelo eminente Senador Ademir An-drade.

S. Ex^a faz observações preocupantes, no que diz respeito à ação da Polícia Militar em vários Esta-dos, mas pratica, ao mesmo tempo, uma grave injus-tiça com o Presidente da República. O Senador Ade-mir Andrade, falando em nome da Oposição, declara que o Presidente é um estadista mal-intencionado. Não posso aceitar essa referência em tais termos, porque considero o Presidente Fernando Henrique Cardoso um Presidente da República altamente bem-intencionado e preocupado com as questões fundamentais desta Nação.

O que está ocorrendo hoje, no Brasil, no que diz respeito à ação da Polícia Militar – já afeta nada menos do que 15 Estados da Federação – é real-mente preocupante. Sou um defensor permanente da Polícia Militar, da sua presença como agente de segurança da sociedade em cada Estado. Aqui, no Senado Federal, quando se tentou demolir a estrutu-ra das Polícias Militares, fui um daqueles que se le-vantaram em defesa delas. Todavia, não posso con-cordar com o que está sendo feito hoje, nos Esta-dos, por parte da Polícia Militar. O policial militar é um servidor público diferente da maioria e da totali-dade dos demais. O policial militar é um agente da segurança da sociedade. É ele o responsável pelo patrulhamento das ruas e pelo fato de que se deve dar segurança e tranquilidade ao povo brasileiro. O policial militar não pode usar a sua farda e a sua arma, que a sociedade lhe entregou, para um con-fronto com o Exército em defesa de seus interesses, embora legítimos, como fazem os policiais de Ala-goas.

Não é fácil entender que a polícia de Alagoas esteja há 10 meses sem receber o seu salário. Os policiais não são ricos e precisam desse salário para a sua própria sobrevivência. Mas daí a usar a sua farda e a sua arma para enfrentar a autoridade cons-

tituída e o próprio Exército, com as conseqüências que estamos assistindo em Alagoas, isso não podemos aceitar. É bom que a Polícia Militar do Brasil inteiro se dê conta de que a situação é grave para eles, mas não podem agir desse modo, contra a sociedade, contra o povo brasileiro.

O que o Presidente da República nesse momento está fazendo é procurar garantir a segurança que a Polícia está negando à sociedade. Portanto, o Presidente não pode ser considerado um agente da subversão; pelo contrário, o Presidente, até por respeito, merece o reconhecimento do povo brasileiro.

O Sr. Lauro Campos - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO - Sr^a Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar o tema a que me propus para o discurso desta manhã, ouço, com muito prazer, o Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - Nobre Senador Edison Lobão, é compreensível o protesto que V. Ex^a faz, diante da "fulanização" feita pelo nobre colega Ademar Andrade a respeito dos problemas que estão espocando em diversos pontos do território nacional. Realmente, seria atribuir muita turbulência à pessoa do Presidente da República. Mas não há dúvida de que, em alguns casos, a conduta do Presidente serviu para colocar lenha na fogueira, como, por exemplo, negar R\$1,7 bilhão a Alagoas, que se encontra em estado de penúria herdada e acumulada, e exigir, como Sua Excelência fez, que esse Estado, antes que qualquer dinheiro fosse para lá transferido para amainar a situação em que se encontram os seus funcionários – 17 meses de atraso no pagamento – se alinhasse, se enquadrasse dentro das diretrizes que lhe são impostas na esfera federal. Diante dessa situação, lembro-me de que o General Geisel, disciplinado, germânico...

O SR. EDISON LOBÃO - ... e competente.

O Sr. Lauro Campos - ...duro, de diretrizes rígidas, quando indagado por um repórter sobre o que faria se estivesse desempregado e com a família passando fome, respondeu que assaltaria sim. O ex-Presidente João Baptista Figueiredo, perguntado, por uma criança, sobre o que faria se seu pai ganhasse salário mínimo, respondeu que daria uma tiro na cabeça. Quer dizer, os próprios generais que comandaram o País, e se julgaram dotados de padrões éticos rígidos, tiveram a sensibilidade de se colocar na posição em que se encontram hoje os trabalhadores sacrificados. É realmente um sistema muito estranho esse que coloca um revólver na cintura da fome e do desespero e ainda espera que um solda-

do armado, que ganha R\$130,00, com 17 meses de atraso em seus vencimentos, comporte-se como um nobre inglês, respeitador dos direitos humanos.

O comportamento humano dá-se de acordo com a situação. Devemos ter, como V. Ex^a tem, sensibilidade para entender o nosso próximo e nos colocar no lugar dele. Era isso o que eu gostaria de dizer, mas sem retirar a parte de culpa de Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na condução desses episódios. Lamento que o nosso sistema seja dotado de tamanhas irracionalidades. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Lauro Campos, as nossas posições não são tão divergentes: em muitos casos, caminham até paralelamente no que diz respeito a essa matéria. Apenas divirjo de V. Ex^a no que diz respeito à ajuda que o Presidente da República desde logo deveria ter dado a Alagoas quando, na verdade, todos os Estados se encontravam em dificuldade – e ainda se encontram hoje, uns mais, outros menos. Quando tomamos conhecimento do fato de que um Estado como o Paraná, um belíssimo Estado do Sul do País, gasta com a sua folha de pessoal algo além de 90% da sua receita, não precisamos pesquisar mais profundamente para termos consciência das dificuldades em que se encontra o Estado do Paraná. Ora, se em uma situação como essa, o Presidente da República saca dos cofres federais mais de R\$1 bilhão para socorrer o Estado de Alagoas, o que Sua Excelência não deveria fazer em relação aos demais Estados? Já basta o que aconteceu com os bancos, entre os quais o Banco do Estado de São Paulo.

Acredito que cada Governador de Estado – fui um deles, recebi o meu Estado em extrema dificuldade, trabalhei sozinho dura e penosamente, sem ajuda do Governo Federal, e corrigi completamente a situação econômica e financeira do meu Estado – deve proceder de igual modo. Também o Presidente da República não pode permitir intervenção nos Estados da Federação brasileira sem que haja uma motivação suprema, porque, antes da intervenção do Governo Federal, de cima para baixo, é indispensável que os estamentos do próprio Estado, entre os quais o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, procedam à sua ação saneadora.

Portanto, o Presidente da República não esteve ausente no que diz respeito ao Estado de Alagoas; até indicou um Secretário da Fazenda para o saneamento das finanças, tornando-se assim também responsável, até certo ponto, pelo que acontecia na administração estadual. Mas esse foi um fato

recentíssimo, não houve tempo, ainda, para que essa ação se exercesse de maneira benéfica e saneadora no Estado de Alagoas.

As minhas divergências, Senador Lauro Campos, são basicamente em relação à linguagem truculenta do Senador Ademir Andrade em relação ao Presidente da República. Injustas as suas palavras. S. Ex^a menciona inclusive a educação, que declara abandonada porque o Governo Federal não se importa com ela. Mas como? O Governo Federal está, hoje, exercendo o seu papel ativamente no que diz respeito à educação, e a Senadora que nos preside neste momento é uma educadora e sabe disso.

Uma das ações do Governo Federal nesse setor foi criar, foi imaginar uma solução para o pagamento dos professores do interior do País. O Governo Federal se propõe, agora, a participar com seus recursos para que lá, no interior de cada município, possa o professor, que ganha menos de um salário mínimo, elevar o seu salário para algo em torno de R\$300,00, com o subsídio do Governo Federal. Para mim, isso significa importar-se – e importar-se muito – com a educação.

Diz também o Senador Ademir Andrade que o Governo Federal não se importa com a saúde. Mas a CPMF, obtida a duras penas no Congresso Nacional, já não foi uma demonstração de que o Governo Federal se importa com a saúde falida, existente ainda hoje? Precisamos ser justos, para que as nossas críticas tenham realmente repercussão.

Faço parte da Bancada do Governo, mas entendo que é necessário haver uma Oposição forte, ativa, presente e atuante, até para que o regime democrático se exerça em toda a sua plenitude. Mas uma Oposição ativa não significa uma Oposição injusta; uma Oposição ativa significa aquilo que, por exemplo, V. Ex^a pratica no plenário deste Congresso, examinando momento a momento, dia a dia, com responsabilidade e com espírito público, as deficiências do próprio Governo.

Senador Lauro Campos, recentemente estive em audiência com o Ministro da Fazenda e disse-lhe: "Ministro, V. Ex^a precisa prestar atenção às críticas feitas, no Senado Federal, pelo Senador Lauro Campos à política econômica do Governo, porque S. Ex^a o faz com espírito público, estudando as matérias profundamente". Assim também o faz o Senador João Rocha agora, quando examina as questões econômicas deste País.

É assim que se ajuda o Governo e, na medida em que o ajudamos, também ajudamos o povo brasileiro. O Governo não pode governar apenas para a

facção que o apóia e sim para todos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não é Presidente de um grupo, mas sim de todo o Brasil, de todos os brasileiros. Não podemos admitir uma espécie de política de Bakunin, em que quanto pior, melhor para cada qual de nós. Não. O que devemos querer é quanto melhor, melhor para todos nós.

É por isso que me entristeço quando vejo um homem do talento e da inteligência do Senador Ademir Andrade, com tantos recursos de oratória, tantos recursos verbais, partir para a injustiça profunda, quando poderia caminhar pela avenida larga da contribuição, ainda que na Oposição.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, volto agora ao tema original do meu discurso.

Falar em Banco do Nordeste em nossa região é referir-se a um relevante instrumento impulsionador do progresso e de renovadas esperanças para o desenvolvimento. Um instrumento que inspira a confiança de que empreendimentos criativos de viabilidade econômica, abrangidos no leque das suas atividades, poderão nele encontrar o suporte para o seu alavancamento.

Essa instituição, que já se agregou às tradições nordestinas como uma das suas mais respeitáveis entidades públicas, tem oferecido inestimável contribuição a toda a região objeto da sua competência e mais não fez, ou não faz, por lhe faltarem os recursos que não deviam faltar.

O Banco do Nordeste do Brasil está completando 45 anos amanhã, dia 19 de julho, uma data que merece a homenagem que, neste Senado, hoje lhe rendemos.

O Banco vive nos dias atuais, sob a presidência do Dr. Byron de Queiroz e seus dignos Diretores, uma fase de grande efervescência laboral. Elaborou, recentemente, uma larga pesquisa sobre as atividades econômicas mais representativas de dezenas de municípios nordestinos, examinando as vocações locais por setores, ramos e produtos. Tal trabalho irá facilitar sobremodo as ações do próprio Banco, dos governos estaduais e das prefeituras, pois apresenta diretrizes fundamentadas sobre os setores que têm oportunidade de se desenvolver com êxito no mercado. A pesquisa aponta caminhos por onde se pode chegar para o ataque ao subdesenvolvimento e o conseqüente alcance do progresso.

Especialmente o Banco do Nordeste, a partir da pesquisa, está em condições de estimular investimentos com a segurança de retorno para o próprio banco e para as comunidades que deles se possam beneficiar.

Como registrou o Dr. Byron de Queiroz numa publicação, o banco ganha condições após o estudo levantado,

"...para a reordenação de nossa rede de agências, como parte do processo de mudança de toda a dinâmica organizacional da empresa. Centrando suas ações no mercado e entendendo como cliente-alvo os agentes produtivos da região, o BNB assume a tarefa de viabilizar o sucesso de seus empreendimentos, seja pesquisando e promovendo novas oportunidades de investimentos, seja proporcionando crédito às atividades econômicas, seja contribuindo para a mudança de hábitos e processos de produção."

Levantamentos técnicos e informações obtidas através de debates com as comunidades locais proporcionaram ao BNB o perfil das atividades prioritárias de cada município.

Passou a ter o Banco, portanto, uma visão correta da sociedade nordestina. Pode visualizar, a partir da pesquisa, o potencial econômico de cada município. Constituiu-se, pois, em "instrumento de referência a quantos cuidam da tarefa do desenvolvimento do Nordeste".

Por seu trabalho incansável, não mais subsiste no meu Estado, o Maranhão, como em qualquer outra unidade da Federação integrante do Polígono das Secas, algum município sem identidade econômica, mantido em obscuridade pela desinformação sobre as respectivas potencialidades, hierarquizadas em suas prioridades. No Maranhão, de Açailândia a Zé Doca, passando por Imperatriz e Caxias, entre outras cidades, dispõem todas elas de um cadastro de prioridades, com mais segurança e certezas para investirem dentro de uma linha de racionalidade.

As linhas operacionais do Banco do Nordeste vêm sendo reformuladas e seguem as diretrizes do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, buscando inserir a região nordestina, de forma crescente, em termos participativos, na retomada do desenvolvimento brasileiro.

Organizado sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto de economia mista, o Banco do Nordeste do Brasil tem por missão impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste. Classificado como banco múltiplo, está autorizado a operar em todas as carteiras permitidas às instituições financeiras, exceto a de crédito imobiliário.

Importa assinalar o apoio do Banco do Nordeste aos programas voltados para a retomada do de-

envolvimento, plenamente identificado com as principais ações nos campos da agropecuária, da agroindústria e dos projetos de industrialização. Desenvolve um trabalho de alta qualificação, valendo-se de meios e fins indispensáveis para melhorar os índices de produção e produtividade. As aplicações de 1996 cresceram 59,2% em relação ao ano anterior.

A liderança e o pioneirismo do Banco do Nordeste ganham destaque na posição ocupada no **ranking** levantado pela Febraban. Numa relação de 34 bancos, que exclui o Banco do Brasil, a instituição detém 30% dos empréstimos globais do setor rural, em que pese a seletividade de sua atuação, restrita à mais empobrecida das regiões brasileiras.

Registre-se a atuação pioneira de liderança do Banco do Nordeste junto às bolsas de mercadorias do Ceará, da Bahia e de Pernambuco, com a finalidade de dinamizar a venda de ativos agropecuários e racionalizar o processo de comercialização. E assim proporciona maior rentabilidade ao produtor e a redução dos preços junto ao consumidor final.

A descentralização das frentes de trabalho do Banco do Nordeste vem conquistando um consolidado estágio de maturação e elevados índices de eficiência nos planos sociais e econômicos nos respectivos desempenhos de 15 pólos industriais. No Maranhão se concentram dois deles, localizados respectivamente na Baixada Ocidental Maranhense, junto a São Luís, e o outro no extremo meridional do Estado, ocupando com renovados êxitos e elevados índices econômicos o Cerrado Sul-Maranhense, na faixa delimitada pela Serra das Mangabeiras e os trechos iniciais do rio Parnaíba.

O Banco do Nordeste tem conseguido realizar um plano de trabalho sério e competente, muito pelo esforço coletivo de seus 4.862 servidores, permanentemente reciclados em oportunidades de treinamento, e todos imbuídos de uma conscientização de que o Nordeste é viável e tem espaço cativo num Brasil do amanhã.

É de destacar-se, Sr^a Presidente, a profícua administração que, com grande talento e criatividade, tem orientado os rumos dessa instituição da maior relevância para os destinos nordestinos. O seu presidente, Dr. Byron Costa de Queiroz, e os diretores, Drs. Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho, Ernani José Varela de Melo, Jefferson Cavalcante Albuquerque e Osmundo Evangelista Rebouças merecem o reconhecimento do País pelo devotamento com que se têm dedicado ao Banco do Nordeste, mantendo a sua credibilidade e o seu crescente prestígio.

A região nordestina, consolidada numa área geográfica de mais de 1,67 milhões de quilômetros quadrados, com 47 milhões de habitantes distribuídos por 1.874 municípios, ainda sofre o anátema de 18 milhões de analfabetos e 22 milhões de cidadãos em estado de pobreza absoluta.

Diante desse quadro de adversidade, é reconfortante identificar nas palavras de seu presidente, o economista Byron Costa de Queiroz, uma disposição de ânimo avalizada por sólida crença no futuro, que se espraia nas 174 agências do BNB, distribuídas por Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

Há ainda os pólos no norte de Minas Gerais, em Petrolina, Juazeiro-Açu, Baixo-Médio Jaguaribe, Gurguéia, Baixo São Francisco, Acaraú-Curu, Moxotó-Pajeú, Baixo Paraíba, Guanambi, Alto Piranhas, Barreiras, Formoso, Baixada Ocidental Maranhense e Cerrado Sul-Maranhense, já citados.

As principais fontes de recursos do BNB vêm do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de recursos externos (Bacen), do Programa do Desenvolvimento do Cerrado (Prodecir), da Finame Rural, dos Depósitos do Tesouro Nacional, e de Poupança, entre outros. Em conjunto, o valor global para as aplicações do BNB somaram R\$864 milhões. Até 1996 o FNE proporcionou a criação de mais de 1 milhão de empregos. Outra fonte, responsável por um volume significativo de capital, vem do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) com gerenciamento da Sudene, que aprova e acompanha os projetos de aplicação e cuja operacionalização está a cargo do Banco do Nordeste com a colocação das carteiras de ações das empresas que se beneficiam desse Fundo. A evolução patrimonial do Finor acusa um total de R\$2,750 bilhões, passando a sua cota, em dezembro de 1996, a R\$13,15 por lote de mil ações, vindo de R\$12,29, valor anterior. Em 1996 foram realizados 10 leilões em bolsas de valores, sendo negociadas 193 milhões de ações, totalizando R\$113,5 milhões.

A mensuração dos resultados obtidos em 1996, exarados no balanço do Banco do Nordeste, levanta um perfil sócio-econômico a partir do qual as autoridades monetárias poderiam reavaliar a sistemática de reparte dos depósitos compulsórios postos à disposição do Banco Central, considerando, sobretudo, as relações de custo-benefício no amplo espectro do campo social.

O BNB, Sr. Presidente, dispõe ainda de amplas potencialidades operacionais por serem mobilizadas,

considerando-se principalmente o alto nível de preparação de seu corpo técnico. As disponibilidades criadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, se fortalecidas pelo ingresso de outras reservas, teriam condições de ampliar o desempenho do BNB, diversificando as suas linhas de atuação. Concentrando cerca de R\$2,974 bilhões globalmente, desde a criação do FNE, nas operações do crédito rural, o Banco do Nordeste apresenta, no segmento industrial, um montante de R\$1,621 bilhão, e para as atividades agroindustriais, R\$332 milhões. Entre 1989 e 1996, as contratações globais somaram nada menos do que R\$4,928 bilhões.

Não se pode perder de vista, nobres Senadores e Senadoras, que o mundo desenvolvido injeta perto de US\$400 bilhões anualmente no setor produtivo – ora velada, ora ostensivamente –, graças ao que mantém a hegemonia que jamais se consegue sem os investimentos a custos razoáveis.

Sr. Presidente, o imprevisto, o desperdício e as incertezas são variáveis que secularmente vêm dificultando uma solução duradoura e definitiva para a grande equação de desenvolvimento auto-sustentando, do Brasil, em geral, e do Nordeste em particular.

Desse desafio, em termos de Brasil, vem cuidando, mediante conquistas crescentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quanto ao Polígono das Secas, o Banco do Nordeste, com seriedade, competência e obstinada dedicação, leva a termo uma obra de extraordinária envergadura.

Enfim, as realizações dessa agência de desenvolvimento regional são desenvolvidas dentro de elevados índices de modernização e de padrões técnicos racionalmente implementados, com vistas a abrir espaços para uma ação planejada, fundamentada em sólidos princípios de administração integrada. No objetivo maior, a ocupação duradoura e auto-sustentada do meio setentrional da geopolítica brasileira.

A nossa região nordestina, Sr. Presidente, tem vencido galhardamente os obstáculos que, há séculos, se interpõem ao seu progresso. Na verdade, tem vencido até mesmo a discriminação que sempre a perseguiu, pois nunca foi vista, pelos órgãos dirigentes da República, com os olhos generosos com que habitualmente se distinguiram as demais regiões mais ao Sul do País.

A grande maioria dos nossos municípios, hoje, dispõe de energia elétrica e telefone. Os municípios são interligados por estradas, geralmente asfaltadas. Em cada capital de Estado, há um distrito industrial, verdadeiro pólo de desenvolvimento.

Como já registrei em um discurso neste plenário, mesmo o sol, que foi sempre o elemento mau da

história, transformou-se no elemento bom. A irrigação, a mecanização e a assistência técnica, onde puderam ser efetivadas, respondem de pronto não pelo milagre, mas pela recuperação de uma região que há séculos se oferece à Nação e parece ser por ela incompreendida. Nas culturas irrigadas, a generosidade das colheitas é ímpar, resultado de uma produtividade geralmente superior à de outros pontos do País.

Muitas das nossas plantações, que o sol antes amarelava e queimava sem clemência, viscejam em campos verdes. As frutas, inclusive as de clima temperado, respondem por quase 50% das exportações brasileiras no setor. A soja invade os cerrados do Maranhão e Piauí e domina, em espetáculos verdejantes, os campos estorricados do passado, revelando a indiscutível mudança do perfil produtivo dos Estados. No comando desses empreendimentos revolucionários imanam-se paranaenses, gaúchos e mato-grossenses, que se integram no Nordeste, com grande sucesso, pela confiança que depositam na região.

Ainda recentemente, tive a oportunidade de trazer ao conhecimento do Senado um estudo da Sudene, no qual se demonstra que, nos últimos 30 anos, o PIB da Região Nordeste teve média de crescimento superior à do Brasil.

O Norte e o Nordeste têm abundante energia elétrica, que garante a implantação bem sucedida de significativos pólos industriais. Ainda agora, o Governo Federal está fazendo importantes investimentos na implantação do chamado Linhão, que, em 1.270Km de linhas de transmissão e corrente alternada de 500Kv, vai interligar as subestações Imperatriz, no Maranhão, e Samambaia, no Distrito Federal. Com essa obra, haverá uma interligação de todo o sistema energético brasileiro.

Os portos marítimos nordestinos devem ser lembrados nesse balanço regional. Os modernos sistemas portuários do Maranhão, Pernambuco e Ceará garantem o escoamento da produção regional sem necessidade de proceder aos chamados passeios das mercadorias. Sem o **tour** obrigatório, que encarece o produto e dificulta o transporte, a produção nordestina torna-se mais competitiva, capaz de disputar mercados com os concorrentes nacionais e internacionais.

Novos projetos abrem horizontes. Uma usina siderúrgica brevemente será instalada no Nordeste. Também se programa a instalação de uma necessária refinaria de petróleo. Indústrias automotivas, com a implantação de montadoras e fábricas de compo-

nentes de veículos automotores, afiguram-se como próxima à realidade.

O turismo vem conquistando importância cada vez maior na economia local pelo privilégio das belezas que a natureza concedeu ao Nordeste.

O que o Nordeste reivindica, Sr. Presidente, é a equidade. Em outras palavras: o Nordeste quer receber, em caráter emergencial, os mesmos incentivos já patrocinados às outras regiões brasileiras.

Em toda essa compulsão de progresso, Sr. Presidente, encontram-se as relevantes contribuições da Sudene e do Banco do Nordeste, inteiramente dedicados ao estímulo das atividades que beneficiam a nossa região.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, é com justo prazer, e muita honra, que o Senado registra em seus Anais a homenagem que hoje se devota aos 45 anos do Banco do Nordeste do Brasil.

Os nossos votos são de que o esforço e a visão empresarial dessa instituição sensibilizem os dirigentes nacionais, proporcionando-lhe todos os meios para dar continuidade à sua patriótica missão de assegurar as condições elementares que impulsionem os empreendimentos de quantos confiam no futuro da região nordestina.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, a Sra. Emília Fernandes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, hoje tentarei concluir algumas reflexões que iniciei há algum tempo, mas que, embora tenha me inscrito por três ou quatro vezes nesta semana, como sói acontecer com Senadores de terceira categoria como o que agora fala, vamos sendo empurrados para uma sexta-feira vazia, onde podemos usar os 20 minutos que o Regimento nos concede.

Diante da mudança de rumo que verificamos, expressamente declarada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, principalmente numa entrevista de três páginas publicada na **Gazeta Mercantil**, no dia 19 de junho, páginas 9, 10 e 11, estamos convencidos de que houve um esgotamento do Plano Real I, aquele que alavancou Sua Excelência

o Senhor Fernando Henrique Cardoso ao poder. E, diante desse esgotamento, é necessário recorrer ao Real II, que já está em curso no País. E, para aqueles, que hoje são poucos numerosos, penso eu, que ainda não identificaram essa mudança qualitativa em toda a estrutura, em toda a engenharia, em toda a cronometragem que presidiu o Plano Real I, que teve um inegável êxito: o de reduzir a taxa de inflação. Quando era Ministro da Fazenda, o Senhor Fernando Henrique Cardoso fez com que ela se elevasse de 27% a 46% ao mês. Então, houve uma grande mudança naquele momento para que a taxa de inflação se aproximasse de zero.

Mas, ao ter esse êxito, o custo FHC, o custo social, que foi lançado sobre o Brasil, não apenas sobre esta geração, mas sobre as gerações futuras, fez com que a aprovação popular registrada nas pesquisas de opinião caísse, despencasse – na última, para 32% apenas. É evidente que ainda se encontra longe da reprovação obtida por Alberto Fujimori no Peru, que caiu agora a 22% apenas.

Na Argentina, em consequência de um plano muito parecido, desempregados, aposentados, vendo os seus direitos conspurcados, fizeram com que, devido ao elevado custo social da implantação do plano de combate à inflação, o simpático e eleitoralmente tão bem sucedido Presidente Carlos Menem ficasse também com apenas vinte e poucos por cento de aprovação.

Portanto, isso não é de hoje e não é para inventar críticas de oposição a um plano, porque críticas a esse plano escrevi em 1972, e uma outra crítica dirigida a um dos construtores do Cruzado I, Lara Rezende, publiquei um mês e meio antes do dia 28 de fevereiro de 1986, dia do lançamento do Cruzado I.

Portanto, as minhas críticas não são improvisações: são críticas sedimentadas ao longo de muitos anos, e as afirmo aqui com o mesmo espírito que presidiu as minhas aulas, quando eu procurava ensinar aos meus alunos aquilo que me parecia ser uma postura mais próxima da verdade.

Antes de 1972, escrevi um livro, que foi publicado em 1980: "A Crise da Ideologia Keynesiana". Em sua introdução, o meu colega Edmar Bacha disse que eu havia antecipado em 17 anos a Sir Hichs, na previsão de que a economia keynesiana se encaminhava para a sua crise definitiva.

Portanto, o que digo hoje não é motivado por frustrações, por invejas, por ambições políticas. Garanto que jamais serei ministro de qualquer governo, e aqueles que me conhecem sabem que, há 20 anos, eu também não aceitaria.

Quando fui candidato a Governador do Distrito Federal, com imensas chances de eleição, eu dizia todos os dias em minha casa: "Se eu vencer, estou perdido." Não tenho vocação para o exercício do poder.

Feita essa introdução, retomo aquilo que considero como essencial. É óbvio que a meta principal de Sua Excelência o Senhor Fernando Henrique Cardoso é a política; ele é um ser essencialmente político; não no sentido de Aristóteles, mas no sentido mais comum: o da **volonté de puissance**, ou vontade de poder, que anima a maior parte das pessoas em nossos segmentos políticos.

Portanto, o que assistimos aqui, ao longo deste período de três anos, foi uma firme e muito bem feita estratégia que tinha por objetivo principal permitir a Sua Excelência, pela primeira vez na História do Brasil, transformar o seu quadriênio em pelo menos o dobro. Procurei no Dicionário Aurélio a palavra "octênio" para indicar o período de oito anos, mas ela não existe. O que Sua Excelência quer não existe no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, não existe em português: um período de oito anos. Não está no Dicionário Aurélio, não está no gibi. Mas, obviamente, é o seu principal desiderato, a sua principal vontade.

Então, quando o Real I, que o levou ao poder, começou a mostrar que a dívida interna brasileira disparou para conter o ímpeto inflacionário, o alargamento da base monetária, proveniente não apenas da entrada de dólares, mas também do déficit orçamentário coberto com recursos de novas emissões; com a elevada taxa de juros pagos para rolar a dívida pública neste País; pela troca de dólares em reais, que estão aí em 58 bilhões em reserva, alargando a base monetária; e tudo isso tem que ser enxuto para que a inflação não suba pelo aumento da dívida pública, pelos títulos que o Governo tem que vender a uma taxa de juros elevada para tentar enxugar essa pressão inflacionária, esse alargamento da base monetária que continuamente se faz.

Portanto, neste momento, tendo em vista o elevado custo social, o desemprego, o sucateamento do parque nacional, a desestruturação da agricultura e da pecuária, a falta de recursos para o social, porque a CPMF foi aprovada, sim, mas grande parte dos recursos que seriam destinados à saúde foram desviados para o pagamento ao BNDES, pagamento ao FAT, e não chegaram na conta da saúde.

Portanto, o que vimos e estamos presenciando é que todos sentiram que Sua Excelência, o Presidente da República, tem uma grande sensibilidade para entender o social, para perscrutar as tendên-

cias dos eleitores. E diante da última pesquisa, que o coloca com 32% apenas de aprovação, no sentido de conduzi-lo à reeleição, é óbvio que ele sabe muito bem que não pode continuar trilhando os caminhos que o levaram a esse nível de rejeição, de desaprovação; 41%, no Rio de Janeiro, já afirmam que não confiam em Sua Excelência para um novo mandato.

De modo que, então, o que vemos é que é preciso mudar tudo, mudar quase tudo, para que não mude o Presidente da República.

Pois bem, o Professor Edmar Bacha, há cerca de três meses, advertia que era preciso reorganizar o "processo" real. Gustavo Franco, divergindo da proposta de Kandir que bradava pela antiga "austeridade, austeridade, austeridade", percebeu que o Real II deveria vir à luz com suas novas verdades eleitorais: gastança, gastança, gastança, **quantum satis** para chegar ao pódio eleitoral. Disse o genioso diretor do Bacen que, com os gastos eleitorais, a inflação iria voltar "um pouco". Tudo que foi enxugado será alagado. Tudo que foi enxugado pelo Real I será alagado pelo Real II.

A mudança de rota gera ansiedade, provoca turbulências. "Qual é a coisa que o senhor mais teme, neste momento? — pergunta o Jornalista da **Gazeta Mercantil** (19-6-97 — p.10). Responde o Presidente Fernando Henrique Cardoso: "A gente tem medo quando não controla. Por que há muita gente que tem medo de avião? Tem medo porque não entende o que está acontecendo. Depois que entende o que está acontecendo, o medo diminui". Mas se o que estiver acontecendo for uma pane? Uma vez compreendida, o medo aumenta. O imprevisível e temível seria, diz Sua Excelência, "um desarranjo no sistema financeiro internacional". Mas se o Real I não tivesse aberto tanto a economia brasileira a ponto de torná-la joguete do ingovernável e do imprevisível, isto é, das reservas em dólares voláteis; se a colocação de **bonds, papers e notes** brasileiros nos mercados do mundo não tivesse sido feita com tanta "eficiência", as mudanças de humores nas Bolsas mundiais, as oscilações dos juros externos, principalmente o aumento das remunerações dos papéis emitidos pelos governos ricos e confiáveis, não criariam o perigo de provocar uma fuga dos capitais voláteis pousados no Brasil. O Real I preparou terreno para que o Real II nascesse pisando em ovos...

O Professor Fernando Henrique Cardoso escreveu que o capitalismo queima o excedente que ele produz em guerras ou no social. A queima do excedente que a social-democracia brasileira destrói

no social, na falta da fogueira bélica, era destruído, na sociedade indígena que ocupava o território do atual Estado de Nova Iorque, por meio de uma festa ritual denominada **potlach**. O magnífico e lauto excedente que o Real I deveria ter economizado ao fixar o salário mínimo no "último furo" da cintura magra dos trabalhadores, ao deixar de pagar 46% dos vencimentos devidos aos funcionários públicos após três anos sem reajuste, ao negar os 28% de equiparação constitucional entre servidores civis e militares, ao amealhar as sobras dos recursos orçamentários nas áreas sociais, na área da reforma agrária e na receita da venda das empresas estatais, ao criar as receitas da CPMF, que parecem ter adoecido antes de melhorar a saúde pública, o suado excedente será agora consumido no **potlach** eleitoral que constituirá a maior distribuição de benesses, favores, doações necessárias para que o represidente "vença" a reeleição. Tudo que foi prometido será rapidamente cumprido no ritual eleitoral. "Prometi muito", afirma o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "e prometo prometer muito mais". Como disse, certa vez, o Ministro Bresser Pereira, no Plenário da Câmara dos Deputados, "há um discurso para a campanha eleitoral e outro para governar"... Nada do que foi esquecido será lembrado, afirma a transparência da social-democracia empoada, amnésica, maquiada...

Se o Real I não provocou a desestruturação das bases da produção nacional, se a produção de autopeças, de porcelana, de tecidos e confecções, de brinquedos, de sapatos, de vinhos e bebidas finas, da construção civil, das indústrias de base e da agropecuária não foi desestruturada, porque o Real II só fala em reestruturação? Investimentos em 42 setores. "Tudo que foi desestruturado, será reestruturado", prometem os refazedores remidos, redimidos. O espírito desencarnado da reumanização eleitoral baixa na figura mítica do recandidato. Em período pré-eleitoral, todos somos irmãos: Maluf, ACM, Cameli, Covas, Brito, Serjão, Pitta... Todos serão chamados, todos serão salvos.

Os conchavos e aconchegos que visam assegurar o continuísmo de Fernando, o mesmo de Menem e de Fujimori, desestruturam os frágeis partidos políticos e conquistam o apoio fácil dos abatidos governadores dos Estados falidos. A Federação se liquefaz diante das relações políticas desinibidas, ilimitadas, centradas no poder sem pudor da União. Prepara-se o palco para que o candidato-presidente se comunique diretamente com os eleitores, ocultando totalitariamente a cena do discurso político incon-

troverso. Há tempos Sua Excelência já declara que "não existe oposição" ao seu Governo; se esta inexistente, estamos diante do poder absoluto.

O dinheiro que foi enxugado, que sempre faltou para repor salários, vencimentos, aposentadorias, pensões, merendas escolares, equipamentos hospitalares, remédios, vacinas, para remendar estradas, parece que esteve sempre à espreita, na engorda, esperando o momento certo para mostrar sua potência, sua irresistível força eleitoral. De novo, os tecnocratas ensinam politicagem aos políticos, inocentes diante das macromaquinações. "novas Privatizações Renderão US\$85 Bilhões", (**Jornal do Brasil**, 29-6-97, pág. 38).

De acordo com a Superintendente de Privatizações do BNDES, Mariane Sussekind, a gaita vai entrar rapidinho, rapidinho... E esclarece os motivos da eficiência e da urgência pré-eleitoral: "o que permite uma ação tão rápida do Ministério das Comunicações é o fato de a Lei Geral criar um ritual próprio de concorrência, escapando do rigor da Lei nº 8.666, que rege todas as concorrências"! "Os compradores", esclarecem os açodados vendedores, "aliarão ao bom negócio a garantia de financiamento do BNDES, em percentual definido caso a caso". Tudo que era público será doado, tudo que era inibido pelo pudor e pela vergonha será exibido. Venham quente porque os doadores do sangue alheio estão fervendo. Os recursos sociais, os do FAT, os do INSS, os de empréstimos externos, as sobras devolvidas pelo austero Real I, o dinheirinho das privatizações da Vale, da CSN, das ferrovias e estradas privatizadas se somarão ao dinheirão das privatizações das telecomunicações, algo em torno de R\$85 bilhões, que pagarão parte do lauto banquete que o **potlach** eleitoral destruirá em holocausto aos deuses, e ao deus dos deuses. "Dinheiro não vai faltar", declara o candidato FHC, cavalo de terreiro no qual baixou o espírito de Juscelino.

"Criou-se um conselho informal de ministros para administrar a utilização de parte do erário da privatização das telecomunicações. Trata-se de aplicar o dinheiro em obras que não pareçam eleitorais, mas fiquem visíveis antes da eleição. Sérgio Motta ficou de fora", revela a **Folha de S. Paulo** (caderno Brasil, 06/07/97, pág. 18).

Para o Real II e suas urgências reeleitorais, o principal de uma obra não é a pedra fundamental nem sua consecução. O principal é a inauguração, o palanque festivo, a divulgação televisiva do feito, o retorno eleitoral dos investimentos públicos. Por isso, entre as reformas necessárias para sustentar o

Real II encontra-se a luta oficial pelo direito da presença do Presidente, recandidato, ao ato político da inauguração de obras.

Se a construção civil e as casas populares iam de vento em popa, por que o Presidente da Caixa Econômica Federal promete reconvocar os candidatos frustrados à compra da casa própria para participar do **potlach** eleitoral? Em entrevista ao **Jornal do Brasil** do dia 22 de junho (pág. 12), o Presidente Cutolo da Caixa Econômica Federal, que retirou da cartola R\$3 bilhões para tapar o buraco negro de R\$3 bilhões desaparecidos do Banerj, garante mais R\$12 bilhões. Ao **potlach** eleitoral, serão acrescentados R\$12 bilhões, que ressuscitam o neo SFH sob o nome de Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Haja siglas... "Dinheiro não vai faltar", afirma sorridente o represidente FHC, o ex-austero. "BRASIL EM AÇÃO é o novo palanque eleitoral" estampa a manchete da **Folha de S. Paulo** (Caderno Brasil, pág. 17). "Presidente prepara pelo menos 7 inaugurações de obras nos 15 meses que faltam para a próxima eleição". Tudo que era secundário agora será prioritário. "Principal peça da campanha de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil em Ação (conjunto de 42 projetos prioritários) promete promover um **boom** no mercado de empreiteiras do País e movimentar a agenda de FHC até outubro de 98" (**Folha de S. Paulo**, data e local acima citados).

Os empresários e empreiteiros sobreviventes, que amargaram um longo e penitente jejum ao longo de três anos de Real I, sorriem novamente ao acreditar que, das tetas do Governo, jorrarão leite e mel, missões e comissões. "Entre os projetos selecionados pelo Programa Brasil em Ação, há obras que estão sendo investigadas pela Justiça e obras que são questionadas e criticadas por órgãos do próprio Governo. O pacote também inclui obras que foram usadas na barganha política da reeleição e obras que se arrastam há anos, produzindo um fenômeno muito brasileiro, o da multiplicação de custos. As obras da BR-364, no Acre, contêm o maior número de irregularidades já apontadas pelo Ministério Público Federal em construções do gênero" (**Folha de S. Paulo**, caderno Brasil, 29/06/97, pág. 20).

A alma política que animou o Real I e "alavancou" FHC à Presidência da República entrou em exaustão. O caráter seco, enxuto, negativo, sucateador e desumano do Real I impede que os candidatos às próximas eleições continuem a empurrar o carro funerário em que se transformou o trator do Governo. O Ministro Sérgio Motta sabe que pode aproveitar o impulso restante da máquina que moveu o Real I para conseguir passar rapidamente pelo Senado a mais

importante peça e a mais volumosa fonte de recursos a serem despejados nas praias do Real II. Serão R\$85 bilhões só das áreas das telecomunicações, segundo o fantasista Ministro Serjão, pós-Compostela, remido e perdoador. O sistema Radiobrás, com 490 emissoras de televisão e rádio, ficará incólume, não será privatizado, pelo menos até que preste os serviços que seu presidente, Maurílio Ferreira Lima, prometeu: "mover uma guerrilha televisiva para garantir a reeleição do Presidente".

"Cooperativas Refinanciam Dívidas – governo pode resolver déficit de R\$1,7 bilhão, concedendo empréstimos e securitizando as dívidas" (**Gazeta Mercantil**, 25/06/97, pág. C-7). O socorro vem para as cooperativas de crédito agrícola, respeitando a prioridade do Plano Real I para com os bancos, banqueiros e agiotas.

O Real I, que sempre se orgulhou ser fruto de uma engenharia genética perfeita, desumana, laboratorial, se contamina com a modéstia eleitoral e, não podendo comer uma buchada populista, fala pela boca do seu Presidente Loyola: "HORA DE CORRIGIR ANTIGOS ERROS" (**Gazeta Mercantil**, 23/06/97, pág. b-1). De onde sairá tanto dinheiro para vencer as eleições, inaugurando quinze obras até lá, abrindo, só nas Comunicações, "750 mil novas oportunidades de emprego", de acordo com o Ministro Sérgio Motta? Todos que foram demitidos pelo Real I serão reempregados pelo Real II. "HORA DE CORRIGIR OS ERROS". Descontraidamente e com franqueza, os dois "ele, Loyola, e o Diretor de Fiscalização, Cláudio Mauch, discutiram o redesenho que pode vir a ter o Banco Central como guardião da moeda e como órgão regulador do sistema financeiro, e quais as distorções que não podem ser indefinidamente adiadas" (**Gazeta Mercantil**, 23-6-97, pág. b-1). Depois da suave e amiga intervenção em 69 bancos, após a permissividade que doou R\$25 bilhões a bancos podres, inclusive falsificadores de moeda escritural – o caso do Banco Nacional –, assaltada a casa, prometem colocar novas trancas, as trancas do Real II. Tudo que não foi fiscalizado, agora, será vigiado ...

"Dinheiro não faltará". "O Programa Brasil em Ação inclui obras eleitoreiras e projetos questionados por órgãos do próprio Governo. Plano enfrenta críticas e ações judiciais", estampa a manchete da **Folha de S.Paulo**, de 29/06/97, página 20.

Ignorando que matar passarinho é crime inafiançável, o Presidente FHC confessa que o tiro por ele disparado contra os pensionistas em petição de miséria tinha acertado um elefante; certamente uma referência ao grande contingente de eleitores abati-

dos com a proibição de acumular duas misérias: a miséria da aposentadoria com a miséria da pensão. O Real II e a proximidade das eleições humanizaram o coração de Sua Majestade que, diante das demonstrações de rua, dos sacrificados pelo tiro de misericórdia, voltou atrás.

As companhias aéreas brasileiras que sempre voaram de acordo com o Princípio de Arquimedes, recebendo um impulso de dinheiro líquido de baixo para cima igual ao peso do volume político deslocado, querem participar do **potlach** eleitoral devorando R\$4 bilhões. "De onde virá tanto dinheiro?", indaga a consciência enxuta dos ressequidos e estupefatos brasileiros. O Estado de São Paulo, a locomotiva emperrada, vai receber R\$53 bilhões para pagar dívidas junto ao Banespa e a outros sequiosos credores.

O **potlach** eleitoral será imenso, garante o Presidente FHC. "Não se esqueçam de que petróleo é dinheiro e a União continua sendo proprietária das reservas petrolíferas brasileiras". FHC está disposto a pôr fogo no petróleo, a vender as reservas cubadas do ouro negro, para aquecer o grande **potlach** eleitoral. O insuspeito ex-Deputado e empresário Hebert Levy se preocupa: "Por sua vez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lembra que o petróleo cubado não pertence à Petrobrás, mas sim à União, sendo considerado como reserva financeira"... Aqui aprovamos, demos carta branca, passaporte, para que isso seja feito, para que os lençóis de petróleo brasileiro sejam transformados em dinheiro, cumprindo a promessa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Repito, pela enésima vez, enfatiza o jornalista: "a autoridade moral do Presidente é o ativo mais importante para o País"...(**Gazeta Mercantil**, 3-7-97, p.A-4). O petróleo era nosso, agora pertence ao **potlach** eleitoral.

Pois bem, como o tempo parece estar esgotando, gostaria de resumir...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Gostaria de lembrar a V. Ex^a que realmente o tempo já se esgotou, mas, pela importância do próprio pronunciamento, V. Ex^a tem mais 10 minutos para concluí-lo.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço muito a generosidade de V. Ex^a, inclusive o elogio que permeia essa permissão.

Já me referi muitas vezes – e hoje leio frequentemente na imprensa – ao fato de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Real I, parece muito com o Presidente Campos Sales. Campos Sales demitiu funcionários, vendeu empresas estatais, enxugou e exagerou no enxugamento, porque queimou dinheiro no primeiro ano de seu governo. Campo Sa

les criou o imposto ouro sobre importações para pagar a dívida externa brasileira em ouro.

Portanto, a política de Campos Sales é muito parecida com aquela que Bulhões e Roberto Campos instituíram após o Golpe de 64, provocando um grande número de falências e uma elevação no desemprego. O Sr. Roberto Campos dizia: "Estou fazendo aqui uma sangria depuradora" – sangria depuradora para que as empresas falidas nacionais fossem vendidas, na Bacia das Almas, ao capital estrangeiro. Assim, uma parte de Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu Governo, o Real I, assemelha-se muito ao Governo de Campos Sales.

Entretanto, FHC não é um duplo de Campos Sales. As relações entre o indivíduo e seu "outro" estão bem descritas por Otto Rank, autor de *O Duplo* e *O Traumatismo do Nascimento*, não são suficientes para explicar a personalidade múltipla de FHC.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso já declarou expressamente assumir a sua semelhança com o Presidente Juscelino Kubitschek, o realizador de obras. Sua Excelência, ao aumentar os gastos do Governo, ao realizar despesas em diversas áreas, inclusive em Brasília, nas hidrelétricas, na construção de estradas, criou, obviamente as bases para o aumento das taxas de inflação no Brasil. Logo, tem razão o Sr. Gustavo Franco ao dizer que as próximas eleições, ao permitirem essa gastança no lugar da austeridade a que se referia o Ministro Antônio Kandir, vão trazer de volta a inflação, um pouco – diz modestamente o Sr. Gustavo Franco, aquele que, entre outras coisas, afirmou que se Lula ganhasse as eleições de Fernando Collor de Mello iria seqüestrar a poupança.

Portanto, mais uma vez os tecnocratas dão lições de politicagem aos políticos ao inventar essa mentira, como o fez o Diretor do Banco Central, Gustavo Franco, que foi muito importante para a vitória de Fernando Collor de Mello. O FHC do Real I é uma figura próxima de Campos Sales, como já disse, e o FHC do Real II é uma repetição.

No final de linha, com uma dívida pública imensa que não limitava o Governo de Juscelino Kubitschek, com uma dívida pública astronômica que não era obstáculo aos gastos de Juscelino Kubitschek, portanto, no final do processo, do esgotamento do processo de crescimento, quer se voltar ao útero materno e começar de novo o Governo de Juscelino Kubitschek, das grandes obras, das grandes realizações.

Serão 42 obras inauguradas até as eleições. E as 2.200 obras inacabadas que o Tribunal de Contas

e Senadores verificaram, **in loco**, a existência? Essas permanecerão abandonadas, como se encontram. Duas mil e duzentas obras!

Juscelino Kubitschek, ao invés de absorver as imposições do FMI, se rebelou contra o FMI. Isso, ao contrário do que acontece com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas isso não impede que mais R\$5 bilhões sejam dados, pelo BID, através da visita do seu Presidente Enrique Iglesias – R\$5 bilhões que serão fornecidos, também, para este **potlach**. Lá na Rússia, quando Yeltsin corria o risco de não ser eleito, o FMI mandou 8 bilhões para ajudar no **potlach** soviético, na vitória eleitoral do Sr. Yeltsin.

O Governo de FHC representa um momento da consciência plena de que a crise de acumulação de capitais produzira seus desastres desumanos, afugentara a capital-dinheiro potencial da produção e dos investimentos para a especulação, transformara os empréstimos externos em investimentos e esbanjamentos sem retorno, incapazes de pagar as dívidas avolumadas. O empobrecimento da classe média e o desvio de recursos do social para o luxo e o supérfluo não se mostravam mais capazes de criar mercados aptos para manter a taxa de acumulação legitimadora dos governos despóticos.

Aqui, o que se afirma é que quando o dinheiro, ao invés de transformar o investimento, reflui para a especulação, isto se deve ao fato de que a taxa de lucro que se espera desses investimentos produtivos é tão baixa que esse dinheiro resvala para a especulação.

De modo que não é possível liquidar-se essa tendência especulativa que o capital-dinheiro tem no Brasil, a não ser que os investimentos produtivos recobrem a sua rentabilidade, sejam mais rentáveis e mais seguros do que os rendimentos obtidos na especulação.

Os constrangimentos externos se exerceram sobre a economia brasileira, a jugular do endividamento externo foi seccionada e invertido o fluxo de capitais: ao invés de mais empréstimos exigia-se – isso no início dos anos 80 – o pagamento dos juros e do principal. A partir de 1980, o Ministro Simonsen iniciou o processo de fechamento da economia brasileira a fim de que, importando menos e exportando mais, se constituíssem os saldos externos destinados aos pagamentos feitos aos banqueiros do mundo.

Portanto, o PT não esteve no poder, o PDT não esteve no poder, os partidos de esquerda não estiveram no poder. Quem foi que fechou a economia brasileira? Só podem ser aqueles partidos e

aquelas pessoas que estavam e estiveram há décadas no comando da economia brasileira. O fechamento da economia brasileira, escancarada a entrada de capitais estrangeiros em todos os setores, as indústrias automobilísticas e as indústrias de cosméticos não foram fechadas senão neste momento pelo próprio Ministro Simonsen para que o Brasil conseguisse um saldo de exportações para pagar a dívida externa.

Havia já uma ameaça de *défaut*, de dificuldade de pagamento, e então houve este fechamento da economia brasileira, feito não por partidos de esquerda ou partidos socialistas, mas pelo próprio Ministro Henrique Simonsen, a fim de que os banqueiros internacionais se satisfizessem com o aumento de nossa capacidade de pagamento proveniente do fechamento da economia nacional e do aumento do saldo de exportações.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Solicito a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento porque seu prazo já se encerrou e existem mais dois oradores inscritos.

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não! Vou encerrar esta minha oração, não antes de lembrar ligeiramente que o mercado brasileiro, tão ambicionado pela empresas automobilísticas, montadoras, que recebem todos os subsídios novamente, atrás deste mercado elitista que só pode ser feito através do empobrecimento da base e de transferência para a classe média alta e para classe A da economia nacional, agora, não podendo mudar as bases reais, o perfil deste consumidor, rico de um lado e excluído de outro, miserável de outro, o que faz? Procura adaptar a produção a este perfil, para tornar a produção imutável, para que ela não se destine à produção de artigos e de mercadorias que penetrariam na cesta de consumo dos excluídos; para não permitir, portanto, uma redistribuição de renda e esperar por ela, agora, criam-se os telefones para a classe rica, os carros montados aqui para a classe rica, cria-se uma saúde pública desmantelada para os pobres e uma saúde pública financiada por um fundo que está sendo criado para sustentar os hospitais privados que prestarão serviços conveniados ao SUS.

Portanto, o que temos diante de nós é que a estrutura da produção perversa, anti-social, excludente e concentradora, está sendo reforçada através desses investimentos, desses favores, desses subsídios. Subsídio era pecado até outro dia, no Plano Real I, agora são subsídios mais amplos, para que as montadoras se instalem no País.

De modo que, então, todo o consumidor antagônico brasileiro vai ser fortalecido através do Real

II, e o processo de exclusão, este será também mais incrementado até os limites do humano.

O Real II suspende, imediatamente, todas as propostas de Governo, todas as ações políticas, todas as reformas constitucionais que tiveram o impacto negativo, das colheitas eleitorais. Ganhas as eleições, FHC e sua equipe poderiam contar com os políticos recém-eleitos, com poderes constituintes ...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Mesa lembra a V.Ex^a que, apesar da tolerância, já concedemos a V.Ex^a mais 30 minutos, e pede a compreensão de V.Ex^a no sentido de concluir seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Em 10 segundos, termino essa fala.

... com poderes constituintes para aplicar os remédios dolorosos do FMI, do Banco Mundial e da ordem neoliberal. Para reduzir os gastos do fisiologismo, com a compra de votos, a Constituinte precisará da maioria simples para fazer e desfazer a Constituição de 1999, a constitucionalizar o genocídio.

Portanto, teremos, aí pela frente, uma nova Constituinte eleita juntamente com a reeleição do Presidente e, então, por maioria simples, tudo será refeito adequadamente, aos propósitos do Presidente reeleito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a a gentileza com que me permitiu ultrapassar o prazo.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. João Rocha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Leomar Quintanilha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 266/97

Brasília, 17 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do meu nome como membro titular em substituição ao Senador Íris Rezende, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de alta estima e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 267/97

Brasília, 17 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que deixarei de integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, como membro suplente, e a Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, como membro titular.

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 152/97 – LPL

Brasília, 17 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Luiz Buaiz, como titular, e Remi Trinta, como suplente, para integrarem a Comissão referente à Medida Provisória nº 1.546-21 ("Contribuição PIS-Pasep"), em substituição.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

OF. Nº 154/97 – LPL

Brasília, 17 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Luiz Buaiz, como titular, e Welinton Fagundes, como suplente, para integrarem a Comissão referente à Medida Provisória nº 1.475-29 ("FAT e Seguridade Social"), em substituição.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 38/97-CAS

Brasília, 18 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1996, que "regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao pantanal mato-grossense", em reunião de 11 de junho de 1997.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

OFÍCIO Nº 40/97-CAS

Brasília, 18 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1996, que "dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências", em reunião de 11 de junho de 1997.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á, a partir de 1º de agosto próximo, o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso por 1/10 da composição, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 103/96, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência recebeu da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro o Ofício nº 348/97, de 11 do cor-

rente, encaminhando, nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 64, de 1997, a documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 1º.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 81, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.549-32, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PFL

José Bianco
Waldeck Ornelas

Francelino Pereira
Joel de Hollanda

PMDB

Ramez Tebet
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Teotônio Vilela Filho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

Deputados

Titulares

PFL

Mendonça Filho
Vilmar Rocha

César Bandeira
Alexandre Ceranto

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Gonzaga Mota
Genésio Bernardino

Ivandro Cunha Lima
Pedro Yves

PSDB

Roberto Santos

Franco Montoro

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PL

Valdemar Costa Neto

Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 18-7-97 – designação da Comissão Mista

Dia 21-7-97 – instalação da Comissão Mista

Até 19-7-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 28-7-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 12-8-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.576-1, adotada em 3 de julho de 1997 e publicada em 4 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PFL

Romeu Tuma
Bello Parga

Bernardo Cabral
Guilherme Palmeira

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Osmar Dias

Coutinho Jorge

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

Deputados

Titulares

PFL

Átila Lins
Rogério Silva

Roberto Pessoa
Robério Araújo

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Adelaide Neri
Paulo Lustosa

Adelson Salvador
Asdrubal Bentes

PSDB

Dalila Figueiredo

Rommel Feijó

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PSB

Alexandre Cardoso

Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 18-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 21-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 9-7-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 18-7-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 2-8-97- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 513, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fulcro no disposto no inciso IV do art. 71, da Constituição Federal, requiro a V. Exª, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção, auditoria administrativa e operacional, **in loco**, nas obras de asfaltamento da BR 174, que liga Manaus até à fronteira da Venezuela – no trecho referente ao Estado de Roraima – que estão sendo realizadas, com recursos alocados, inclusive, com empréstimos internacionais leantados, para tal fim, na Corporação Andina de Fomento – CAF.

Justificação

As obras nos Estados do Amazonas e Roraima têm sido implementadas através dos dois governos estaduais.

Do lado do Amazonas, temos assistido a execução de uma obra competente, com asfalto de excelente qualidade, e obras complementares de nível técnico que entusiasma.

No entanto, no Estado de Roraima, surgem denúncias de mudanças de especificação técnica, de pavimentação redução de cota do "grade", sem autorização, má qualidade do asfalto e tantas outras que, se forem verdadeiras, como se demonstram, comprometem mais que a qualidade das obras e a lisura do processo de licitação e construção. Comprometem o investimento do Governo Brasileiro e dos governos internacionais que financiam as obras, e ainda mais, comprometem a esperança e o sonho da população da Amazônia Ocidental em ter uma estrada durável que traga o desenvolvimento.

Como os recursos internacionais estão para ser liberados, e levando em conta que o Departamento Nacional de Estrada de Rodagem – DNER, não está aprovando a execução de parte da obra e as contas prestadas do Governo de Roraima, quanto aos recursos já liberados, além de que, o próprio Governo Estadual teve as suas contas de 1996 rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União determine uma fiscalização rigorosa sobre estes fatos, visando a dirimir estas denúncias existentes que, se confirmadas, poderão prejudicar a população do Estado que represento.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1997. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O requerimento lido vai à publicação, devendo ser apreciado, oportunamente, a partir do dia 1º de agosto próximo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 514, DE 1997

Requiro, nos termos do artigo 49, inciso X, e 50 da Constituição Federal combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Minas e Energia as seguintes informações:

1. Cópia do relatório (Etapa IV) – inclusive seus anexos – elaborado pela coopers & Lybrand, em consórcio com outras empresas, sobre o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro.

Justificação

Como é do conhecimento desta Casa do Congresso o sistema elétrico brasileiro é único no mundo tendo em vista peculiaridades tais como a hidroeletricidade representar mais de 90% da geração, seu sistema interligado permitir uma otimização da energia gerada, etc.

Considerando o discurso governamental sobre a pretensa falta de energia que poderá ocorrer no curto prazo. Considerando que a energia constitui-se um dos maiores vetores de desenvolvimento, e considerando que nosso sistema elétrico teve mais de 95% de sua construção financiada com recursos públicos. Os dados aqui solicitados são de fundamental importância pois, neste momento em que um novo modelo está sendo proposto para o setor os senhores senadores como legítimos representantes do

povo brasileiro não podem ficar a margem dessa discussão.

Sala das Sessões, 18 de junho de 1997. – Senador **Eduardo Suplicy**

(À Mesa para Decisão)

REQUERIMENTO Nº515, DE 1997

Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e 50 da Constituição Federal combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Minas e Energia as seguintes informações:

1. Relação de todos os contratos, convênios e assemelhados para prestação de serviços de diversas naturezas assinados pela Eletrobras com universidades, faculdades, fundações universitárias, institutos de pesquisa e quaisquer outras instituições no período de 1º de janeiro de 1995 até 30 de abril de 1997. Detalhar para cada caso o nome da contratada, sua natureza jurídica, o objeto, valor e prazo do contrato, o fundamento legal para a contratação e os nomes dos profissionais neles que através deles estão prestando serviços para a Eletrobras, com suas respectivas qualificações.

Justificação

Este requerimento objetiva a complementação de informações já prestadas pelo Ministério das Minas e Energia, conforme solicitadas através do requerimento nº 209/97.

Sala das Sessões, 18 de junho de 1997. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

Continuando a lista de oradores, com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Rocha, Srs. Senadores, a crise que se abateu sobre o Estado de Alagoas e culminou com o confronto armado entre a polícia militar e o Exército, resultando em vítimas e no afastamento, por 180 dias, do Governador Divaldo Suruagy, chama a nossa atenção para a gravidade da situação que enfrentam os Estados brasileiros, e não só quanto à situação de suas polícias militares.

Vimos, recentemente, desencadear-se uma crise na Polícia Militar do Estado do Pará; no Estado

do Rio Grande do Sul, a crise praticamente sai da fase embrionária e, no Estado de Goiás, ela se repete, como se ocorresse uma situação em cadeia por diversos Estados brasileiros.

Quer me parecer, Sr. Presidente, que essa crise, de conotação maior no Estado de Alagoas, seja a ponta do **iceberg**, seja apenas o pedaço aparente da enorme crise por que passam os Estados brasileiros. Como se não bastasse a herança nefasta que a grande maioria dos atuais governantes recebeu de administrações anteriores, que coloca em situação delicada as finanças dos Estados, inadimplentes com diversos órgãos, com fornecedores, com construtores, e faz com que se repitam os seus pedidos ou os pedidos dos seus representantes, mais em tom veemente de apelo, de que suas dívidas sejam continuamente roladas neste Senado, em razão da insolvência, da condição absoluta de fraqueza financeira em que se encontram os Estados brasileiros.

A questão da Polícia Militar, centrada nas condições adversas de trabalho, com apoio logístico defasado, com equipamentos defasados, mas, sobretudo, em situação salarial que não é condigna, e que tem feito as polícias se rebelarem, deixa-nos muito claro que a situação não se restringe ao corpo policial.

Certamente, Sr. Presidente, os policiais, por não suportarem mais os salários aviltantes que recebem, resolveram, da forma que acharam conveniente, legal ou não, se manifestar contra os seus Governos.

É evidente que se os salários dos policiais encontram-se aviltados, os dos professores, os dos funcionários da área da saúde e os dos funcionários da área administrativa também se encontram na mesma situação.

É deveras preocupante vermos o esforço que o Governo Federal desenvolve para organizar a economia do País, respeitando o princípio federado, sem exercer ingerência nas administrações estaduais e vermos a dificuldade que os Estados têm com as suas finanças. Vários deles consomem praticamente toda a sua receita com os seus gastos de custeio – inclusive a folha de pagamento –, o que não permite o atendimento do crescimento vegetativo das demandas naturais da população nas áreas da saúde, do saneamento básico, da habitação e agrava a crise social, agrava as injustiças sociais que são praticadas, que são impostas à sociedade brasileira, principalmente aos mais pobres.

É nesse esforço que o Governo do Presidente Fernando Henrique vem fazendo para organizar a economia, para conter a inflação, que ocorre o agravamento da situação dos Estados, porque isso tem

cobrado deles um custo muito elevado, já que todas as instituições públicas e privadas – incluindo-se os Estados –, para se ajustar à nova ordem econômica ditada pelo Plano Real, precisam promover diversas alterações, diversos ajustes, diversos cortes nos seus gastos, sem que lhes sejam fornecidos os mecanismos necessários e, talvez, o prazo necessário para se adequar a essa nova ordem, a essa nova realidade.

Além disso, o Plano Real, com sua estratégia basicamente centrada no controle cambial e nas taxas de juros elevadas, tem agravado a situação dos Estados, que tiveram suas dívidas multiplicadas em razão dos encargos financeiros a que ficaram sujeitos.

Como se não bastasse, Sr. Presidente, essa situação imposta pelo Plano Real, estamos discutindo, no Congresso Nacional, em primeira etapa na Câmara dos Deputados e, em um segundo momento, no Senado Federal, a prorrogação do Fundo Social de Emergência com o novo nome de Fundo de Estabilização Fiscal. Certamente, a aprovação iminente do Fundo virá a agravar ainda mais a situação dos Estados, principalmente dos mais pobres, mais endividados e que se encontram insolventes ou com dificuldades para solucionar seus problemas.

Sr. Presidente, quero, nesta manhã, registrar que a situação de desobediência civil, de rebeldia, de agressão física e armada que está grassando o País de forma perigosa, colocando em risco o cidadão, o trabalhador brasileiro, a família brasileira, está a merecer, por parte da União, das instituições públicas, dos governantes, uma atenção toda especial antes que a situação se agrave, antes que aconteçam mais mortes, antes que o custo de reordenamento das finanças do Estado fique mais caro.

Era essa a preocupação que eu gostaria de trazer nesta manhã.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. João Rocha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Fogaça.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. José Fogaça deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema desta manhã, sem dúvida, é a discussão que se estabelece no País em torno da crise que assola os Governos estaduais. E quero deixar claro que entendo que é uma crise de Governos, é uma crise da máquina administrativa, é uma crise dos aparelhos públicos, e não propriamente uma crise dos Estados, enquanto unidade da Federação, enquanto organizações sociais que congregam uma grande massa de população.

É bem possível que a economia privada em Alagoas esteja bem melhor do que a sua administração pública, assim como posso dizer com toda a tranquilidade que o setor privado no Rio Grande do Sul vai bem melhor do que o setor público.

Então, antes de mais nada, no momento em que estamos fazendo uma análise, uma reflexão, ponderamos algumas palavras, propomos alguns caminhos, não podemos deixar de fazer essa distinção. A distinção de que hoje, mais do que nunca, embora isso nunca tenha deixado de existir no Brasil, chegamos ao fundo, ao chamado "fundo do poço", ao limite extremo e talvez impossível de ser ultrapassado. É a crise da máquina pública, é a crise do Estado, a crise dos Governos.

Creio que as elites brasileiras, que sempre ocuparam o aparelho do Estado, sempre ocuparam a máquina pública e sempre ocuparam a administração dos Estados, dos Municípios, estão com uma grave e importante responsabilidade: a de colocar a máquina pública em ordem, a responsabilidade de acertar o passo, de ordenar as finanças, de fazer com que o sistema de entrada de recursos se ajuste ao sistema de saída e vice-versa; que a quantidade de recursos que saem dos cofres equivalha à quantidade de recursos que entram.

Esse duro ajuste da máquina e das finanças públicas é da responsabilidade das elites brasileiras, daqueles que têm sobre seus ombros a condução do Estado, da classe dirigente do Brasil.

Quando falo em classe dirigente, não estou falando em classe dominante, não me estou referindo apenas aos ricos. Um sindicalista, mesmo que seja um trabalhador dos menos aquinhoados nos padrões econômicos do Brasil, faz parte da classe dirigente. Um prefeito, seja de um grande município ou de uma grande capital, seja de um pequeno município ou de uma pequena cidade, faz parte da classe dirigente. Deputados, Senadores, empresários, sindicalistas, diretores de repartições públicas, representantes sociais dos diversos níveis do nosso sistema político, todos eles, de alguma forma, integram

aquilo que chamamos de classe dirigente. Essa classe dirigente tem a responsabilidade de deixar de enxergar apenas uma árvore para enxergar a floresta, de deixar de enxergar apenas um lado para enxergar o conjunto dos problemas.

Creio que essa crise de Alagoas, que não é um fato isolado ou uma situação puramente circunstancial ou ocasional, mas é resultado de uma situação estrutural, de problemas que estão incrustados na máquina pública, vem demonstrar o quanto é grave o momento e o quanto é acentuada a responsabilidade das elites. Refiro-me, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não só ao Estado de Alagoas, embora lá, do ponto de vista exemplar, haja, neste momento, maior evidência. Os meios de comunicação estão dando uma ênfase maior ao que acontece em Alagoas hoje com o pedido de licença do Governador Divaldo Suruagy. No entanto, tropas da Polícia Militar, fardadas ou não, também cercam o Palácio do Governo, em Pernambuco. Há uma trégua de 48 horas entre Governo e policiais militares no Rio Grande do Sul. Minas Gerais viveu exatamente uma situação semelhante há alguns dias. Em todos os Estados brasileiros, indistintamente, embora em alguns mais e em outros menos, mas nos Estados brasileiros há uma situação semicalamitosa quanto às finanças públicas. O Governador Dante de Oliveira tem sido insistente e notório no sentido de mostrar o alto nível de ingovernabilidade da máquina que ele administra. O Governador Mão Santa, do Piauí, revela que a folha de pagamento ultrapassa 115% da arrecadação do Estado, do que há disponível para o exercício da função de Governador, para o exercício da função pública de administrar os recursos e alocá-los de acordo com as necessidades mais veementes de cada setor, de cada área social.

Digo com toda a tranquilidade, com toda a convicção: bater às portas do Governo Federal é uma medida e uma saída aparentemente fácil. Pedir recursos e soluções ao Governo Federal é uma saída que pode, de alguma forma, abrir caminhos para soluções paliativas, mas não é uma saída de caráter definitivo e permanente. Encarar a solução é uma saída, é uma responsabilidade das elites locais, das elites da classe dirigente local. Classe dirigente, Sr. Presidente, não é só a dos altos empresários, dos ricos produtores; classe dirigente vai desde o Governador do Estado até o mais humilde e o menor em tamanho entre os sindicatos de trabalhadores; classe dirigente é aquela que pensa o conjunto, que tem a responsabilidade de pensar coletivamente a sociedade e que, de alguma forma, exerce algum tipo de representação política, econômica e sindical.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vir a Brasília para pedir mais R\$1 bilhão para pagar a folha de funcionários é uma saída que nesse momento repre-

senta apenas solução por não mais do que dois ou três meses. Mantida a atual estrutura, a ordem vigente das finanças nesses Estados, daqui a três meses, será preciso vir e pedir novamente.

Ontem, aprovamos para o Estado de São Paulo uma grande e uma importantíssima redefinição da sua dívida. Através do Governo Federal, toda dívida mobiliária, a dívida consolidada, a dívida contratual do Estado de São Paulo, da ordem de R\$50 bilhões, é securitizada através de títulos de 30 anos.

No entanto, esse, que é o lado aparentemente fácil de promover, de resolver, implica uma série de acordos e de redefinições de políticas públicas locais; significa que os Governantes desses Estados – e no caso estou falando de São Paulo – têm que abdicar de uma série de situações irregulares, distorcidas, que até hoje vigoram na máquina pública estadual. Essa é uma consciência, uma verdade que só tem um jeito de ser escondida. Sr. Presidente, só há um jeito de esconder essa verdade hoje indistintamente, gritante, ululante, do desequilíbrio brutal das contas públicas dos Estados; só há uma maneira de fazer com que isso novamente fique em um nível de percepção muito superficial, quase que inacessível a 95% dos cidadãos. Uma crise como essa pode ser, digamos assim, abafada, mascarada, maquiada se voltar a inflação, porque o jogo da inflação, se de um lado é extremamente perverso com os pequenos assalariados, dá aos governantes uma enorme mobilidade, pois os salários dos funcionários públicos, que atualmente ocupam 80, 90% das folhas de pagamento vão sendo deprimidos, vão sendo reduzidos no total do orçamento na medida em que a inflação vai comendo o seu poder aquisitivo e o seu valor absoluto. E os governantes só têm que jogar os reajustes dentro de uma política estratégica, com uma capacidade de ginástica financeira que desenvolveram com grande habilidade ao longo dos anos. Sou capaz até de dizer que há governantes que foram magistrados no período de inflação, pela sua capacidade de fazer flexões, de fazer ginástica, de atuar com o jogo de idas e vindas, de picos e de planícies na questão inflacionária, na situação das contas públicas que se consagraram nesse período. Os mesmos governantes, voltando a governar no período de estabilidade monetária, quando não há o jogo da desvalorização da moeda, que permite as flexões a que antes estavam acostumados, não permite jogar as coisas para debaixo do tapete, empurrar com a barriga para um futuro que um dia chegará, deram-se mal, não conseguiram entender o momento que estava sendo vivido e prepará-lo de acordo com a situação que se avizinhava e que iria naturalmente se esboçar com o tempo.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando um Estado tem uma estrutura de arrecada-

ção e um aparelho público que não se equivalem – ou seja, a arrecadação é muito menor do que o aparelho público gasta -, quando há esse desajuste no período inflacionário é fácil jogar sempre para o futuro, de modo que a realidade, por mais dura, por mais difícil que seja, tenha sempre uma solução na desvalorização da moeda. Se a folha de pagamento está na ordem de 80% a 90%, bastam três meses de inflação que ela cai para 50% do Orçamento. E é nesse período que o governante faz o jogo dos investimentos das despesas de custeio.

A inflação é uma maravilha para quem quer ludibriar o povo, para quem quer enganar a massa, para quem quer fazer um jogo de cena espetacular no sentido de mostrar competência administrativa. Esse é o jogo que atende a quem não deseja enfrentar o problema no seu nascedouro e na sua dura realidade; esse é o jogo que atende a quem deseja, muitas vezes, fazer concessões aos diversos setores que demandam junto ao Estado e que nada têm a ver com a realidade financeira do Governo, em total desacordo com a realidade da arrecadação.

Sei que não é uma questão fácil querer cobrar desses atuais Governadores uma atuação rígida, rigorosa, quase que militar, no sentido de estabelecer uma rigidez para suas finanças, não me parece ser algo inteiramente correto, inteiramente adequado. Esses Governadores enfrentam algo que é a realidade local, algo que é o processo de demandas, de exigências e reivindicações locais. Eles enfrentam o duro contexto das pressões políticas e econômicas no ambiente e no Estado em que atuam, em que vivem.

Portanto, não se trata de, daqui de Brasília, através de uma ação do Ministério da Fazenda, através de uma ação do Banco Central, através de pressões do Presidente da República, tentar produzir resultados pela via de ingerência nesses Estados. Isto, na minha opinião, adianta muito pouco.

Sr. Presidente, não sei se substituir o Governador de Alagoas e colocar no exercício do cargo alguém que responda à voz direta do Presidente da República é solução, e digo por que.

Se as elites locais, se as categorias dirigentes locais do Estado de Alagoas não quiserem reformar o Estado de Alagoas, dentro de seis meses mais dinheiro será preciso que se jogue dentro daquela máquina que é um sorvedouro infinito de recursos, porque ela foi montada, por um lado, pelo inchaço do empreguismo e, por outro lado, pela deformação dos privilégios em favor de alguns setores. E isso significa tão-somente uma coisa: não tocar nessa questão, mantê-la tal como está fará com que, daqui a três

meses, mais recursos sejam necessários, uma nova injeção seja necessária e não há o que solucione **ad infinitum** o problema de Alagoas, como não há o que solucione o problema dos 26 demais Estados brasileiros.

No Distrito Federal, nenhuma reforma mais profunda no sentido do encurtamento dos custos, do enxugamento das despesas e dos gastos excessivos foi feita. Aqui, pouco se fez no sentido de reduzir esses custos da máquina, mas o Governador tem uma enorme vantagem que os outros não têm. Quem paga a folha de salários dos professores do Distrito Federal é o Orçamento Federal. São os cofres da União que pagam os professores, são os cofres da União que pagam o setor de saúde, são os cofres da União que pagam os policiais militares.

Os PMs de Brasília ganham mais de R\$1.000,00 e constituem a polícia militar mais bem paga, não porque os Governadores daqui foram competentes ou capazes de estruturar as coisas nesse nível e nessa ordem, mas pela simples razão de que o Governo do Estado chamado Distrito Federal não tem um tostão sequer a gastar com a sua Polícia Militar. A magistratura – juízes – onde estão os mais altos salários, procuradores e promotoria – Ministério Público – todos os recursos vêm do Governo Federal.

Então, um Governador assim pode-se dar ao grande luxo de fazer muito pouco quanto à redução de gastos. No entanto, nos outros 26 Estados brasileiros, o Governador tem que tirar do cofre do Tesouro Estadual o recurso para pagar os professores; tem que sair do cofre do Tesouro Estadual o recurso para pagar os PMs; tem que sair do cofre do Tesouro Estadual o recurso para as despesas de custeio, de manutenção da máquinas; têm que sair dos cofres do Tesouro os recursos para a maior parte da saúde.

Então, as coisas ficam difíceis, porque as elites locais não estão dispostas, até agora, a entender que, no âmbito dos Estados, muito mais do que no âmbito do Governo Federal, faz-se necessária a grande revolução brasileira.

O nível de sacrifício, de dificuldades que isso exige é grande; o nível de problema humano e social que está por trás da simples frase "ajuste fiscal dos Estados" é imenso.

Cobrar daqui, de uma tribuna, não o faríamos. Acusar os Governadores, nem eu e nem o Senador Leomar Quintanilha estamos fazendo isso – também abordou o assunto, alertando para o problema, o Senador Leomar Quintanilha, mas não atirou sobre as

costas dos Governadores essa grave responsabilidade. Lidar com essa classe dirigente local, nos Estados, lidar com situações arraigadas, lidar com o conservadorismo estrutural profundo que existe nas oligarquias dos Estados, reconheço, Sr. Presidente, é algo extremamente difícil.

Mas chamo a atenção mais uma vez para isso. A paz social, a ordem pública, as condições efetivas de desenvolvimento no Brasil estão dependendo disso.

Por quê? Porque é nos Estados que se faz a educação básica. São os Estados que pagam os professores para ensinarem as crianças nos cursos básico e médio, portanto, a nossa base de desenvolvimento depende das finanças estaduais. O Governo Federal arca com o ensino superior público. O ensino superior público, as universidades públicas federais consomem cerca de 95% dos recursos em educação no nosso Orçamento.

Então, o Governo estadual fica com a imensa responsabilidade de educar a grande massa de estudantes que se alfabetizam, que iniciam as primeiras letras e que concluem o primeiro e segundo graus.

Notem bem: a educação brasileira, o desenvolvimento humano deste País, dependem dos Governos estaduais; a segurança pública dos cidadãos depende dos Governos estaduais, com a única exceção do Distrito Federal, repito; a Justiça estadual é também paga pelos Governos estaduais. Portanto, o desempenho, a agilidade da Justiça a produtividade das Comarcas e a solução das demandas judiciais dependem também dos Estados.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, nesta hora e neste momento, dizer que não estou aqui para jogar as primeiras pedras, nem para jogar pedras sequer, porque no meu Estado, o Rio Grande do Sul, a crise existe tal como existe em outros Estados do Brasil, e eu faço parte da classe dirigente do meu Estado, tenho a mesma responsabilidade. Mas o que quero dizer é que, embora sabendo que não possa jogar uma responsabilidade em cima de um governador, quero dizer que se as elites locais, as elites regionais, os representantes políticos, econômicos, sindicais desses Estados não enxergarem onde está a distorção, onde está o erro, onde está a deformação, onde estão as mais graves e candentes questões, os Estados vão continuar com essa desordem financeira, demandando recursos, pedindo perdão de dívida, subsídios que dependem da emissão de títulos do Governo Federal, e que, portanto, representa um enorme aumento da

despesa por parte do Orçamento da União, com essa despesa do pagamento de juros dos títulos da dívida pública.

Quero, aqui, deixar bem claro isso. Porque parece, Sr. Presidente, que quando há uma crise em Alagoas, como essa, os olhos do País se voltam para o Governo Federal, perguntando onde está o Governo Federal que não aporta recursos, que não injeta apoio financeiro no Governo de Alagoas.

Ora, se fizermos um levantamento daquilo que já foi destinado ao Estado de Alagoas, com a aprovação do Senado, ficaremos assustados. E aqui — repito — não tenho e não faço nenhuma restrição pessoal ao Governador Divaldo Suruagy e não jogo sobre S. Ex^a a responsabilidade, que é, isso sim, da classe dirigente do Estado de Alagoas, que tem que dizer: queremos uma organização pública administrativa diferente daquela que temos, e temos que mudar e criar as condições para mudar! Isso vale para o meu Rio Grande do Sul, para o Paraná, para os Estados do Nordeste, do Norte e do Sudeste brasileiro; vale para todo o País.

Digo e repito: essa saída não é fácil, mas, por favor, se continuarmos deslocando o eixo da responsabilidade para o Governo Federal, para Brasília, e não virmos o quanto é preciso mudar dentro dos Estados, estaremos no caminho errado.

O Governador Antônio Britto, no meu Estado, tem feito o que é necessário e importante fazer no sentido da limitação dos gastos públicos. S. Ex^a promoveu o programa de demissão voluntária e tem sido extremamente duro na questão da ampliação dos quadros do funcionalismo público. Ao contrário, ao invés de ampliá-lo, vem reduzindo, porque, na medida em que há aposentadoria, não há contratação de novos funcionários. Portanto, proporcionalmente, atingiu uma situação bem melhor do que a de dois ou três Governos atrás.

Mas, aparentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda essas mudanças parecem ser poucas e insuficientes. E sei o quanto isso custa politicamente ao Governador Antônio Britto. Sei o quanto isso lhe traz de problemas, de dificuldades, de contestação de vários setores da classe, da elite dirigente do meu Estado, embora reconheça que os setores mais esclarecidos têm lhe dado apoio nessa reforma que procura fazer na administração pública estadual. Mas isso vale para o Rio Grande do Sul e para o resto do Brasil.

Fico, então, Sr. Presidente, com esta palavra, que não tem, aqui, a pretensão, a arrogância de ser uma palavra de advertência. Não! Não temos nenhu-

ma condição de fazer isso, porque também somos culpados, também nós somos responsáveis. Fica aqui, isto sim, um pedido múltiplo, genérico, mas veemente, de que nós, homens que dirigem este País nos setores público e privado, nas áreas empresarial, sindical e governamental, sejamos capazes de reconhecer o que é preciso fazer em cada Estado brasileiro, porque se não salvarem as finanças dos Estados ninguém salva o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Senadora Benedita da Silva, o Senador Gilvam Borges e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive em visita ao Brasil, na semana passada, o presidente da Guiné-Bissau, Dr. João Bernardo Vieira.

A República da Guiné-Bissau, com aproximadamente um milhão e cem mil habitantes, situa-se na costa oeste da África. É um dos países mais pobres do mundo, com uma renda per capita de 237 dólares. Carente de recursos naturais e humanos, possui o índice de ajuda internacional por habitante mais elevado do mundo. Sua economia é basicamente de subsistência, calcada na agricultura e serviços.

Sua história democrática é recente pois, durante séculos, foi colônia de exploração portuguesa e base para o tráfico de escravos.

Palco de inúmeras lutas pela independência, em 1956 surge o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde – PAIGC – de ideologia marxista. Após anos de guerrilhas e de resistência à colônia portuguesa, apoiado por vários países e pela Organização dos Estados Africanos, em 1973 os guineenses proclamam a independência, o PAIGC é reconhecido como o único partido e Luiz Cabral é nomeado presidente.

Surge, então, um novo período. Em Bissau, como em outros países africanos em que havia um partido único, passou-se a deliberar, em particular a partir de 1992, sobre a necessidade de novos partidos políticos, democratizar o processo político e rever a Constituição.

Foram formadas novas agremiações políticas e em 1994 ocorreram as primeiras eleições livres na Guiné-Bissau, com a vitória do presidente João Bernardo Vieira, em pleito considerado justo pelos observadores internacionais.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiné-Bissau foram estabelecidas ainda em 1974, quando o governo brasileiro reconheceu a independência do novo Estado. De lá para cá as relações entre os dois países se caracterizam pela cordialidade, com excelente entendimento em foros multilaterais. As candidaturas brasileiras são sempre apoiadas por Bissau, tendo inclusive manifestado apoio ao pleito brasileiro de integrar o Conselho de Segurança da ONU.

Dentro do espírito de cooperação entre os dois países destacam-se duas vertentes: a educacional e a técnica. A primeira tem propiciado bolsas de estudo de graduação e pós-graduação a estudantes guineenses; e a segunda, cooperação por intermédio das Forças Armadas, Tribunais Eleitorais e empresas públicas.

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve pronto apoio por parte do Governo e da intelectualidade guineenses, que conclamaram outros países a fazer o mesmo. Esse fato constitui importante elemento no estreitamento das relações entre os dois países.

Todavia, no que toca ao comércio bilateral, os resultados são extremamente modestos. As exportações brasileiras, da ordem de pouco mais de 563 mil dólares, são prejudicadas pela pequena dimensão do mercado bissauense (leia-se baixo poder aquisitivo) e não há registros de importações nos últimos anos.

Na década de 80 o Brasil abriu duas linhas de crédito ao Governo de Guiné-Bissau, mas, infelizmente, as dificuldades do governo bissauense em honrar os compromissos assumidos impediram a realização de novos projetos de cooperação econômica.

Porém, a taxa de crescimento econômico, que é positiva, e os grandes esforços e ajustes implantados a partir de 1992, produziram efeitos positivos na economia guineense, permitindo a renegociação dos seus débitos externos.

Como parte integrante dos esforços de reerguer esse pequeno país africano seu Presidente eleito, João Bernardo Vieira, visitou o Brasil. Conversou com algumas autoridades governamentais, visitou ministérios e fez questão de conhecer a Embrapa, cujo interesse é o de, futuramente, importar a nossa tecnologia agrícola.

Além dos acordos já assinados nas áreas de comércio, cooperação técnica e científica, trabalho e desenvolvimento profissional, que já são uma realidade, durante essa visita foi assinado acordo na

área de turismo, visando desenvolver o grande potencial dos dois países que deve ser melhor aproveitado.

A visita do Presidente Bernardo Vieira foi, acima de tudo, um renovar, um estreitar de laços de amizade entre os dois países. Essa iniciativa faz parte da agenda internacional das nações de língua portuguesa, à qual manifestamos nosso total apoio. Nossa expectativa é de que possamos, cada vez mais, tornar realidade o intercâmbio cultural e comercial entre países que são irmãos na língua, no clima, e no perfil de sua população.

Nossas relações com a África, sua história, suas perspectivas e desafios, constituem tema que transcende a diplomacia, dizendo respeito à própria definição da identidade e do projeto nacional do nosso país, um país em desenvolvimento.

Nesse sentido, o Palácio do Planalto, o Itamaraty, as Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado e as Embaixadas, têm papel fundamental a desempenhar.

Era o que tinha a dizer!

Obrigada!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua edição do dia 16 de julho último, o jornal **Folha de S.Paulo** publicou declaração do Presidente da República que chamou nossa atenção e é merecedora de reflexão. Sua Excelência disse que "o País está saindo de uma situação de escassez absoluta de recursos para uma situação de relativa existência de recursos na área social". Apesar dessa declaração otimista, o Presidente conclui que "há uma escassez, muito grande ainda, de capacidade de bem gastá-los".

Os fatos dão mostras inequívocas de que o Presidente está coberto de razão.

No meu Estado, o Amapá, por exemplo, podemos comprovar que realmente falta capacidade para bem gastá-los. Quando, por exemplo, a Secretaria Estadual do Trabalho e Cidadania, por razões desconhecidas e inexplicáveis, deixou de aplicar R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), enviados pelo Ministério do Trabalho, para serem utilizados em programas de qualificação e requalificação de mão-de-obra profissional. Desses R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) foram gastos somente R\$570.000,00 (quinhentos e setenta mil). O restante foi devolvido ao Ministério do Trabalho. Essa devolução não se deveu à competência do Governo Estadual em atingir os objetivos do programa, gastando menos do que a quantia a ele

destinada. Não! Devolveu porque foi incapaz de cumprir com os prazos e os objetivos pactuados com o Governo Federal.

Agora, vemos novamente o Governo amapaense pecar por omissão, por falta de iniciativa, desta vez na área da saúde, demonstrando sua total aversão pelas causas sociais.

Na mesma edição do dia 16 de julho, a **Folha de S.Paulo** denuncia que dezoito municípios brasileiros vão fiar sem receber, este ano, os recursos suplementares do Ministério da Saúde para o Programa de Controle da AIDS e de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Além dos 18 (dezoito) municípios, 13 (treze) estados também ficarão sem o repasse dos recursos para prevenção e assistência à AIDS. E dentre esses Estados 3 (três) são da Região Norte: Rondônia, Roraima e o Amapá.

A transferência da verba do Ministério da Saúde foi cancelada - o prazo expirou no dia 15 de julho -, porque o Governo do Estado do Amapá não comprovou a aplicação, de pelo menos 50% (cinquenta por cento), dos recursos da saúde a ele destinados no ano passado.

Repete-se, portanto, a mesma situação havida com os recursos provenientes do Ministério do Trabalho.

O Governo Estadual, munido de sua habitual teimosia em não querer ver o óbvio, certamente não interpretará o cancelamento dos repasses federais para a área da saúde como sendo um fato dramático. A vítima direta desse escabroso caso de inépcia no trato da coisa pública é uma só: o valoroso povo do Estado do Amapá, que não poderá usufruir dos benefícios dos programas de prevenção, assistência e redução dos danos causados pela AIDS.

Não conseguimos compreender esse comportamento do atual Governo do Estado com as causas sociais, sobretudo quanto aos programas de combate e prevenção à AIDS, cuja incidência vem crescendo vertiginosamente em todo o País e da qual a população amapaense não está imune. E, o que mais nos preocupa é a extensão dessa terrível epidemia, cujas vítimas não mais se circunscrevem aos chamados "grupos de risco".

Assim, enquanto estados e municípios travam uma intensa batalha por verbas públicas em Brasília, o Governo do Estado do Amapá despreza recursos federais, que, a nosso ver, são indispensáveis para o implemento de programas sociais de vulto no Amapá.

Diante desses episódios, a atitude do Executivo amapaense somente poderá ser qualificada de irresponsável, vergonhosa e profundamente lamentável.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia passar sem meu registro nesta tribuna o falecimento do homem público, jornalista, advogado e professor João Vicente Freitas Neto. Representante de uma estirpe de homens de imprensa militantes e combativos, Freitas Neto e sua esposa perderam a vida em um acidente aéreo sobre o mar do Caribe no último fim de semana.

A informação e a notícia foram a grande paixão de sua vida, tendo começado aquela que seria uma carreira de 33 anos como foga da editoria de esportes do **Jornal de Alagoas** em Maceió. Aos 24 anos de idade já assumia Freitas Neto o cargo de editor-geral da **Gazeta da Tarde**.

Depois de atuar nas sucursais do **Jornal do Comércio**, do Recife, e do **Diário de Pernambuco**, trabalhou como correspondente de **O Estado de S. Paulo** durante 15 anos. Tinha um carinho especial pelo futebol e outras modalidades desportivas, como comprovam suas matérias para a saudosa **Manchete Esportiva**, além do período em que presidiu a Associação dos Cronistas Esportivos de Alagoas.

Mas foi na trincheira da militância jornalística em oposição ao regime autoritário que se destacou, sobretudo a partir de 1978, ano em que, ao lado de seus companheiros Denis de Mello, Valter de Oliveira, Mário Lyra, Esdras Gomes e Bernardino Souto Maior, fundou o seminário alternativo **Desafio**, primeiro de seu gênero no Estado.

No **front** sindical, Freitas Neto presidiu o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e foi vice-presidente da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas).

Observador engajado da cena política alagoana e militante do PCB, hoje PPS, elegeu-se vereador da Capital em 1982, pela legenda do PMDB.

Sua morte prematura, aos 48 anos de idade, nos céus de Cuba, simboliza os compromissos e as idéias por que lutou.

Sem dúvida alguma, Freitas Neto deixa uma séria lacuna no mundo da inteligência alagoana, razão pela qual venho aqui prestar-lhe minha última homenagem. Descanse em paz, incansável Freitas Neto!

Era o que tinha a comunicar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h)

**ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 8 DE JULHO DE 1997**

(Publicada no **DSF**, de 9 de julho de 1997)

RETIFICAÇÕES

No Parecer nº 361, de 1997, da Comissão Diretora, na página 13428, primeira coluna,

Onde se lê:

"A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1995 (nº 1.164, de 1991, na Casa de origem), que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*.

Leia-se:

"A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 (nº 1.164, de 1991, na Casa de origem), que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. "

No Parecer nº 362, de 1997, da Comissão Diretora, na página 13438, primeira coluna,

Onde se lê:

"A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1995 (nº 1.164, de 1991, na Casa de origem), que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*.

Sala de Reuniões da Comissão, em 8 de julho de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Lucídio Portella**, Relator – **Joel de Hollanda** – **Marluce Pinto**."

Leia-se:

"A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 (nº 1.164, de 1991, na Casa de origem), que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. "

Sala de Reuniões da Comissão, em 8 de julho de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Marluce Pinto**, Relator – **Joel de Hollanda** – **Lucídio Portella**."

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.463-15, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, ALTERA ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL E INSTITUI CONTRIBUIÇÃO PARA OS SERVIDORES INATIVOS DA UNIÃO".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	002, 006, 007, 012, 015, 016, 025, 026, 027, 028, 032,
DEPUTADO EULER RIBEIRO	013, 022, 029, 030,
DEPUTADO LUIZ BUAIZ	020,
DEPUTADO PAULO PAIM	001, 003, 004, 005, 008, 009, 010, 011, 014, 017, 018, 019, 021, 024, 031, 033, 034.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	023,

Emendas recebidas: 34.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.473-33, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO EDUARDO JORGE.....	001,002,003,004,009,010.
DEPUTADO FLÁVIO ARNS.....	005,006,007,008.

TOTAL DE EMENDAS: 10.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.475-29, DE 11 DE JULHO DE 1997, QUE "ALTERA AS LEIS NºS 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990, E 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado EDUARDO JORGE
Deputada YEDA CRUSIUS

001, 003, 004, 005.
002.

TOTAL DAS EMENDAS: 05

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.477-38**, DE 11 DE JULHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DAS MENSALIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS				
Deputado BASÍLIO VILLANI.....	001	007	012	014	016
	020	032	037	038	049
	055	059	063	067	079.
Deputado FERNANDO FERRO.....	009	026	027	040	041.
Senador GILVAM BORGES.....	031	048	058	066	080
	081	082	083	084	091
	094	097.			
Deputado JOSÉ LINHARES.....	085.				
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.....	002	003	008	013	017
	021	022	025	029	035
	047	050	060	068	070
	086	087	088	089	090
	092	098	101.		
Deputado PAULO LIMA.....	004	011	019	024	028
	034	044	046	062	078
	093	100.			
Deputado ROBERTO CAMPOS.....	053	072.			
Deputado ROBERTO JEFFERSON.....	039	042	051	056	064
	095.				
Deputado SEVERIANO ALVES.....	006	043	052	057	065
	071	073	096.		
Deputado WILSON CIGNACHI.....	005	010	015	018	023
	030	033	036	045	054
	061	069	074	075	076
	077	099.			

TOTAL DE EMENDAS: 101

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.479-30, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	002, 005, 007.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 003, 006.
Deputado EDINHO BEZ	004.

TOTAL DE EMENDAS - 007

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.480-32, ADOTADA EM 11 DE JUNHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.911, DE 11 DE JULHO DE 1994, PARA INSTITUIR OS DÉCIMOS INCORPORADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADYLSO MOTA	020, 023.
DEPUTADO ANIVALDO VALE	011.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	024, 025, 027, 028, 029, 031, 035, 044, 047, 048, 049, 053.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	002, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 012, 014, 015, 016, 019, 034, 038, 039, 042, 046, 050, 051, 052.
DEPUTADO EULER RIBEIRO	018, 021, 026, 032, 037, 045.
DEPUTADO JOFRAN FREJAT	022, 033.
DEPUTADO MUSSA DEMES	030.
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	001, 040, 041.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	003, 013, 017, 036, 043.

Total de emendas: 53.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.481-51, DE 11 DE JULHO DE 1997, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1.990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
SENADOR EDISON LOBÃO	020, 021
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 017, 018
SENADOR ONOFRE QUINAN	019
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	016

TOAL DE EMENDAS: 21

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.482-38, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ATIVO E INATIVO DOS PODERES DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO EDUARDO JORGE.....	001,002,003.

TOTAL DE EMENDAS: 03.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.512-12, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º DA LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, E 2º DA LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CRÉDITO RURAL E SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL".

C O N G R E S S I S T A S

E M E N D A S NºS.

 Deputado CHICO VIGILANTE

 001, 002.

TOTAL DAS EMENDAS: 02

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.520-10**, DE 11 DE JULHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A NOVAÇÃO DE DÍVIDAS E RESPONSABILIDADE DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1988, E AS LEIS Nºs 8.004, 8.100 E 8.692, DE 14 DE MARÇO DE 1990, 5 DE DEZEMBRO DE 1990, E 28 DE JULHO DE 1993, RESPECTIVAMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

C O N G R E S S I S T A S	E M E N D A S NºS
Deputado EDINHO BEZ.....	012 015.
Deputado JOSÉ CHAVES.....	016 018 021 022.
Deputado JOSÉ JORGE.....	006 019 020 024.
Deputado JOSÉ LOURENÇO.....	010 013 017 023.
Deputado PRISCO VIANA.....	003 007 008 009.
Deputado VALDIR COLATTO.....	011 014.
Deputado WIGBERTO TARTUCE.....	001 002 004 005.

TOTAL DE EMENDAS: 024

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.537-40, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE " DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS DEVIDA PELAS PESSOAS JURÍDICAS A QUE SE REFERE O § 1º DO ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JULIO REDECKER	003, 004, 005
DEPUTADO MAX ROSENMAN	001, 002, 006

TOTAL DE EMENDAS: 6

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.538-42, ADOTADA EM 10 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A NOTA DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN E SUA UTILIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS ALIENADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, CONSOLIDANDO AS NORMAS SOBRE A MATÉRIA CONSTANTES DA LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991, E DA LEI Nº 8.249, DE 24 DE OUTUBRO DE 1991, E ALTERA OS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 8.249/91".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
SENADOR EDISON LOBÃO.....	001,002.

TOTAL DE EMENDAS: 02.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.539-33, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE, "DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	028,
Deputado COLBERT MARTINS	011, 026, 031, 035.
Deputado JAIR MENEGUELLI	002, 003, 004, 005, 014, 016.
	021, 022, 023, 024, 027, 033, 041, 042.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT	001, 039, 040, 043.
Deputado LIMA NETTO	006, 012.
Deputado MAX ROSENMAN	013, 019.
Deputado NELSON MARQUEZELLI	017, 018, 020.
Deputado PAULO PAIM	007, 008, 009, 010, 015, 025, 034, 037, 038.
Deputado PEDRINHO ABRÃO	029, 030, 032.
Deputado PRISCO VIANA	036.

TOTAL DAS EMENDAS: 043

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.540-26**, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS COMPLEMENTARES AO PLANO REAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS

Deputado ADYLSON MOTTA.....	052				
Deputado ALOYSIO N. FERREIRA..	029.				
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ..	012 014 016 019 021				
	022 023 024 025 027				
	028 035.				
Deputado CARLOS NELSON.....	041.				
Deputado HUGO BIEHL.....	002.				
Deputado JOÃO ALMEIDA.....	003 004 009.				
Deputado JÚLIO REDECKER.....	007 008.				
Deputado MIGUEL ROSSETO.....	001 005 006 010 011				
	013 015 017 020 026				
	030 031 032 033 034				
	036 037 038 043 044				
	045 046 047 048 049				
	050 051.				

Deputado NILSON GIBSON.....	039.
Deputado PEDRINHO ABRÃO.....	018 042.
Senador PEDRO SIMON.....	040.

Total de Emendas: 052

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.542-24**, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ABELARDO LUPION	014, 019, 031, 033, 035, 046.
Deputado AUGUSTO NARDES	026, 030, 047, 056.
Deputado ARLINDO VARGAS	023, 042, 054.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	009, 016, 034, 043.
Deputado CUNHA LIMA	002, 007.
Deputado FRANCISCO HORTA	025, 029, 037, 048, 055, 057.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT	001, 003, 015, 020, 028, 032, 038, 050.
Deputado JÚLIO REDECKER	008, 061.
Deputado MIGUEL ROSSETTO	004, 005, 006, 012, 013, 017, 022, 039, 040, 041, 044, 051, 052, 053, 058, 059, 060.
Deputado NELSON MARQUEZELLI	011, 018.
Deputado PEDRINHO ABRÃO	024.
Deputado PHILEMON RODRIGUES	036, 049.
Deputado SANDRO MABEL	010, 021, 027, 045, 062.

TOTAL DE EMENDAS - 062

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.547-32, ADOTADA EM 10 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO, A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PROTEÇÃO AO VÔO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ARNALDO FARIA DE SÁ..	016.
DEPUTADO	CHICO DA PRINCESA.....	004.
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE.....	002,003,006,009,010,013, 017.
DEPUTADO	NELSON MARQUEZELLI..	005,007,011.
DEPUTADO	SALOMÃO CRUZ.....	001,008,012,014.
SENADOR	WALDECK ORNELAS.....	015.

TOTAL DE EMENDAS: 17.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.548-33, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE "CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE - GDP DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS, CONTROLE, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS.
Deputado	ANIVALDO VALE	002.
Deputado	ARNALDO FARIA DE SÁ	022.
Deputado	CHICO DA PRINCESA	011.
Deputado	CHICO VIGILANTE	005, 006, 007, 010, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019.
Deputado	JOSÉ LUIZ CLEROT	020.
Deputado	MOISÉS LIPNIK	003, 004.
Deputado	NELSON MARQUEZELLI	008, 009.
Deputado	RUBEM MEDINA	021.
Deputado	SALOMÃO CRUZ	001.

TOTAL DAS EMENDAS: 022

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.550-41**, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE "ORGANIZA E DISCIPLINA OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CHICO VIGILANTE.....	002 003 004 005 006 007 010 011 013 014 015 016 017.
Deputado NELSON MARQUEZELLI.....	009.
Deputado PEDRINHO ABRÃO.....	012.
Senador PEDRO SIMON.....	001.
Deputado RUBEM MEDINA.....	008.

TOTAL DE EMENDAS: 017

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.551-24**, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante-AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante-FMM, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ANIVALDO VALE	003, 005.
Deputada TELMA DE SOUZA	001, 002, 004.

TOTAL DE EMENDAS - 005

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1553-17, DE 10 DE JULHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE NOTAS DO TESOURO NACIONAL -NTN DESTINADAS A AUMENTO DE CAPITAL DO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ANIVALDO VALE	002, 008.
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL	006, 007, 010, 011, 012.
DEPUTADO PAULO BERNARDO	005, 009.
DEPUTADO PEDRINHO ABRÃO	003, 004.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	001.

Total de emendas: 12.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.554-17, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado LUCIANO CASTRO	001.

TOTAL DE EMENDAS - 001

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.556-12, ADOTADA EM 10 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE MECANISMOS OBJETIVANDO INCENTIVAR A REDUÇÃO DA PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCÁRIA, DISPÕE SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	JAIR MENEGUELLI.....001,002.

TOTAL DE EMENDAS: 02.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.559-15, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	01,02.

Total de emendas, 02.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.562-7, DE 11 DE JULHO DE 1997, QUE "DEFINE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
SENADAOR GERSON CAMATA	007
DEPUTADO PAULO ROCHA	001, 005, 008, 009
DEPUTADO VILMAR ROCHA	002
SENADOR WALDECK ORNELAS	003, 004, 006, 010

Relator: DEPUTADO VILMAR ROCHA

TOTAL DE EMENDAS: 10

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.567-5, ADOTADA EM 11 DE JULHO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AFORAMENTO E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO, ALTERA DISPOSITIVOS DOS DECRETOS-LEIS NºS 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, E 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, REGULAMENTA O § 2º DO ART. 49 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADYLSO MOTA.....	001,004,005,007.
SENADOR FRANCELINO PEREIRA....	010.
SENADOR GERSON CAMATA.....	006,011.
DEPUTADO LEUR LOMANTO.....	014.
DEPUTADA RITA CAMATA.....	008,009,012,013,015,016, 017,018,019,020,021,022, 023,024,025.
DEPUTADO ROBERTO CAMPOS.....	002,003.

TOTAL DE EMENDAS: 25.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.577-1**, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CARLOS MELLES	009.
Deputada ETEVALDA G.DE MENESES	001, 007.
Deputado HUGO BIEHL	004, 005, 015.
Senador LEOMAR QUINTANILHA	017.
Deputado PAES LANDIM	014.
Deputado SILAS BRASILEIRO	002, 008, 010, 011.
Deputado VALDIR COLATTO	003, 006, 012, 013.
Deputada ZULAIÊ COBRA	016, 018.

TOTAL DE EMENDAS - 018

(*) Publicadas em Suplemento à presente edição.

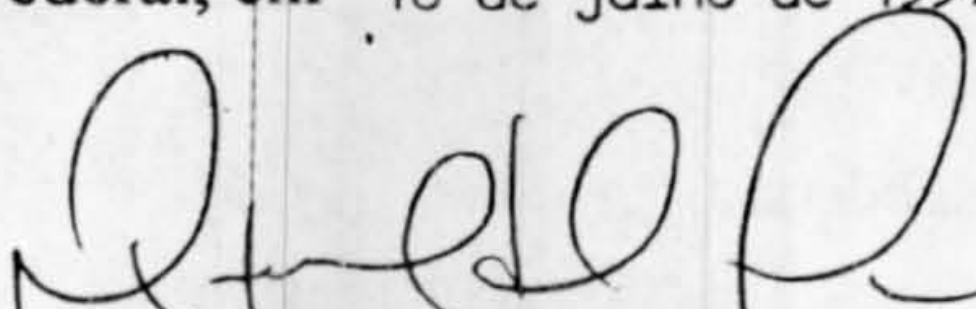
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.953, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e considerando que o pedido foi protocolado antes do Ato nº 181, de 1997, do Presidente do Senado, com o devido "de acordo" do Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações,

RESOLVE dispensar a servidora SONIA VIOLETA GUIMARÃES DE OLIVIERA, matrícula 1663-SEEP, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Suprimentos de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Carlos Wilson, a partir da mesma data.

Senado Federal, em 18 de julho de 1997.



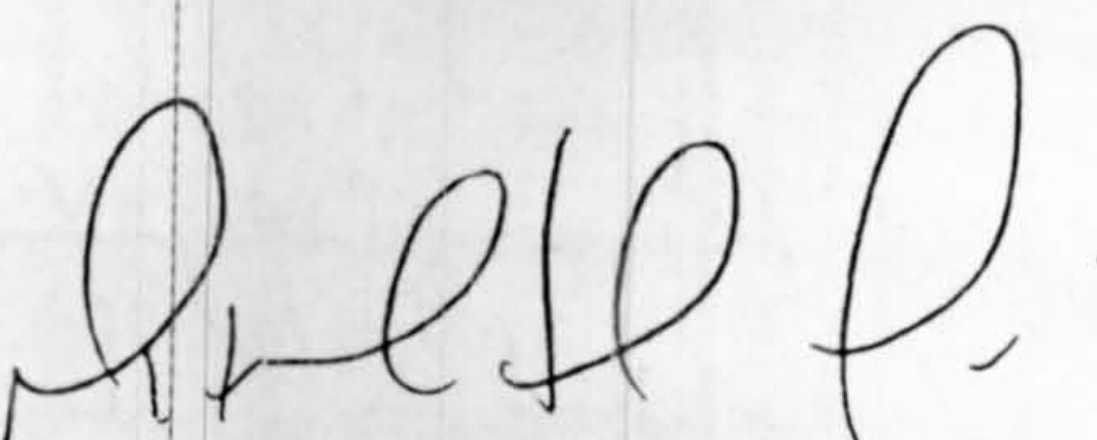
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.954, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11140/97-6,

RESOLVE designar o servidor TRISTÃO SALUSTIANO BOTELHO, matrícula 2929, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.955, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7719/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora **MÁRCIA FERNANDES DA CRUZ MACHADO**, matrícula 2024, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Suprimentos de Matérias Primas, com efeitos financeiros a partir de 02 de maio de 1997, e lotá-la na Subsecretaria de Edições Técnicas a partir da mesma data.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.956, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7720/97-1,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula 4015, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 02 de maio de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



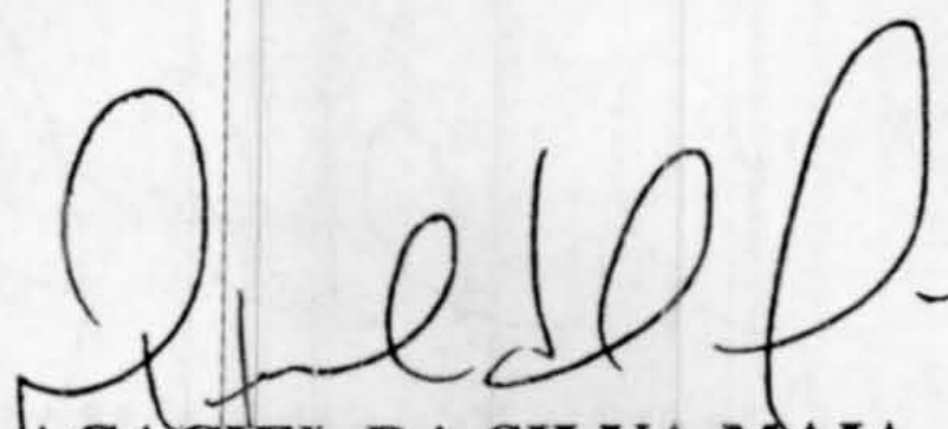
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1.957, de 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7719/97-3,

RESOLVE designar a servidora MÁRCIA FERNANDES DA CRUZ MACHADO, matrícula 2024, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 02 de maio de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



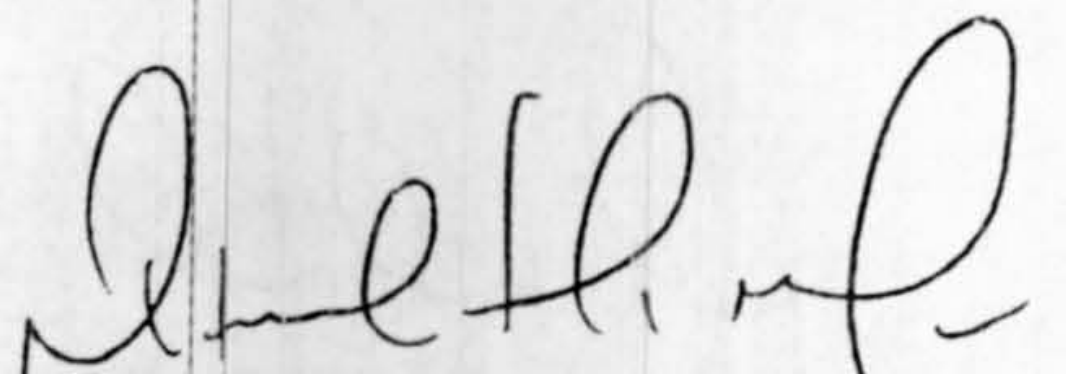
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1.958, de 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11038/97-7,

RESOLVE designar a servidora LIGIA MARIA BARBEDO FERREIRA ZANON, matrícula 2479, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.959, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11134/97-6,

RESOLVE designar o servidor CARLOS AUGUSTO SPINA, matrícula 1288, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



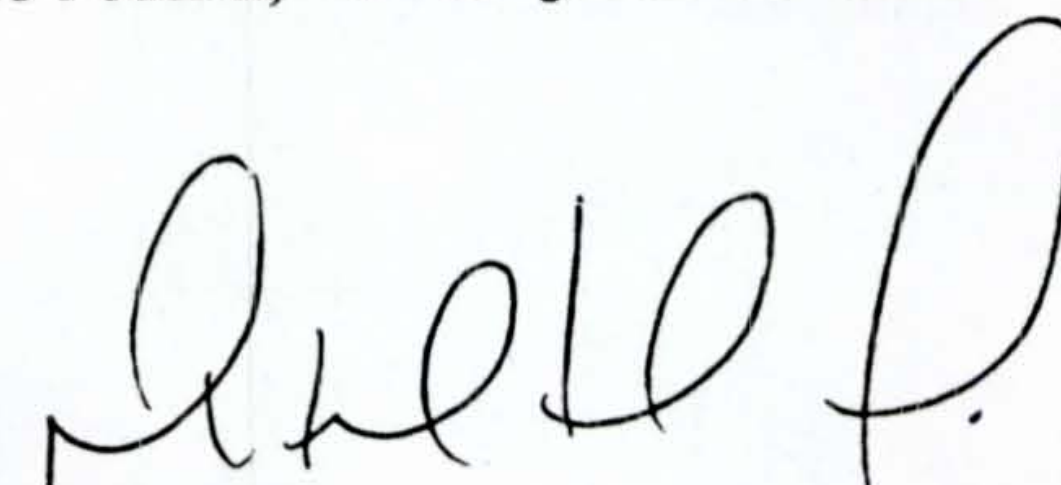
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.960, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11138/97-1,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DA MOTTA, matrícula 1343, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 19 de julho de 1997.



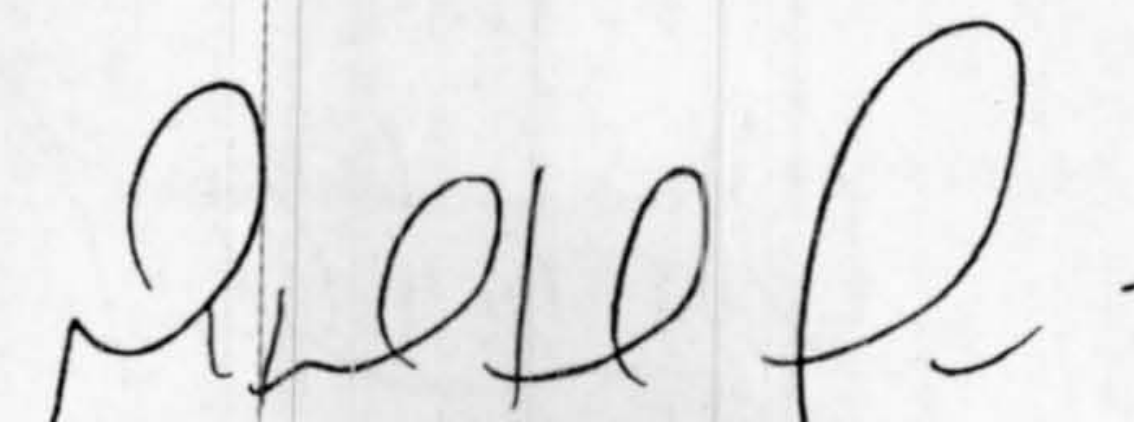
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.961, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11168/97-8,

RESOLVE designar a servidora SANDRA PEREIRA CANTUÁRIA, matrícula 2346, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Onofre Quinan, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



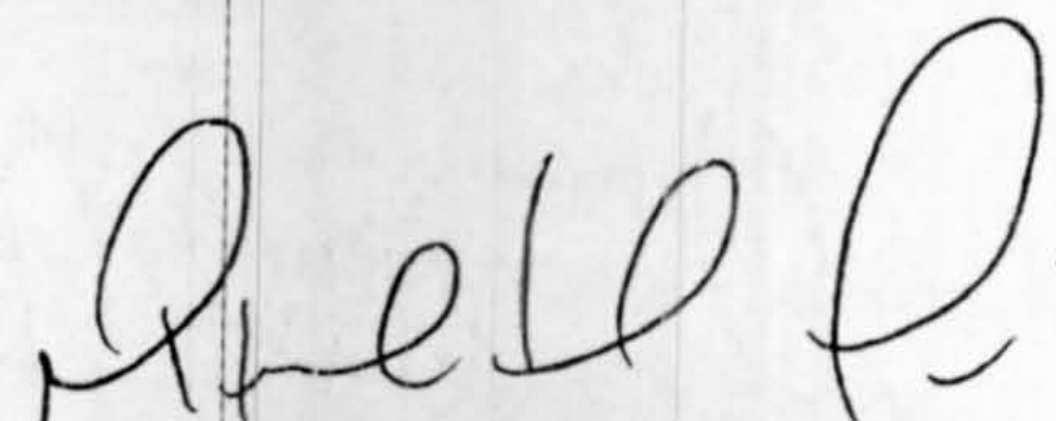
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.962, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11144/97-1,

RESOLVE designar a servidora SANDRA ANDRADE DE SOUZA, matrícula 3913, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.963, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11150/97-1,

RESOLVE designar a servidora MARIA DO SOCORRO LIMA DE ARAÚJO, matrícula 4010, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.964, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10914/97-8,

RESOLVE designar o servidor CYRO PEREIRA DA SILVA PORTOCARRERO, matrícula 1905, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 19 de maio de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



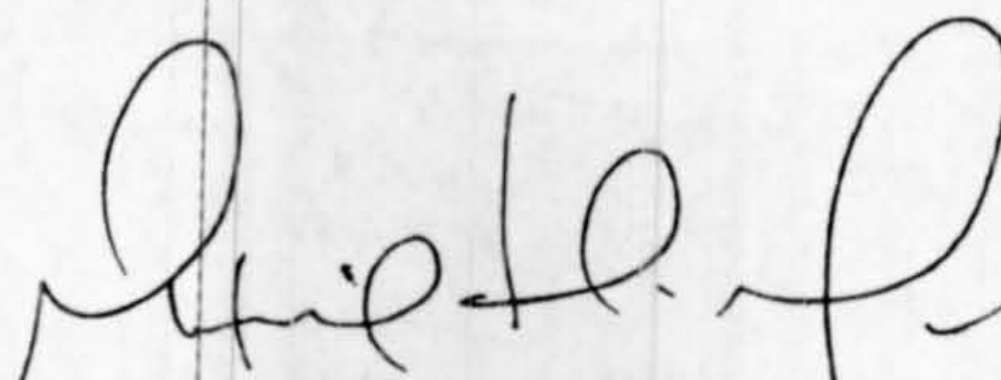
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.965, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11225/97-1,

RESOLVE designar o servidor RODRIGO JORGE CALDAS PEREIRA, matrícula 2011, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 18 de julho de 1997.



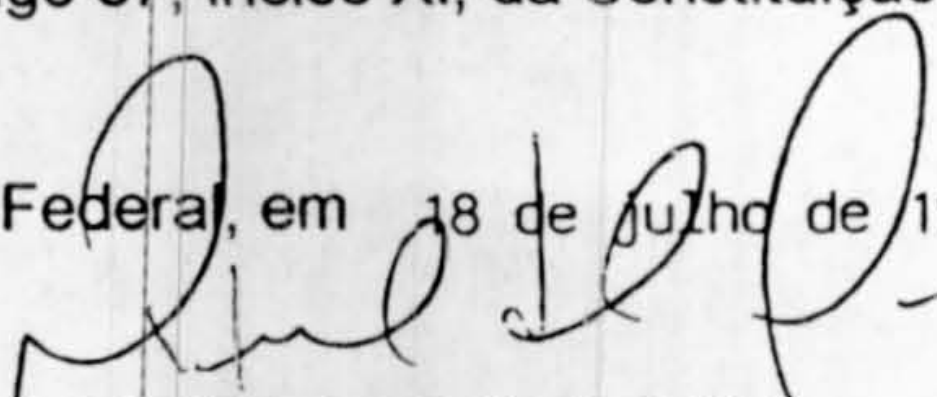
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.966, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.138/97-5,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, o servidor HERONDINO DE FREITAS FILHO, Técnico Legislativo, Área 7 - Especialidade Segurança, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-32/97, publicada em 12.07.97, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 18 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Carnata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOINO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSE EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2231/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTE			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDÍAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado **PAULO BORNHAUSEN**
 Vice-Presidente: Senador **CASILDO MALDANER**
 Secretário-Geral: Senador **LÚDIO COELHO**
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado **ROGERIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
	PFL		Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Vilson Kleinubing		Joel de Hollanda		PMDB	
Romero Juca		Júlio Campos	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Lúdio Coelho	PSDB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PPB	Geraldo Melo		PSDB	
Espendão Amin			Franco Montoro		Yeda Crusius
Emília Fernandes	PTB		Fetter Junior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
Osmar Dias(2)	PP		Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
	PT		Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi
		Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Junior, em 1-2-96



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- **História Institucional do Senado do Brasil (R\$ 20,00) – Vamireh Chacon**
Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.
- **O Livro da Profecia (R\$ 50,00) – Joaquim Campelo Marques (org.)**
Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.
- **Coleção Memória Brasileira**
 - **A Província (R\$ 8,00) – Aureliano Cândido de Tavares Bastos**
Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
 - **Sistema Representativo (R\$ 8,00) – José de Alencar**
Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.
- **Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado**
 - **Clodomir Cardoso (R\$ 10,00) – Luciano de Souza Dias (org.)**
Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.
- **Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)**
 - **Volume 11 (R\$ 3,00). "Análise Jurídico-Política do Mercosul", de Victor S. Antunes Correia.**
- **Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R\$ 5,00)**
Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

RS 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS